



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 57

II Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 8 de abril de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

A sessão iniciou-se com a [interpelação sobre “Estratégia para o Grupo SATA no novo paradigma de transportes na Região”](#), apresentada pela Representação Parlamentar do PCP.

Após as intervenções do Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*) e do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*), o debate prosseguiu com a participação dos Srs. Deputados/as Zuraída Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Jorge Macedo (*PSD*), Francisco César (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Miguel Costa (*PS*) e Marta Couto (*PS*).

Em seguida, iniciou-se o debate do [Projeto de Resolução n.º 53/X – “Promoção Nacional e Internacional de Produtos Culturais Açorianos”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a intervenção do Sr. Deputado José Andrade (*PSD*), usaram da palavra o Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*) e os Srs. Deputados/as Aníbal Pires (*PCP*), Ana Espínola (*CDS-PP*), Renata Correia Botelho (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

Por fim, foi aprovada por maioria a [**Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 16/2010/A, de 12 de abril e aos Estatutos da Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza - AZORINA, S.A., alterados pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2011/A, de 11 de novembro”**](#).

Após a intervenção do Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*), usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Rendeiro (*PSD*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*), Isabel Almeida Rodrigues (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Paulo Borges (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Francisco Coelho (*PS*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*) e Luís Rendeiro (*PSD*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 47 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 08 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio **Bradford**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Arlinda Maria Focha **Nunes**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**
Berto José Branco **Messias**
Catarina Paula **Moniz Furtado**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz da **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)
António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Maria de Medeiros **Andrade**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**
Paulo Henrique **Parece** Baptista
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**
Artur Manuel Leal de **Lima**
António **Félix** Flores **Rodrigues**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Conforme foi decidido pela Conferência de Líderes, iniciamos os nossos trabalhos esta manhã com o ponto 1 da nossa Agenda, sendo que o ponto 2 será debatido amanhã de manhã.

O ponto 1 refere-se à **interpelação sobre “Estratégia para o Grupo SATA no novo paradigma de transportes na Região”**, apresentada pela Representação Parlamentar do PCP.

Os tempos também foram acordados na Conferência, conforme estipula o nosso artigo 132º e estão assim distribuídos:

O interpelante, o PS e o Governo dispõem de 32 minutos;

O PSD de 24 minutos;

O CDS-PP de 13 minutos;

E o BE e PPM dispõem para o debate de 10 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No dia 14 de maio de 2013, por iniciativa da Representação Parlamentar do PCP, realizou-se um debate de urgência sobre Transportes Aéreos nos Açores. Quase um ano depois desse debate, muitas questões continuam por esclarecer e muitas dúvidas se levantam.

Se pode parecer que em relação aos transportes aéreos, durante este último ano, pouco ou nada aconteceu, à exceção da apresentação do Plano Integrado de Transportes (PIT), a verdade é que, longe da atenção da opinião pública, muita coisa tem acontecido. Assim, chegamos aqui, um ano depois, e muitas das nossas preocupações concretizaram-se, outras adensaram-se e outras ainda começam agora a descortinar-se.

A interpelação ao Governo Regional que hoje promovemos não é uma interpelação genérica sobre transportes aéreos mas, objetivamente, uma interpelação sobre o futuro da transportadora aérea regional.

Antes de enumerar algumas questões que urgem por clarificação terei de citar algumas afirmações feitas no debate de maio de 2013, até para que o enquadramento do debate seja feito. Dizia um dos intervenientes: “(...) é para isso que a SATA existe, é para isso que iremos trabalhar para que a SATA continue a desempenhar um papel fundamental em termos de aumentar a mobilidade dos açorianos e dinamizar a economia da Região.(...)”, fim de citação. Eu atrevo-me a dizer que sobre isto todas as forças políticas com assento parlamentar estarão, genericamente, de acordo. Dizia mais à frente o Senhor Secretário Regional do Turismo e Transportes sobre o futuro da SATA, sim as palavras são do Senhor Secretário: “(...) Aquilo que se pretende é ter uma empresa com capitais públicos que sirva o seu objeto social por um lado, mas que por outro lado garanta a sua sustentabilidade com o objetivo claro de preservar os seus postos de trabalho e de prestar um serviço de qualidade a todos os açorianos. (...)”, fim de citação.

Não posso afirmar com segurança que esta posição seja subscrita por todas as bancadas, mas, da parte da Representação Parlamentar do PCP, posso dizer que estou genericamente de acordo. Um acordo que é apenas genérico porque o Senhor Secretário, quando declara a SATA como “empresa de capitais públicos”, não deixa claro que seja uma empresa de capitais EXCLUSIVAMENTE públicos, como o PCP Açores defende.

Por outro lado, a divulgação do PIT deixou muitas lacunas e dúvidas sobre qual é afinal o papel dos transportes marítimos na tão propalada “revolução tranquila no modelo de transportes nos Açores”. Do mesmo modo, é pouco clara a forma como se vai concretizar a articulação entre os transportes marítimos e aéreos.

No PIT, os transportes aéreos ficam “pendurados” na revisão das Obrigações de Serviço Público (OSP) para o serviço inter-ilhas e para as ligações com o Continente e a Região Autónoma da Madeira, bem assim como na assumida e

urgente necessidade de modernizar a frota de longo curso da SATA Internacional. O que é muito pouco diga-se em abono da verdade.

Mas não é só o “modelo” do transporte aéreo e a sua articulação com o transporte marítimo e terrestre que me levanta interrogações pois, quer se queira quer não, quer se goste quer não goste, a Região é detentora de uma companhia de transportes aéreos. E é sobre o futuro deste importante ativo estratégico dos Açores que se avolumam profundas preocupações.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Existem, no Grupo SATA, indícios claros de uma gestão com critérios opacos, medidas nocivas, que pode ter efeitos ruinosos!

O primeiro desses indícios é o facto de estarmos em meados de abril e não existir Plano de Exploração para 2014.

Não existe Plano de Exploração mas, entretanto, as tensões sociais latentes na empresa agudizam-se a cada dia que passa. Por exemplo: em novembro de 2013, o Conselho de Administração da SATA afirmou, em reunião mantida com a Plataforma Sindical, que pretendia que o processo negocial para 2014 fosse concluído antes do final de 2013. Mas o que se assistiu e tem sido noticiado são sucessivos adiamentos deixando o processo por concluir e o mal-estar a instalar-se no seio dos trabalhadores do Grupo SATA.

É preciso afirmá-lo claramente: se essas tensões se transformarem em conflito com os trabalhadores, a responsabilidade caberá inteira e exclusivamente ao Conselho de Administração do Grupo SATA, uma vez que a Plataforma Sindical tem vindo a demonstrar sempre toda a abertura para encontrar uma solução negociada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é discutível!

O Orador: Não existe Plano de Exploração para 2014 mas o encerramento da base do Funchal já se concretizou, reduzindo a capacidade operacional da SATA Internacional. Um encerramento no mínimo estranho tendo em conta que era o próprio Conselho de Administração que afirmava que a operação baseada no Funchal era auto sustentável e marginalmente lucrativa. Ficam por perceber

quais são os motivos de ordem empresarial e/ou política que levaram ao seu encerramento.

Não existe Plano de Exploração para 2014 mas o abandono de rotas consolidadas pela SATA Internacional tem sido prática comum nos últimos meses.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Está enganado!

O Orador: Para além das rotas com origem no Funchal tinham-se já perdido outras, como por exemplo as de Cabo Verde.

Por outro lado, todos nos lembramos, que a SATA Air Açores abandonou a linha de serviço público Funchal/Porto Santo...

Deputado Francisco César (PS): Abandonou?! Como é que abandonou se candidatou-se ao concurso público?

O Orador: ... alegadamente pela proposta ser financeiramente penalizadora para a SATA. Mas, senhoras e senhores deputados, é sabido que a SATA Air Açores concorreu e até recorreu ao concurso para a operação de serviço público na rota Funchal/Porto Santo que se inicia em junho de 2014.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

O Orador: Qual foi o valor proposto pela SATA Air Açores!? Foi mais elevado ou inferior ao anterior!? Interessa ou não interessa aquela operação à SATA Air Açores!?

Todos sabemos, senhoras e senhores Deputados, que para que se possam baixar tarifas aos passageiros, sem o aumento de indemnizações compensatórias ou outros apoios, é fundamental rentabilizar os meios existentes e garantir uma utilização intensiva das aeronaves, de cerca de 3000 horas de voo por ano.

Ora, o que infelizmente se constata no grupo SATA é justamente o inverso! Existindo aeronaves e tripulações disponíveis na SATA Air Açores e um mercado fora da Região, como se explica senhoras e senhores deputados que se mantenham os aviões no chão?

Não existe Plano de Exploração para 2014, mas foi exigido aos contratados para reforço da “época alta” que alterassem a sua residência para Ponta Delgada.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Isto pode significar que também a base de Lisboa será para transferir para Ponta Delgada, o que é em si mesmo mais um indicador de diminuição de atividade.

Mas é uma opção muito difícil de compreender porque mesmo só com os voos para os Estados Unidos e Canadá a partir de Lisboa, a opção de concentrar todos os tripulantes em Ponta Delgada ficará sempre mais dispendiosa, devido à deslocação e alojamento, dos tripulantes e aos custos que lhe estão associados.

Mas o mercado da SATA Internacional não é só esse! E neste contexto, como se justifica as aeronaves da SATA Internacional andarem constantemente cheias de tripulantes desta empresa, a serem posicionados como passageiros das suas bases de origem para outras, onde entretanto foram retirados tripulantes para voos que poderiam ser efetuados pelos primeiros, havendo deste modo além dos custos de transportes, uma duplicação dos custos de alojamento em hotéis e no pagamento de ajudas de custo? Quais são os ganhos financeiros desta opção, ou será que efetivamente representam custos!? Fico à espera da explicação do Senhor Secretário do Turismo e Transportes.

Não existe Plano de Exploração para 2014, mas põe-se a circular o boato que existem pilotos em excesso na SATA Internacional. Mas, na “época baixa”, os voos programados com aeronaves A320 são substituídos por aeronaves de outras companhias ou realizados com os A310 da SATA, porque não existem tripulações disponíveis para os A320, ou seja, por insuficiência de pilotos! Situação que também acontece com os A310. Ainda no passado Domingo pude verificar que se encontrava em Ponta Delgada um Boing 767 da Euroatlantic, em regime de ACMI, a fazer o voo Lisboa/PDL/Toronto.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: A verdade, senhoras e senhores deputados é que de 2011 até à presente data o número de pilotos da SATA Internacional diminuiu cerca de 20%...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eles não voam!

O Orador: ... e estão na calha outras saídas de pilotos, o que coloca em risco a capacidade operacional da SATA Internacional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apesar da diminuição de atividade, a verdade é que continuam a existir insuficiências e dificuldades em suprir as necessidades da operação da SATA internacional.

Nas últimas semanas a contratação de aviões e tripulações de outras companhias (os chamados ACMIS) terá custado à SATA mais de 200 mil euros e, desde o princípio do ano, a SATA terá perdido mais de 2 milhões de euros em voos ACMI que recusou fazer para outros clientes, por falta de aeronaves e tripulações.

O que o acionista precisa de saber, Senhor Secretário Regional do Turismo e Transportes, o que o Povo Açoriano exige saber, Senhor Secretário Regional do Turismo e Transportes, é o que pensa o Governo Regional sobre esta marcha acelerada para uma previsível falência operacional da SATA Internacional?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já está falida!

O Orador: O que o Povo Açoriano exige saber, Senhor Secretário Regional, é se estas decisões, em minha opinião danosas do interesse público regional, são decisões do Governo Regional, ou se são decisões tomadas à revelia da tutela?

O que o Povo Açoriano precisa e quer saber é qual é a estratégia para o Grupo SATA?

O que o Povo Açoriano precisa e quer saber é se as Obrigações de Serviço Público para o transporte aéreo inter-ilhas contemplarão o mesmo número de ligações e tarifas que garantam o direito à mobilidade dos açorianos?

O que o Povo Açoriano precisa e quer saber é qual vai ser a estratégia para a SATA Internacional, pois, já se sabe, o que bom ou mau vier a acontecer à SATA Internacional terá forçosamente repercussões na SATA Air Açores!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As questões que colocamos são ainda mais sérias e graves do que parecem. E deixo duas das mais gritantes, mas também talvez as mais esclarecedoras, para o final desta intervenção:

O que pensa o Governo fazer em relação à renovação da frota de longo curso, que terá forçosamente de acontecer, como todos sabemos, até ao final de 2015? Como está pensada a substituição das aeronaves? Com que custos? Com que financiamento? Quais aeronaves?

Ou ainda quem, com que autoridade e porquê é que, no ano transato, colocou ao INAC, ainda que informalmente, a hipótese de acabar com a SATA Internacional e de criar de raiz uma nova companhia aérea?

Será que é este, afinal, o objetivo do Governo Regional? Acabar com a SATA Internacional, demoli-la, descredibilizá-la, fali-la e, finalmente, substituí-la por outra companhia ao serviço de outros interesses?

O acionista da SATA, o único acionista, o Povo Açoriano, que aqui representamos, exige respostas claras sobre estas questões.

Disse!

Deputado Francisco César (PS): Isso está mal, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Aproveito para informar a câmara que se encontra nas galerias um grupo proveniente da Ilha de Santa Maria no âmbito do Programa “Meus Açores, Meus Amores”, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Muito bem! Conforme definido no artigo 184º do Regimento tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Todos sabemos da importância que os transportes têm, ainda para mais numa região arquipelágica como a nossa e têm essa importância tanto ao nível da vida das pessoas, como das empresas.

A redução dos custos de contexto associada aos transportes é um objetivo que está plasmado no Programa do Governo. Pretendemos com isso aumentar a

competitividade das empresas e o bem-estar das famílias por via do aumento do seu poder de compra.

Como tive oportunidade de apresentar a esta câmara, o Governo dos Açores desenvolveu o Plano Integrado de Transportes dos Açores. Com isto pretendesse aumentar a mobilidade de todos os açorianos, por um lado, e, por outro lado, reduzir o custo associado e inerente à acessibilidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então vai diminuir as tarifas!

O Orador: A nossa realidade geográfica, a dimensão do nosso mercado, a sazonalidade, a direccionalidade do tráfego, mais os custos inerentes à operação, obrigam a que o transporte aéreo na Região seja estipulado nas Obrigações de Serviço Público, tanto no inter-ilhas como nas ligações ao continente português e à Região Autónoma da Madeira.

Com isto pretende-se garantir regularidade, fiabilidade e continuidade na prestação do serviço.

É evidente que a SATA se enquadra neste contexto e a SATA tem um objeto social que deve cumprir com total rigor, sem se desviar um milímetro. Esse objeto social é servir os Açores e os açorianos, servir com qualidade, servir com segurança, aumentar a capacidade de interligação entre todas as ilhas e dar coletividade para o exterior da Região.

Em termos estratégicos aquilo que se define para a SATA, e nomeadamente para a SATA Internacional, é assumir os Açores como uma plataforma de ligação entre a Europa e os Estados Unidos. As medidas que foram implementadas, as medidas que foram anunciadas, vão todas neste sentido.

Foram reforçadas as ligações com a América do Norte de uma forma muito significativa, nomeadamente a Boston e a Toronto. Simultaneamente existe um conjunto de ligações para os mais diversos destinos ao nível da Europa, para o Continente Português e para a Região Autónoma da Madeira, que permitem criar uma plataforma de agregação de tráfego por um lado e de distribuição de tráfego por outro.

Pretende-se assim assegurar as ligações e a acessibilidade para a Região, ligar os Açores às nossas comunidades emigrantes e ligar os Açores aos principais

mercados emissores de fluxos turísticos para a Região. É aqui que a SATA se deve centrar, é aqui que está o *core* de SATA.

Toda e qualquer outra operação são admissíveis desde que seja rentável para a Região.

Eu próprio transmiti e dei indicações ao Conselho de Administração da SATA...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Não me diga!

O Orador: ... que qualquer operação, fora da Região, que não fosse rentável, era para cancelar e que a SATA se devia concentrar exclusivamente naquilo que é o seu *core*, procurando outras operações fora da Região que contribuíssem de uma forma positiva para os resultados líquidos da empresa, para que esses possam ser colocados ao serviço daqueles que são os verdadeiros acionistas da SATA, que são todos os açorianos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Todos sabemos que está em curso a revisão das Obrigações de Serviço Público para o transporte entre a Região, a República e a Região Autónoma da Madeira.

Também já tive oportunidade de informar que está em curso o processo de revisão das Obrigações de Serviço Público inter-ilhas, pretendendo-se aumentar a capacidade de interligação entre todas as ilhas e, simultaneamente, procurar a redução de custos associados. É neste ambiente que a SATA vai ter que se posicionar para o futuro.

A este propósito posso informar esta câmara que depois de terem sido detetadas lacunas nos horários de verão, essas mesmas lacunas, por indicação minha, foram corrigidas, nomeadamente no que se refere às ligações à Terceira e à Graciosa, e até ao final desta semana as ligações com o Faial também serão corrigidas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Na Terceira ainda não foram!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito a tempo!

O Orador: Em relação àquilo que disse o Sr. Deputado Aníbal Pires, deixe-me que lhe diga, a sua intervenção está marcada por um grave equívoco ao afirmar que a SATA não tem um plano de exploração.

Sr. Deputado, isso não é verdade. Em 16 de outubro de 2013, o Conselho de Administração da SATA transmitiu aos delegados sindicais quais eram os princípios do plano de exploração. O plano de exploração da SATA está acessível a todos os seus colaboradores através da plataforma e do sistema informático que gere toda a atividade aeronáutica dentro da companhia, que se chama AIMS, onde estão programados todos os voos e a distribuição das tripulações por todos esses voos.

Portanto, aquilo que afirmou que não existe um plano de exploração não corresponde de todo à verdade.

Como disse, o grande objetivo da SATA, nomeadamente da SATA Internacional, prende-se em transformar os Açores numa grande plataforma de interligação entre a Europa e os Estados Unidos.

A SATA não abandonou rotas regulares, Sr. Deputado. A SATA não abandonou rotas lucrativas. A SATA abandonou a base do Funchal...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Todas!

O Orador: ... porque ela passou a ser uma base deficitária. A operação no Funchal passou a ser deficitária e dadas as contingências do mercado, dado aquilo que é hoje a realidade do mercado ao nível da aviação, a operação no Funchal no ano de 2013 dava um prejuízo de 3,5 milhões de euros. Como tal, não era admissível que os Açores e os açorianos suportassem esse custo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É verdade! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que abriu a rota?

O Orador: Em relação à operação do Funchal para o Porto Santo, o que foi feito foi uma boa medida de gestão. Aquilo que a República queria era que de janeiro a maio os açorianos pagassem 400 mil euros para que os madeirenses tivessem as ligações entre o Funchal e o Porto Santo.

Em relação a isto eu disse que não, que não admitia, que o acionista não assumia, nem permitia que o Conselho de Administração fizesse essa operação.

Em relação ao atual concurso a SATA concorreu com valores que lhe permitem ter rentabilidade na operação. Ao longo do período contratual, que são 5 anos, permite um encaixe líquido de 200 mil euros/ano.

Aqui mostra-se qual é a nossa preocupação, preservar os postos de trabalho,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é conversa comunista!

O Orador: ... procurar operações que sejam rentáveis para a empresa e que tragam mais-valias para a região.

Sr. Deputado, a SATA desenvolve a sua atividade com um vasto leque de ligações regulares com a Europa, como por exemplo, Las Palmas, Frankfurt, Londres, Amesterdão, Madrid, Airlander, Paris, Munique. Estas, sim, são rotas importantes para a SATA,...

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Algumas deficitárias! Misericórdia!

O Orador: ... estas sim são rotas que satisfazem aquilo que é o objeto social da SATA, que é captar fluxos turísticos...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Captar fluxo turístico!!!

O Orador: ... para a Região e servir depois de plataforma para a América do Norte...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isto é que é estratégia!

O Orador: ... com destinos como Boston, Toronto, Oakland ou Montreal.

É aqui que nos devemos posicionar, é aqui que deve estar o foque da atuação da SATA, ou seja, garantir a acessibilidade ao exterior da Região, garantir a ligação às nossas comunidades emigrantes, a ligação aos principais mercados emissores de fluxos turísticos para a Região e só fazer operações fora da Região desde que estas sejam, efetivamente, rentáveis.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): E palminhas?

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na avaliação do Bloco de Esquerda esta interpelação suscitada pela Representação Parlamentar do PCP sobre a estratégia para o Grupo SATA no novo paradigma de transportes da Região tem todo o sentido. Por isso saudamos esta iniciativa, ainda que no nosso entendimento e tendo em conta que foi apresentado recentemente o Plano Integrado de Transportes, se calhar o que deveríamos e poderíamos estar a discutir aqui era o tal PIT (Plano Integrado de Transportes).

Nesse sentido propusemos mesmo à Mesa um debate, neste caso uma interpelação, sobre a política de transportes em geral, mas uma vez que o PCP se tinha adiantado, digamos, no sentido de se concentrar num setor desta área de transportes, no caso os transportes aéreos, retirámos obviamente essa nossa interpelação que ficará para uma próxima oportunidade.

Mas como tenho pouco tempo vamos ao que interessa em concreto, algumas questões que gostaria de levantar. Antes de mais, o proponente dirá, mas eu não posso deixar de dizer ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes que não respondeu em concreto a nenhuma das perguntas verdadeiramente importantes que foram levantadas daquela tribuna, desde logo, se é ou não verdade que o Governo Regional teve (ou tem!) em mente acabar com a SATA e constituir outra empresa?

Esta pergunta é extremamente importante para todos os/as açorianos/as e gostaria de a recordar. Também não gostaria que este debate terminasse sem que o Sr. Secretário esclarecesse em definitivo o proponente e neste caso todos/as os/as outros/as deputados/as desta Casa.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*): Com todo o gosto! Pensei que tivesse ficado claro!

A Oradora: De entre algumas questões que tenho para levantar ao Sr. Secretário, começaria pela seguinte:

Lendo o Plano Integrado de Transportes, que do nosso ponto de vista é tudo menos um plano (podemos chamar-lhe o que quisermos, mas não é um plano), lendo esse tal pseudo plano, ouvindo o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes perorar sobre a importância dos transportes para a economia, por

maioria de razão para uma economia de uma Região com as características dos Açores, como é que é compatível o desenvolvimento económico e o desenvolvimento do mercado interno em novos moldes, com o novo paradigma, como se pretende, quando há situações como esta, Sr. Secretário Regional, no transporte aéreo, por exemplo, entre a Terceira e São Miguel nos dias úteis da semana?

Deputado Francisco César (PS): Já foram anunciados os horários!

A Oradora: Ou seja, de segunda a sexta-feira é impossível a um empresário ou a qualquer cidadão deslocar-se da Terceira para São Miguel...

Deputado Francisco César (PS): A senhora não ouviu a intervenção!

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): A senhora não ouviu o que eu disse!

A Oradora: Ó senhores deixem-me terminar a pergunta. Depois, o Sr. Secretário fará o favor de dar a resposta.

Deputado Francisco César (PS): Mas já deu!

A Oradora: Não deu!

Deputado Francisco César (PS): Já deu!

A Oradora: Mas eu quero ouvir dar outra vez.

Deputado Francisco César (PS): Ah!

A Oradora: Sr. Deputado, eu não estou a perguntar a si, peço-lhe desculpa. Estou a perguntar ao Sr. Secretário.

Deputado Francisco César (PS): Mas é que já foi respondido!

A Oradora: Mas deixe-o responder. Faça-lhe esse favor, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Eu não faço favor nenhum!

A Oradora: Deixe o Sr. Secretário Regional falar da política que ele tutela. Deixe-o falar!

Volto a repetir:

Não é possível a um empresário (gosto de o ouvir!) ou a qualquer cidadão deslocar-se da Terceira para São Miguel e voltar no mesmo dia, tendo feito alguma coisa entretanto, tendo gasto duas, três ou quatro horas naquilo que o levou a essa deslocação, seja o negócio, seja uma consulta, seja aquilo que for.

Não é possível! É obrigado a pernoitar em São Miguel!

Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*): Não é!

A Oradora: É, Sr. Secretário Regional!

Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*): Não é! Foram corrigidos!

O Orador: Todos os dias da semana os horários foram vistos por nós, dia após dia, de segunda a sexta. Fica com três horas. Na melhor das hipóteses tem três horas para resolver os seus problemas.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*): Está no sistema! Vá lá ver!

A Oradora: Ora, como o Plano Integrado de Transportes, que não é um plano, não dá resposta a este problema, talvez o Sr. Secretário Regional possa explicar alguma coisa sobre isto e de certeza que os terceirenses agradecerão essa clarificação.

É bom não esquecer que estamos a falar das duas ilhas mais populosas dos Açores e onde se encontra e concentra o grosso do PIB açoriano.

Outra questão que gostaria também de lhe colocar, um aspeto relevante, é como o Partido Socialista e o Governo por ele suportado, encaram o trabalho e os trabalhadores da SATA.

A SATA tem um contingente de trabalhadores que está hierarquizado por tempo de trabalho e por ordenado. Está sujeita a uma tabela salarial específica, a avaliações e a contratos a prazo.

Estes trabalhadores vivem obviamente na esperança de entrar no quadro da empresa e por isso sujeitam-se a todas as situações. Estamos a falar de trabalhadores que não vivem nos Açores.

Consideramos isto uma selvajaria dentro de uma instituição pública, de uma empresa pública, na forma de lidar com alguns dos seus trabalhadores.

Esta selvajaria nas relações de trabalho, com o alto patrocínio do Governo e do Partido Socialista, é ainda mais aberrante quando a SATA obriga a uma resposta em 24 horas destes trabalhadores a dizerem se estão ou não disponíveis

para serem deslocalizados durante sete meses para a base de São Miguel. Resposta em 24 horas ou então, obviamente, despedimento.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Não é verdade!

A Oradora: A pergunta é simples, Sr. Secretário Regional: concorda o Governo Regional e o Partido Socialista com esta desregulamentação selvagem nas relações laborais e com este desrespeito pela vida pessoal e familiar destas pessoas?

Se não concorda, e nós queremos acreditar que não concorda, o que é que vai em concreto fazer relativamente a esta matéria?

A propósito disto gostava de lembrar uma coisa. No continente o Partido Socialista levantou-se criticamente contra aquilo que se passou por exemplo no *call center* da saúde, que é uma coisa muito parecida com esta.

Nós não podemos acreditar que o Partido Socialista no continente defenda os trabalhadores de uma maneira e tenha uma ideia do que é a justiça, a ética e a regulamentação do mercado laboral e nos Açores faça e pense de uma maneira completamente diferente.

Deputado Francisco César (PS): Podemos contratar açorianos!

A Oradora: Portanto, à outra primeira pergunta que o Sr. Secretário ainda não respondeu juntaria neste momento mais duas e depois tenho outras para lhe fazer.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Miguel Costa (PS): A primeira está respondida!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para reforçar uma das questões centrais da minha intervenção que tem a ver com a preocupação acerca da falência operacional da SATA Internacional, designadamente naquilo que são as suas Obrigações de Serviço Público.

Apenas para informar (se por acaso o Sr. Secretário não sabe) todos os colegas que os passageiros do voo Lisboa/Ponta Delgada, de hoje de manhã, aguardavam, quando iniciámos este debate, o embarque num voo da SATA, só que numa aeronave da Euroatlantic. Portanto, alguma coisa estará mal, Sr. Secretário. Era bom que essas questões ficassem devidamente esclarecidas.

Por outro lado, sim senhor, é importante, e a SATA tem esse papel a cumprir, a ligação entre o continente europeu e o continente americano. Mas, Sr. Secretário, há pouco eu já deixei esta questão: fica ou não fica mais caro concentrar todos os tripulantes em Ponta Delgada, uma vez que esses voos vão ter origem em Lisboa e é obrigatório o reposicionamento e o reposicionamento custa muito dinheiro?

Mas há aqui um outro problema relativamente a esta questão, Sr. Secretário, que é o seguinte: vamos fazer isso com que aeronaves?

Todos sabemos que os 310 têm que ser equipados com sistema de navegação que é obrigatório para atravessar o atlântico e todos sabemos que é impossível, ou pelo menos é muito difícil e tem custos elevadíssimos, instalar esse sistema de navegação nos 310.

Portanto, quais é que são as aeronaves?

Eu tenho a informação de que a SATA é cliente de uma empresa alemã e o objetivo dessa ligação à empresa alemã é procurar aeronaves para substituir os 310. Os negócios da aviação são como são e hoje os fabricantes são muito agressivos e querem tentar impingir à SATA modelos da família dos A-320, designadamente 321.

Todos conhecemos como é que é a configuração da cabine dos 321 que para voos transatlânticos não me parece que seja a mais confortável, mas até podemos dar isso de barato.

Sr. Secretário, a verdade é esta: é que V. Exa. não consegue pôr um 321 a fazer a ligação entre Lisboa, com escala em Ponta Delgada, com Toronto ou com Boston, com o avião cheio de passageiros, ou então terá de reduzir a bagagem.

Deputado Francisco César (PS): Mas essa intervenção é sobre uma questão que o senhor ouviu dizer!

O Orador: Posso dizer-lhe, Sr. Secretário, que se a opção for pelos A-321 V. Exa. consegue pôr passageiros em Boston ou em Toronto com uma média de peso de bagagem de 13 quilos. Parece-me que isso não serve nem o perfil dos nossos passageiros, que são os nossos conterrâneos da diáspora, nem serve sequer o trazer fluxos turísticos a partir do continente americano para os Estados Unidos.

Gostaria que o Sr. Secretário clarificasse esta situação: com que aeronaves?

Depois, Sr. Secretário, as rotas para a Europa que V. Exa. aí referiu são muito importantes, mas como V. Exa. sabe elas são sazonais e até são deficitárias.

Deputado Francisco César (PS): São muito!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, não me parece uma boa estratégia, até porque o mercado não existe nos Açores, pela dimensão da nossa população e até em função do objetivo que nós queremos.

Outra questão, Sr. Secretário: a rota Funchal/Porto Santo.

É verdade, Sr. Secretário. Podia perder dinheiro se tivesse aceitado o convite. Mas, Sr. Secretário, explique-me uma coisa: no concurso a oferta que a SATA fez agora é de menos um milhão de euros do que no concurso anterior.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): E as condições?

O Orador: Vamos ganhar dinheiro, Sr. Secretário?

Certamente, Sr. Secretário, mas a verdade é esta.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): As condições não são as mesmas e o senhor quer ter aeronaves nessas condições?

O Orador: Portanto, há aqui questões que são fundamentais que sejam esclarecidas.

Para já fico-me por aqui e voltarei mais tarde com outras questões.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estava a ver que não dizias nada!

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não ia deixar o meu amigo “despenhar-se” sozinho!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar, gostaria de pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Eu ainda não consegui perceber desta política do Governo o que é o novo paradigma de transportes da Região Autónoma dos Açores (não consigo perceber!) e a estratégia da SATA.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tem que perguntar ao Sr. Secretário Regional!

O Orador: Como está na sua resolução, presumo que V. Exa. também não saberá bem o que isso quer dizer.

Sr. Secretário, eu também acho que o senhor não respondeu às perguntas que foram feitas dali de cima. Tenho aqui várias questões para lhe colocar, sobretudo da equidade e da acessibilidade dos açorianos.

A primeira pergunta que lhe quero fazer é a seguinte:

Que vantagem teve, e tem, termos criado a SATA Internacional a nível de acessibilidades ao exterior (esta é a primeira pergunta.), comparado, por exemplo, com o período em que não havia SATA Internacional, e isso tendo em conta que essa resposta seria dada por outra qualquer companhia como foi sempre dada até àquele momento?

E a sustentabilidade da SATA Internacional como é que é feita? É a essa pergunta que o senhor também tem que responder sobre a SATA Internacional e que benefícios trouxe aos Açores.

Por exemplo, numa ligação de serviço público que é Ponta Delgada/Funchal (é a maior aldrabice que eu já vi e é meter a mão no bolso dos açorianos), que era feita num avião A-320 e que agora é feita com o Q-400 que gasta 40% menos e gasta um terço menos em tripulação, quero saber por que é que o preço da viagem é o mesmo ou aumentou?

Deputado Francisco César (PS): Diz sempre a mesma coisa!

O Orador: E mais. Quero saber por que é que no serviço público o preço que paga um jorgense, um graciosense ou um faialense, é 50% mais do que paga um micaelense? Também gostaria que me explicasse essa equidade de preços.

Depois, Sr. Secretário: “SATA anuncia novas rotas para Munique, Copenhaga e reforça ligações a Frankfurt”. Para quem? Essas ligações são para todos os açorianos?

“SATA assegura um voo diário ao Porto”. Para quem? Serve todos os açorianos?

Deputado Francisco César (PS): Serve os açorianos que vão para o Porto!

O Orador: “SATA com nova rota Ponta Delgada/Funchal”. Serve todos os açorianos em condições de igualdade e de equidade?

O senhor tem que responder a essas perguntas.

Qual a acessibilidade que garantiu essas novas rotas aos açorianos ao exterior?

A todos os açorianos, de Santa Maria ao Corvo, Sr. Secretário. Tem que responder a essa pergunta.

Depois, a estratégia da SATA. Realmente é preciso perceber o que é que se quer da SATA, porque ainda não se percebeu.

“Voos para Paris estão a dar prejuízo”. Fecha!

“Voos Lisboa/Funchal dão prejuízo”. Fecha!

“Voos Copenhaga/Porto (foi o grande anúncio) cancelam porque dão prejuízo”.

Fecha!

Sr. Secretário, isto é uma companhia que faz estudos de mercado? Que quando voa sabe para onde vai voar? Ou é uma companhia experimentalista que anda a gastar e a abusar do dinheiro dos açorianos?

É porque se fosse um exemplo, ainda vai. Dois, também. Agora, três e quatro...

Sr. Secretário, que raio de administração é esta? Que raio de companhia é esta?

Mais. Está bem plasmado no exemplo que o senhor aqui deu. O senhor hoje acabou de passar o maior atestado de incompetência à administração da SATA e aos dirigentes da SATA.

“Detetei que as ligações entre a Terceira e São Miguel (...) e mandei alterar”.

Então demita a administração, demita aqueles senhores que fazem a programação de voos. Faça uma limpeza.

Deputado Francisco César (PS): E o que é que o Sr. Secretário faz?

O Orador: Se o senhor é que detetou...

Deputado Francisco César (PS): Não pode detetar?!

O Orador: Se o Governo é que deteta, o que é que faz lá a administração? Como é que tem a petulância de fazer uma enormidade dessas?

O que é se passa? Mas não se passa só com isso.

É feito propositadamente, Sr. Secretário, mas o senhor devia ter detetado mais coisas. Devia ter detetado o resto.

Por que é que os açorianos não têm acesso em condições de equidade (pelo menos de igualdade já não digo) ao exterior como têm os micalenses?

É serviço público. São as ligações de serviço público.

Mais, Sr. Secretário. Qual foi o prejuízo da SATA em 2013? O real, porque o senhor sabe qual é e o senhor sabe o que se comenta por aí.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Não sei!

O Orador: Sabe, sabe.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Não sei!

O Orador: As continhas estão fechadas e o Sr. Vice-Presidente sabe o prejuízo. Depois, a *holding* disfarça tudo, porque andamos nós, açorianos, aqui, do orçamento, a sustentar uma coisa chamada SATA Internacional. Para quê, Sr. Secretário?

Já agora, SATA ia voar para o Brasil. Grande anúncio em 2012!

A que dia é que são feitas as frequências para o Brasil, com que avião e como é que isso se vai fazer?

Já agora, Sr. Secretário (é a última pergunta e insisto também, porque já foi aqui insistida), qual a estratégia?

A de médio curso já vimos que é um desastre. Em vez de pôr a SATA a voar entre os Açores e o continente, aumentando o número de frequências, com aviões cheios e a metade do preço, aumentando as tarifas promocionais com aviões cheios, fazendo a ligação dos açorianos ao continente,...

Deputado Francisco César (PS): O senhor acredita mesmo nisso?

O Orador: ... os senhores andam a brincar aos aviões, a gastar dinheiro aos açorianos, a esbanjar dinheiro aos açorianos e não servem os açorianos.

Qual a estratégia de médio e longo curso da SATA Internacional?

E se o avião é para comprar em 2015, essa companhia se ainda não sabe o avião que vai comprar, é mais uma razão para ser demitida, mas não é amanhã, é hoje. Uma companhia que quer programar voos, que quer voar a longo curso, tem que saber que avião vai comprar.

É um 330? É um 767?

Deputado Aníbal Pires (PCP): É um A-301, Sr. Deputado!

O Orador: É um 777? Que avião? É um avião para andar aos pulinhos, aos saltinhos, com 4000 quilómetros de autonomia? É isso que querem?

Portanto, Sr. Secretário, é fundamental que o senhor esclareça os açorianos nessas questões, porque nessa questão da SATA Air Açores, o Governo andar a sustentar vícios, não é correto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem agora a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária, Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes:

Em boa hora esta discussão surge nesta Assembleia e em boa hora porque ainda ninguém percebeu, nos últimos anos, as próprias afirmações do Secretário, nem o próprio pseudo Plano Integrado de Transportes responde sobre aquilo que é a futura estratégia da SATA.

O que sabemos é que ao longo dos últimos seis anos houve pura gestão política da SATA, uma gestão casuística...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foram 19 milhões!

O Orador: ... e uma gestão que leva a que todos nos interroguemos sobre aquilo que se pretende, ou que este Governo pretende, fazer da SATA.

Para o PSD as prioridades da SATA são: em primeiro lugar, a ligação inter-ilhas; em segundo lugar, uma rede de segurança para as ligações dos Açores para o continente português;...

Deputado Francisco César (PS): Uma rede de segurança! Isso é extraordinário!

O Orador: ... e em terceiro lugar, uma ligação à diáspora.

Digo que essas são as primeiras prioridades para o PSD, porque sem essas prioridades a mobilidade dos açorianos e o próprio turismo e a economia dos Açores ficam seriamente comprometidos.

Comecemos pelos desafios.

A SATA enfrenta três grandes desafios: a concorrência,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual SATA?

O Orador: ... a necessidade de baixar tarifas inter-ilhas e a renovação da frota de médio e longo curso da SATA Internacional.

Então começemos pela concorrência.

O Sr. Secretário Regional acabou de afirmar há pouco que a SATA neste momento não tem “músculo”, nem é competitiva.

Citando as suas palavras dizia: “dei instruções expressas para que a SATA abandonasse todas as rotas deficitárias fora dos Açores; dei instruções expressas para abandonar a base da Madeira, as rotas a partir da base da Madeira”.

É verdade, Sr. Secretário. Em quatro anos foram-se embora 20 milhões de euros com a aventura da base da Madeira. Em quatro anos a SATA perdeu 20 milhões de euros com a base da Madeira.

Uma pergunta impõe-se:

Por que é que a SATA dá prejuízo na base da Madeira?

A TAP dá lucro na base da Madeira; a easyJet dá lucro na base da Madeira.

Perdeu competitividade?! “Engordou?!” Perdeu “músculo”? Essas são questões que gostaria que respondesse objetivamente.

Já estamos habituados a ouvi-lo falar “baliês”.

Todos nós conhecemos o filme “À procura de Nemo”. Havia lá uma baleia que falava, *un-an-an-an... un-an-an-an...* Ninguém percebia o que ela dizia!

Sr. Secretário, aqui é uma casa para falar claro, não é para falar “baliês”.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): O senhor emita muito bem! Parabéns! Até suscita aplausos dos seus colegas!

O Orador: Segunda questão e segundo desafio:

A baixa das tarifas nas rotas inter-ilhas.

Se for concretizada a revisão das Obrigações de Serviço Público no transporte aéreo para fora dos Açores, não é comportável, não é compaginável, ninguém entenderá que paguemos mais caro para voar trinta minutos do que para voar duas horas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ou três!

O Orador: Terceiro grande objetivo ou desafio: a renovação da frota da SATA Internacional.

Mas aí põe-se a questão da capacidade financeira da SATA.

A saúde financeira da SATA, e foi afirmado por um insuspeito economista desta Região, o Dr. Fernando Lopes, no passado sábado...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem?!

O Orador: Dr. Fernando Lopes, ex-Secretário Regional dos Governos do Partido Socialista.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sabemos quem é!

O Orador: Afirmou que as contas da SATA, em 2012, são um susto. Sr. Secretário Regional, queria afirmações, respostas claras acerca da saúde e capacidade financeira da SATA para renovar a frota dos A-310.

Para finalizar esta primeira intervenção, gostaria também de reafirmar a posição do PSD.

Os senhores insistem que hão de fazer da SATA, uma agência de viagens, um operador turístico. Há uma razão para isso. É que a promoção que V. Exas.

fazem não funciona. Mas a SATA é um transportador, não é um operador turístico.

Os senhores obrigam a SATA a voar para tudo o que é destino da Europa para captar fluxos turísticos (são as suas palavras na sua primeira intervenção). Foram essas as suas palavras.

Por que é que a SATA tem que ir buscar turistas?

É porque os turistas pelo seu pé não vêm cá.

Deputado Francisco César (PS): Claro, Sr. Deputado! Já viu a distância?!

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Ficavam cansados!

Deputado André Bradford (PS): Eles já tentaram!

O Orador: Porque a vossa promoção não funciona e por isso mesmo tem que fazer a SATA voar para inúmeros destinos da Europa tendo prejuízos para cobrir a ineficiência e a ineficácia da vossa promoção turística. Esta é a verdade.

Sacrificam a SATA para disfarçar a incompetência na promoção turística.

Obrigado.

Deputada Judite Parreira (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): As estatísticas contrariam aquilo que o senhor está a dizer!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A discussão é sempre a mesma.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pois! Não há novidades! É sempre o mesmo!

Deputado Luís Garcia (PSD): Os números são sempre os mesmos!

O Orador: Há seis anos que fazemos sempre a mesma discussão.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E os outros?

O Orador: As rotas, o preço, as acessibilidades.

Há seis anos que temos vindo a transmitir qual é a nossa orientação em termos daquilo que deve ser o papel da SATA Açores e da SATA Internacional. Essa orientação tem evoluído, não se tem mantido sempre a mesma. Ela tem-se adaptado às circunstâncias do tempo, tem-se adaptado às circunstâncias económicas e daí tem havido uma evolução naquelas que são as nossas políticas públicas e a nossa orientação à companhia açoriana.

Primeiro que tudo tem que ser assumido um princípio base. O que é que nós pretendemos da SATA Air Açores?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda não sabem!

O Orador: Vamos entender isto como o grupo todo.

A SATA tem que servir os Açores. Como?

Em primeiro lugar, e como já foi dito, servindo o seu mercado inter-ilhas, os seus residentes, servindo as acessibilidades ao continente daquilo que são as necessidades que os açorianos têm de viajar para o seu continente e promover também as acessibilidades dos turistas aos Açores. São essas as prioridades.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eles chegam aos milhões a Lisboa!

O Orador: Nós elencamos o turismo como um setor estratégico de desenvolvimento para os Açores.

Daí que todas as políticas públicas que temos tido têm sido orientadas no sentido de conseguir sustentar estes propósitos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A clientela!

O Orador: As rotas que são feitas pela SATA Internacional devem assegurar estes dois propósitos, para o Porto, para Lisboa, a tarifas que consideramos acessíveis.

Há a discussão que podemos ter de que se elas deviam ser mais altas ou mais baixas; se elas deviam ser disponíveis em todos os lugares ou em menos lugares.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual é a sua opinião?

O Orador: Essa é outra discussão que temos tido, em que há posições comuns e posições diferentes sobre esta matéria.

Outra questão que se põe são as rotas dos Açores para o exterior. Se elas servirem o mercado turístico açoriano, no sentido das acessibilidades para encherem os nossos hotéis, temos políticas públicas direcionadas exatamente para esse propósito. Servem os Açores, devem ser mantidas de uma forma sustentada!

Há outras rotas que podem ser feitas pela SATA Internacional que não sirvam diretamente os Açores naquilo que são as acessibilidades. Há! Mas elas têm que ser lucrativas. Elas têm que permitir à SATA ganhar “músculo” financeiro para poder em outras rotas, onde elas não sejam tão sustentáveis, poder dar exatamente “músculo” financeiro para que a SATA possa cumprir melhor os seus propósitos.

Manda aqui uma orientação base: a SATA quando não estiver a servir diretamente os Açores não pode dar prejuízo.

Quando isso aconteceu a orientação que o Sr. Secretário deu, e que o então Secretário da Economia também deu, foi de não permitir que isso aconteça.

Aquilo que se tem verificado é que sempre que há uma rota que passa a dar prejuízo esta rota passa a ser interrompida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que ficou com o prejuízo?

O Orador: A gestão das bases deve ser entendida exatamente da mesma forma, ou seja, se houver uma redução daquilo que são os lucros da companhia, deve haver uma redução na mesma medida daquilo que é a presença na base. Esta é uma discussão operacional e essa deve ser uma discussão operacional da companhia que aquilo que deve seguir são as nossas orientações.

Pois bem! Vamos então discutir aquilo que tem sido a política de tarifas da SATA Internacional e da SATA Air Açores.

Temos duas situações. Temos a primeira que tem a ver com a revisão das Obrigações de Serviço Público no continente.

Aquilo que os Srs. Deputados sabem e muito bem é que essa discussão está a ser feita com o Governo da República. Há algo aqui que nos divide e que tem

surgido com alguma frequência da parte do maior partido da oposição. Tem a ver com o modelo que propõem para servir os Açores.

Este modelo que propõem para servir os Açores parece-me extremamente perigoso para os residentes e para a própria sustentabilidade da companhia aérea.

Aquilo que propõe o PSD é que o mercado seja liberalizado e que não haverá problema nenhum em relação às tarifas que os residentes irão pagar, ou seja, não estarão sujeitos a tarifas muito altas naquilo que é o pico da procura, porque nós temos uma companhia aérea que será o que se poderá chamar de "Price maker". Ou seja, quando os preços começarem a subir durante o Natal ou na Páscoa, o que acontece é que um Governo, liderado pelo PSD, caso isso fosse possível, daria orientações à SATA para que esta não subisse os preços na mesma medida.

Pois bem! Aquilo que o PSD propõe é que num mercado totalmente liberalizado as outras companhias “fiquem com a carne” e que a SATA “fique com o osso”.

Ou seja, a companhia aérea açoriana seria ameaçada na sua sustentabilidade para manter o modelo de liberalização que o PSD propõe.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ameaçada está agora, Sr. Deputado!

O Orador: Mais. É uma total contradição sobre aquilo que acham da SATA.

Os senhores acabaram de dizer nesta câmara que a SATA está com enormes problemas financeiros, que as contas da SATA são um susto.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O Dr. Fernando Lopes é que disse!

O Orador: Então se as contas da SATA são um susto, como é que os senhores propõem que no mercado liberalizado seja a companhia aérea açoriana a manter as tarifas baixas?

Isso parece-me um total contrassenso de um partido que ao fim de seis anos (nós conseguimos perceber nesta câmara e os açorianos já o perceberam lá fora) não tem política para os transportes aéreos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Os senhores é que têm!

O Orador: Ao fim de seis anos não conhecemos as vossas políticas de transportes aéreos. Os senhores não evoluíram nada. A vossa política de transportes aéreos, hoje, é a mesma que era no tempo da Dra. Berta Cabral. Não a conhecemos! Um autêntico *flop*!

Deputado Luís Garcia (PSD): E ao fim de 18 anos ainda não conhecemos as vossas!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Dezassete!

Deputado Luís Garcia (PSD): Mais perto dos 18 do que dos 17!

O Orador: Aguardamos que os senhores contribuam para essa discussão e consigam, nesta discussão que é muito importante que é a revisão das Obrigações de Serviço Público, assegurar que os nossos residentes, quando vierem as *low cost*, quando a nossa companhia aérea estiver a concorrer com essas companhias, em época alta não pagar mais do que um determinado valor que seja considerado acessível para as suas deslocações.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os senhores aqui ainda não conseguiram dar uma resposta. É isso que o Partido Socialista desafia os senhores a fazer.

Como é que os senhores conseguem garantir que os nossos residentes não irão pagar em época alta preços que sejam insustentáveis, a não ser que queiram falir a SATA Internacional?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está falida!

O Orador: Parece-me que não é esta a vossa intenção.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a este tema que o Partido Comunista traz para discussão no âmbito deste plenário, o PPM também considera que existem preocupações graves em relação ao futuro da SATA.

Fundamentalmente, na nossa perspetiva, temos que analisar como está a situação, quais são as insuficiências que existem e também qual é a perspetiva para que as coisas venham a melhorar.

Na primeira intervenção do Sr. Secretário, para mim não ficou evidente qual é a estratégia que vai ser seguida no futuro.

Tive a oportunidade de assistir, há alguns dias, a uma entrevista do Eng^o António Cansado em que ele fez referências que considerei oportunas e levantou algumas questões que considerei pertinentes.

Ele referenciou que neste momento, ou seja, nos últimos sete anos, as indemnizações compensatórias duplicaram.

Deputado Francisco César (PS): Quais indemnizações!? São as mesmas!

O Orador: Foi o que foi referenciado pelo senhor Eng^o António Cansado.

Agora, o que é importante que se possa referenciar é, estas indemnizações compensatórias, este aumento do esforço financeiro, resultou numa diminuição das tarifas? Não resultou!

Resultou numa melhoria da qualidade do serviço? Também não sucedeu isso, também não aconteceu.

Depois referenciou uma outra questão que considerei bastante pertinente que é o subaproveitamento da capacidade de transportes das mercadorias, o valor. A taxa de ocupação no inter-ilhas, segundo o senhor Eng^o António Cansado, é cerca de 56%.

Também em relação às mercadorias ele referenciou números extremamente baixos, o que significa que existe uma capacidade instalada que não está a ser devidamente aproveitada. Isto tem a ver não com a existência de recursos, mas com uma má utilização dos recursos existentes.

Quando não utilizamos a capacidade que temos para transportar as mercadorias e a utilização é apenas residual, no âmbito da capacidade que a nossa frota tem no âmbito das ligações inter-ilhas, quando a taxa de ocupação é baixíssima,

temos a obrigação de pensar que o Governo Regional e a companhia, o grupo, devem implementar um conjunto de medidas que permitam aproveitar o nosso potencial. É isso que estou à espera que o Governo Regional anuncie neste debate.

Que medidas do ponto de vista da organização serão implementadas para que se aproveite a capacidade instalada?

A questão como foi colocada, e também como eu a começo a analisar, é de que existe um conjunto importante de capacidades instaladas que por desorganização, por incúria, por uma má sistematização das operações neste momento está amplamente subaproveitada.

Portanto, estamos aqui a falar de um assunto que tem a ver com a falta de capacidade de gestão e tem a ver com uma incúria do ponto de vista do planeamento. Esta é, penso eu, uma conclusão que se pode retirar em relação a este assunto.

A questão que deixo ao Governo é de que forma é que vai potenciar, utilizar o conjunto de capacidades que possuímos.

Por outro lado, há uma outra questão que já surgiu aqui ao longo deste debate que é, neste momento, estamos a ter muita dificuldade em conquistar operações rentáveis. Eu também considero que aquelas que não são rentáveis não devem prosseguir, não devemos efetuar. Não devemos continuar com operações que não são rentáveis.

A questão que se coloca neste momento é quais são os fatores que explicam a dificuldade que a SATA está a ter para conquistar operações rentáveis, porque a história da SATA nesta matéria é uma história de conquista de operações que não são rentáveis ou que se vêm a verificar, ao fim de alguns anos, que não são rentáveis.

Temos que preparar a companhia para ela ter capacidade de conquistar mercados rentáveis.

Penso que estas são algumas das questões mais pertinentes a que o Governo deve responder.

Na minha perspetiva global (e concordando com o que alguns partidos políticos aqui já referenciaram do ponto de vista das prioridades estratégicas), é evidente que é fundamental manter a ligação entre os açorianos e por isso o serviço inter-ilhas é fundamental. É importante também a conquista do mercado e a ligação ao mercado turístico e é importante a manutenção das ligações à diáspora. Essas são prioridades políticas com que nós concordamos.

Essas prioridades são, penso eu, unânimes nesta câmara.

A questão está neste momento naquele que eu acho que é o principal problema da SATA, que é uma acumulação de responsabilidades financeiras acrescidas para o contribuinte açoriano quando o serviço não melhora e os Açores têm um grave problema do ponto de vista do seu desenvolvimento económico.

É que a SATA como está, está a estrangular a nossa capacidade de captar mercado turístico.

Nesse sentido não está a desenvolver um dos seus vetores estratégicos mais importantes para o desenvolvimento económico dos Açores.

É este o conjunto de questões que lhe deixo, Sr. Secretário.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como resposta às questões aqui colocadas e começando pela Sra. Deputada Zuraída Soares que colocou a questão se o Governo tem ou não intenção de acabar com a SATA Internacional, suponho eu.

Sra. Deputada, depois de tudo o que eu disse, julgo que não há dúvidas do que é que se pretende.

Aquilo que se pretende é ter uma companhia que responda aos desafios do futuro.

Se pretendemos ter uma companhia que responda aos desafios do futuro não é acabando com ela que se consegue isso, naturalmente.

Portanto, depreendi que a resposta à questão colocada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires estava mais do que respondida.

Em relação aos horários eu também na minha primeira intervenção tive oportunidade de dizer que foram detetadas lacunas e foram dadas indicações expressas para que essas lacunas fossem corrigidas,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas quando é que foram corrigidas?

O Orador: ... mas não só para as duas ilhas mais populosas, porque o Governo dos Açores não olha só para as duas ilhas mais populosas.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Olhamos para todas as ilhas e inclusivamente as lacunas que foram encontradas nas ligações com a Graciosa também foram corrigidas da mesma forma e com a mesma celeridade.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas quando é que foram corrigidas? Foi esta manhã?

Deputado Francisco César (PS): Isso não interessa!

Deputada Zuraida Soares (BE): Interessa, interessa!

O Orador: Em relação à questão dos trabalhadores da SATA que foram contratados e que tinham que dar resposta em 24 horas, Sra. Deputada, há aqui um conjunto grande de equívocos.

A SATA tem um conjunto de colaboradores que são contratados para a época sazonal e isto repete-se ao longo dos anos, porque a atividade é fortemente sazonal e há necessidade de reforço de tripulações, nomeadamente de cabine, para essa época.

Todos os anos, de acordo com os critérios que ordenam todos os colaboradores da empresa, essas pessoas são convidadas a fazer novo contrato sazonal. Foi isto que foi feito. Não foi despedir ninguém. Ninguém estava a trabalhar.

Deputada Zuraida Soares (BE): E a resposta qual foi?

O Orador: A empresa tem que contratar de acordo com as suas necessidades e não é o Governo que define as necessidades que a empresa tem. É o Conselho de Administração que verifica quais são as necessidades de contratação de

peçoal para desempenhar a atividade e contrata para os locais mais adequados em termos de gestão de recursos.

Na linha daquilo que perguntou o Sr. Deputado Aníbal Pires, não passa pela cabeça de ninguém que a gestão de uma empresa seja feita contratando alguém que vai onerar o resultado final da empresa.

Naturalmente que as contratações que são feitas e a localização das bases onde essas pessoas são contratadas, são na perspetiva de rentabilizar ao máximo todos os recursos da empresa.

O Sr. Deputado diz que os voos começam em Lisboa.

Sr. Deputado, os voos podem até começar noutra sítio qualquer. Tudo depende da gestão das tripulações que existe e das mudanças de tripulações que existe. Isto é uma questão operacional.

Como deve imaginar não sou eu que faço essa gestão, não é o Governo que faz essa gestão e o Conselho de Administração da SATA naturalmente fala no sentido de rentabilizar ao máximo todos os recursos existentes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o senhor faz ou não faz?

O Orador: Em relação à nova frota, Sr. Deputado, eu não vou aqui discutir se é o A-320, se é 321, se é 330 ou se é 340.

A indicação que o Governo dá ao Conselho de Administração da SATA é que perante uma necessidade que é de renovação da frota, de um recurso, ela tem que ser feita com um objetivo claro, satisfazer aquilo que é o *core* da empresa.

Aquelas questões que levantou do 321, se não me engano, só permitir 13 kg, é evidente que isto não é uma aeronave adequada para aquilo que é a realidade da SATA e que é o *core* da SATA. Nunca poderá ser uma aeronave dessas se esses pressupostos são os corretos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estou mais descansado!

O Orador: Sr. Deputado, isto é bom senso e temos que encarar estas coisas com bom senso e com seriedade. Não é o diz que diz que faz com que as coisas aconteçam.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Secretário, estou mais descansado! Isso é uma boa notícia!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Queremos que fique descansado!

O Orador: Em relação à outra questão que levantou, também lhe posso dizer que é verdade. A SATA pediu a uma entidade externa, a uma entidade idónea, a uma entidade alemã que refere, a sua Lufthansa, para fazer a análise das necessidades e da frota de longo curso.

Portanto, acho que só o nome diz tudo em relação à sua independência ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estou mais descansado!

O Orador: ... e à sua capacidade técnica para avaliar das necessidades e das soluções a implementar no futuro.

Sr. Deputado Artur Lima, como sabe, as rotas de serviço público têm tarifas estipuladas e a SATA cumpre com essas tarifas estipuladas.

Aliás, deixe-me dizer-lhe que a opção da SATA deixar de voar com o 320 e voar com o Q-400 na rota Ponta Delgada/Funchal devia ser um facto de satisfação, porque é uma boa utilização dos meios e dos recursos que a empresa tem ao seu dispor no sentido de rentabilizar.

Por que é que há de voar com um 320, com metade da sua capacidade ocupada, quando pode voar com um Q-400 com a sua capacidade totalmente ocupada?

É uma questão de rentabilização de meios e de recursos que me parece fazer todo o sentido e que nos devemos todos congratular com essa medida.

Em relação às vantagens que a SATA trouxe, ou a SATA Internacional trouxe, para as acessibilidades à Região, o Sr. Deputado Artur Lima certamente já não se recorda do que é que era antes de haver SATA Internacional.

Recordo-me claramente de quando estava a estudar chegava às 3:00h e às 4:00h da manhã e era quando chegava.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o senhor continua a chegar às 3:00h da manhã e é quando chega!

O Orador: Sr. Deputado, hoje temos um serviço claramente com melhor qualidade, temos um serviço mais fiável, com maior regularidade, que serve todos os açorianos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: ... mas que não é um serviço perfeito, nem nunca há de ser um serviço perfeito, porque não há perfeição em termos de prestação de serviço.

Agora temos uma obrigação. É procurar permanentemente a melhoria contínua desse serviço.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: A esse propósito, o Governo dos Açores apresentou uma proposta para revisão das Obrigações de Serviço Público em maio de 2012 que até hoje não teve qualquer desfecho por parte do Governo da República.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Que jeito que isso dá!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A quem?

Deputado Jorge Macedo (PSD): À SATA e ao Governo!

O Orador: O Sr. Deputado Jorge Macedo levantou aqui uma data de questões. Já todos tínhamos percebido que o Sr. Deputado Jorge Macedo tem uma elevada propensão para a piada fácil.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Teve mais piada que a Liliane Marise!

O Orador: Agora, para imitação de sons de animais foi a primeira vez que tivemos oportunidade de ver os seus dotes.

Deputado Berto Messias (PS): Eu acho que o senhor devia repetir isso mais vezes! E variar o zoológico!

O Orador: Em relação a outra questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Artur Lima, se não me engano.

As contas da SATA não estão fechadas e serão fechadas e publicitadas dentro daquilo que é a legalidade. Como tal, não podem ser, nem devem ser, referidas, nem publicitadas em relação aos seus valores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porquê? É segredo de Estado?

O Orador: O Sr. Deputado Jorge Macedo refere a aventura da Madeira. Pergunta por que é que a TAP e a easyJet dão lucros na base da Madeira e a SATA não dá.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já lhe tinha feito essa pergunta e não obtive resposta!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Ele foi estudar para casa!

O Orador: Sr. Deputado, sejamos sérios!

Sabemos qual é o tipo de operação da TAP e qual é o tipo de operação da easyJet.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sabemos, sabemos!

O Orador: Sabemos qual é a dimensão de rede da TAP e qual a dimensão da rede da easyJet.

Nós sabemos que a operação que a SATA Internacional fazia na Madeira não tem a ver com este tipo de operação que, nem a TAP, nem a easyJet, operam.

Deputado Francisco César (PS): Nós sabemos! Não sabemos é se o Sr. Deputado sabe!

O Orador: O que sabemos, Sr. Deputado, é que a companhia que achou que aquilo era um bom negócio, e foi para a Madeira substituir essas rotas da SATA, durou três meses. Isto é um facto! Isto é o que sabemos!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Demagogia! Aumentar o aluguer dos aviões!

O Orador: Em relação às baixas tarifas e às rotas das OSP, as baixas tarifas são um objetivo tanto para o inter-ilhas como para as ligações para o continente e à Região Autónoma da Madeira.

Agora sejamos claros e sejamos sérios. Andar de avião não é barato. Andar de avião é caro.

Oitenta por cento do custo variável de um voo é combustível, é jet fuel. O jet fuel nos últimos três anos subiu 40%.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a taxa de combustível que o senhor aplicou, quem é que paga?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os outros andam com água!

O Orador: Temos que saber o que é estamos a dizer e temos que ver com razoabilidade do que é que estamos aqui a falar

Em relação àquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão referiu, nomeadamente na questão da carga, há aqui questões importantes a ver.

SATA Air Açores e aquilo que é a ligação da Região ao continente:

Tal como tive oportunidade de anunciar já a esta câmara, está a ser desenvolvido um estudo relativamente à carga. Desse estudo já há algumas indicações preliminares.

Na prática, aquilo que temos é que em termos de ligações inter-ilhas, a capacidade instalada que temos, responde às necessidades. Onde há estrangulamento é nas ligações ao exterior.

Essa situação será resolvida com a revisão das Obrigações de Serviço Público e com um ponto que é fundamental nessa revisão, que é a possibilidade das companhias poderem subcontratar o serviço de carga aérea.

Todo o estrangulamento que existe neste momento está com o exterior da Região e não com o inter-ilhas, porque a capacidade instalada é suficiente. Há capacidade para crescer mais, há capacidade para se desenvolver outro tipo de atividade.

Recordo que ainda o ano passado foi implementada uma tarifa especial para os produtos frescos com origem e destino às ilhas da coesão e que originou um tráfego de cerca de 25 toneladas, o que é bastante expressivo.

Medidas desta natureza iremos continuar a implementar.

Ainda em relação à SATA Internacional e àquilo que foi referido da renovação da frota e da sua capacidade de financiamento para o fazer, é evidente que a renovação da frota da SATA Internacional e o seu financiamento terão que ser feitos numa perspetiva de aluguer operacional que hoje existe e está claramente à disposição no mercado, com preços competitivos, dependendo naturalmente do tipo de aeronave que venha a ser escolhida no âmbito de servir aquilo que é o *core* da empresa.

Em relação a outra questão colocada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão sobre os fatores que explicam a dificuldade que a SATA tem em conquistar operações rentáveis fora da Região.

Sr. Deputado, o mercado mudou e mudou muito.

Hoje existe um claro excesso de oferta na época baixa que é a altura em que a SATA tem maior disponibilidade para executar este tipo de operações.

Na época alta, quando toda a frota está ocupada, é que existe efetivamente uma procura com valores rentáveis, mas nesta altura a opção é clara, é satisfazer aquilo que é o *core* da empresa, aquilo que são as necessidades de acessibilidade à Região, tanto na vertente de mobilidade dos açorianos, como na vertente de captação de fluxos turísticos para a Região, como na ligação às nossas comunidades emigrantes. Daí surgirem estas dificuldades, que são dificuldades impostas claramente por aquilo que é a realidade do mercado.

Recordo-lhe, por exemplo, que as empresas, as chamadas *low cost*, na época baixa, têm uma parte muito significativa da sua frota simplesmente parada para só voar na época alta. Isto é contingências do mercado, estrangulamentos do mercado.

Tem que haver naturalmente um trabalho aturado por parte da área comercial do grupo SATA na perspetiva de conquistar operações que sejam rentáveis e que tragam mais-valias para a Região.

Em relação à política tarifária e em relação àquilo que tem sido feito pela SATA, todos temos consciência de que o desejável é ter preços mais baixos. Isso é desejável. Tanto assim é que na nossa proposta de revisão das Obrigações de Serviço Público aquilo que temos é precisamente que haja um preço máximo a ser pago pelos açorianos, um preço justo, mas igual para todos, e que as restantes tarifas sejam liberalizadas na perspetiva de fomentar a concorrência e com isso advir benefícios, por um lado, ao nível do custo da acessibilidade e, por outro, ao nível da qualidade de serviço.

Gostaria de dizer às Sras. e aos Srs. Deputados que, por exemplo, no ano 2013, a SATA disponibilizou 106.154 tarifas promocionais, das quais foram vendidas efetivamente 59.610.

Isto mostra bem o esforço que tem sido feito na perspetiva de, perante os condicionalismos impostos pelas atuais Obrigações de Serviço Público, a companhia responder com uma oferta mais atrativa para todos os açorianos.

Este será o caminho que temos que seguir, ter uma empresa de capitais públicos regionais que sirva os Açores e os açorianos no seu mais distinto e diverso âmbito de atuação que, no fundo, se resumem numa única forma: dar maior

capacidade de mobilidade e contribuir de uma forma ativa para trazer riqueza para a Região.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos fazer um intervalo. Vou pedir apenas ao Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Governo – 9 minutos;

PS – 24 minutos;

PCP – 13 minutos e 30 segundos;

PSD - 17 minutos e 45 segundos;

CDS-PP – 6 minutos;

BE - 2 minutos e 50 segundos;

PPM - 3 minutos e 30 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário. Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 36 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 12 minutos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Artur Lima. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, há uma coisa que acho que é preciso começar a perder (permita-me que diga) essa chico-espertice de última hora.

Deputado Francisco César (PS): Não sei o que são “chico-espertices”!

O Orador: É que não foi o senhor, nem foi o Governo que detetaram esta enormidade das tarifas entre a Terceira e Ponta Delgada. Foram os terceirenses,

foram os micalenses, foram os comerciantes, foi quem precisa ir tratar da sua vida.

Isto já está em vigor desde (diga lá!) 28 de março. Hoje são quantos?

Curiosamente, havendo esta interpelação, na véspera do plenário altera-se à última da hora para, se fosse criticado aqui, poderem dizer “não, não! Nós já alterámos!”.

Alterou hoje de manhã,...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*): Não, não!

O Orador: ... porque ontem à tarde...

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Não estava alterado!

O Orador: ... (e estão aqui duas pessoas que fizeram simulações), às 17h00 não tinha nada alterado. Alterou hoje de manhã, às 9h25.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Então está satisfeito!

O Orador: Não totalmente satisfeito. E sabe por quê? Porque a coisa é sempre feita de modo a fazer com que as coisas que exigimos não funcionem, porque há segunda-feira continua a mesma vergonheira. Há segunda-feira, quem quer ir da Terceira a Ponta Delgada, não tem voo de manhã e entre a uma e as duas tem dois voos seguidos. Isso é escandaloso! Isto é má gestão! Isto é mau planeamento! Isto é sobretudo mexer com a vida das pessoas, Sr. Vice-Presidente.

Ao sábado, não tão grave, mas também continua a mesma coisa, ou seja, alteraram três dias.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): A semana só tem cinco, é?!

O Orador: O domingo é o dia de descanso para os que estão.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Dois menos sete dá quatro!!! Está certo!

O Orador: Sr. Secretário, o senhor falou aqui na rota do Funchal. Vou ler-lhe uma notícia da altura em que a SATA julgava que tinha “músculo” para concorrer com a TAP e com a easyJet.

“A SATA Internacional lança uma campanha promocional por ocasião do dia da Madeira, disponibilizando 16 mil lugares à tarifa de 31 euros, para viagens entre Funchal e Lisboa, durante o mês de novembro”.

Sr. Secretário, vamos ter o Dia da Região proximamente. A SATA vai fazer para os açorianos como fez para os madeirenses, a 31 euros?

Deputado Francisco César (PS): Mas não estava falida há 30 minutos?!

(Aparte inaudível do Deputado Joaquim Machado)

Deputado Francisco César (PS): Os argumentos têm que ter sentido!

O Orador: O argumento é o mesmo que os senhores fizeram para os madeirenses,...

Deputado Francisco César (PS): Estava a falar com o Sr. Deputado Joaquim Machado!

O Orador: ... que o Sr. Secretário criticou que andávamos a pagar. Portanto, no Dia da Região Autónoma dos Açores, como fizeram para o Dia da Região Autónoma da Madeira, o Sr. Secretário vai pôr umas tarifazinhas a 31 euros?

Sr. Secretário, vou dar-lhe mais um exemplo da SATA que o senhor diz que deve primeiramente servir os açorianos – os açorianos! Sublinho e repito, Sr. Secretário.

Ponta Delgada/Orly – sabe qual é a tarifa que o senhor tem se quiséssemos viajar no dia 25 de abril? Quarenta e cinco euros de tarifa.

Sabe qual é a tarifa Ponta Delgada/Lisboa? Cento e trinta e nove euros.

É para isso que serve a SATA, Sr. Secretário?

Uma é de serviço público. A outra não é de serviço público.

O total da viagem dá cento e oitenta e seis euros ou duzentos e vinte e quatro euros, Sr. Secretário. A diferença é só essa.

Vou dar-lhe mais um exemplo, Sr. Secretário.

Ponta Delgada/Madrid/Ponta Delgada – sabe qual é a tarifa? Cinquenta e quatro euros.

Qual é a tarifa de Terceira/Lisboa, Sr. Secretário?

Vou dar-lhe mais um exemplo, Sr. Secretário, que é de um terceirense que queira fazer o voo para Orly. Um açoriano residente em São Miguel paga cento e oitenta e seis euros; um açoriano residente na Terceira paga trezentos e quarenta e seis. Quer explicar-me por quê?

É isso, por isso é que a SATA não serve, não trata todos iguais e muito menos o Governo se preocupa com isso.

São questões muito práticas, muito objetivas para o senhor responder.

Já agora, Sr. Secretário, permita-me então, em tom de graça, perguntar-lhe o seguinte:

Acha que uma companhia, ou que uma administração, ou uns gestores, ou o que o senhor lhe queira chamar, ou uns diretores, ou uns chefes que não são capazes de fazer um horário decente, vão ser capazes de comprar um avião de longo curso que sirva os açorianos e a SATA?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ouvimos na primeira intervenção do Sr. Secretário do Turismo e Transportes dizer que é objetivo do Governo transformar os Açores numa grande plataforma – transformar os Açores, sim! – entre os Estados Unidos e a Europa.

Sr. Secretário, o que V. Exa. queria dizer era o seguinte:

Com a nossa gestão política levamos “tareias” em concorrência fora dos Açores e só nos resta “encolher” em casa.

Com a vossa gestão política V. Exas. devem 20 milhões de euros à SATA Air Açores de indemnizações compensatórias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, pois é!

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: Com a vossa gestão política reduziram nos últimos seis anos as indemnizações compensatórias à SATA Air Açores em 25%.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, pois é!

O Orador: Com a vossa gestão política fizeram a renovação da frota da SATA Air Açores e passaram em cinco anos, de 2007 para 2012, de uma taxa de ocupação de 66% para 56%.

Com a vossa gestão política V. Exas. mandam a SATA à procura de turistas, mesmo sabendo que estas rotas dão prejuízo.

Com a vossa gestão política a SATA em vez de servir os açorianos serve-se dos Açores...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... para pagar os prejuízos das vossas loucuras.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, com a vossa gestão política a SATA, em cinco anos, de 2007 para 2012, teve mais um avião, um A-320, teve mais cem trabalhadores, e perdeu (em cinco anos!) 200 mil passageiros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Sr. Secretário, essa desculpa de que agora queremos ser uma grande plataforma entre a Europa e os Estados Unidos não é mais do que a confissão, a prova provada, de que a vossa gestão política tirou “músculo” à SATA, tirou competitividade à SATA, e agora a SATA não tem outro remédio senão “encolher-se” em casa com a base nos Açores.

Mas isso traz outro problema. O Sr. Secretário disse há pouco que é preciso que a atividade comercial da SATA seja mais agressiva no sentido de encontrar bons negócios para as aeronaves na época baixa.

Pois, Sr. Secretário, como sabe tão bem quanto eu, uma aeronave estacionada em Ponta Delgada, para se posicionar em Lisboa (vamos falar de um A-320), para arranjar os tais negócios que permitam rentabilizar os aviões na época baixa, custa tão só (posicionar-se em Lisboa) mais 20 mil euros do que se ela estivesse já posicionada em Lisboa,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se for vazia!

O Orador: ... o que significa que por cada 5 mil euros por hora num voo de quatro horas, duas horas para lá e duas horas para cá, em cima de todas as

vossas propostas para rentabilizar aeronaves, tem que se adicionar pelo menos mais 20 mil euros.

A questão que se coloca é a seguinte:

A vossa gestão política em cinco anos, porque ainda não são conhecidos os números de 2013, retirou “músculo” à SATA, retirou competitividade à SATA e a única coisa que nos agrada e que vamos fingir que acreditamos é que, pela boca do Presidente do Conselho de Administração da SATA, a SATA está pronta para concorrer em qualquer circunstância.

Vamos fingir que acreditamos. Queríamos fazer muita força para que isso seja verdade, mas quando em cinco anos temos mais um avião, mais 100 trabalhadores e menos 200 mil passageiros as dúvidas evidentemente são mais do que muitas.

Obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em pouco tempo, comentários e perguntas rápidas.

Quanto aos trabalhadores estamos conversados, Sr. Secretário Regional. Para o Governo do Partido Socialista, após, por exemplo, 64 meses de contratos, os trabalhadores são descartáveis de acordo com os interesses da empresa.

Sobre os horários e relativamente àquilo que afirmei nas deslocações Terceira/São Miguel, faça favor, Sr. Secretário Regional, de admitir aqui que a alteração foi feita, no mínimo, ontem após as 17h00. Até então os números que eu tenho comigo são exatamente aquilo que eu disse e não são as alterações que agora, às 9h25 da manhã, estavam lá expressas.

Num plenário anterior o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes foi bastante claro ao assumir, aqui, em nome do Governo Regional, que o preço máximo para residentes seria 134 euros, ida e volta, a Lisboa, de qualquer ilha dos Açores, mais taxas, evidentemente, sendo os residentes ressarcidos de 43 euros por cada ida e volta, ou seja, um total de 86 euros.

Deputado Francisco César (PS): Não, não, não!

A Oradora: Sim, sim, sim, sim! Foi dito aqui a uma interpelação do Bloco de Esquerda.

Deputado Francisco César (PS): Não senhora!

A Oradora: Pergunto: mantém o Sr. Secretário Regional aquilo que então disse neste plenário em resposta ao Bloco de Esquerda?

Outra pergunta: qual a razão que impede a SATA de praticar já os tais preços concorrenciais para a qual está preparada? Irá fazê-lo daqui a um, dois ou três meses? Ou a SATA não depende do Governo Regional?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É só para alterar os horários!

A Oradora: Ou uns dias depende e outros não? Para umas coisas depende, para outras não depende?

Ninguém percebe, Sr. Secretário.

Mais. Na preparação para este debate fui ver as tarifas da SATA na internet para residentes.

Se eu tiver que ir a Lisboa tratar de um assunto, nomeadamente negócios, e a minha estadia, em Lisboa, for de dois dias, não encontro preços mais baratos do que 257 euros e vão até 300 euros, dependendo dos dias em que eu quiser viajar.

O que como todos nós calculamos, para uma pequena empresa, por exemplo, é um preço altamente lesivo.

As tarifas promocionais, no geral, obrigam a estar no continente 5, 6 ou 7 dias e comer, dormir e transportes em Lisboa.

Volto a perguntar: se se vai fazer, se a SATA está preparada para o tal comportamento concorrencial, por que é que não se faz já no sentido de cumprir

a promessa do Governo Regional de criar um novo paradigma de desenvolvimento para os Açores com base em transportes mais baixos?

Deputado Francisco César (PS): Isso é mesmo de quem não percebe nada disto!

A Oradora: Finalmente, o Presidente do Governo Regional diz, e bem, e nós concordamos com ele, que está contra a liberalização total dos transportes aéreos, nomeadamente porque quer garantir que haja um preço máximo.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Vou terminar, é a última pergunta Sra. Presidente.

Estamos de acordo e entendemos que faz bem, porque provavelmente aquilo que o Sr. Presidente do Governo Regional pretende é garantir que não aconteça aquilo que aconteceu na Madeira, no último Natal, em que os preços da easyJet chegaram a 500 euros ao bilhete de ida e volta para Lisboa.

Mas, tendo em conta que a easyJet já assumiu que não aceita preços máximos nos Açores, nem qualquer responsabilidade com a carga aérea, pergunto como é que o Governo Regional vai resolver este problema?

Não queremos acreditar que o Governo Regional dos Açores vá fazer aquilo que o Governo Regional da Madeira fez durante anos, que foi negar que pagava compensações à easyJet, para depois ser obrigado admitir, porque foi denunciado, que pagava dois milhões de euros por ano.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Seis! Seis!

A Oradora: Dois milhões de euros por ano.

Deputado Francisco César (PS): Dois, garantidos!

Presidente: Sra. Deputada tem mesmo que terminar.

A Oradora: Mais uma vez a pergunta é: o que é que o Governo Regional dos Açores prepara-se para fazer? Pagar por baixo da mesa ou não haver compensações?

E se elas não existirem, como é que a easyJet vem para cá, em que nome, com que preço e vem fazer o quê? Ter lucro ou prejuízo?

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): O problema não é nosso, com certeza!

Deputado Rogério Veiros (PS): O problema é deles!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Miguel Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Importa aqui levantar uma questão, porque é fundamental para a sustentabilidade do Grupo SATA e é aquilo que realmente estamos aqui a discutir.

Importa, depois de ouvir os principais partidos da oposição a falar na sustentabilidade dessa empresa, que é fundamental, saber qual é o modelo que os partidos da oposição defendem e qual é, neste caso, o modelo que o PSD defende.

Deputado Luís Garcia (PSD): Foi a primeira coisa que o PSD disse neste debate!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não ouviu o debate!

O Orador: Até hoje, passados estes anos todos, ninguém o entende.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Qual é o modelo para a SATA Air Açores?

(Apartes inaudíveis de vários Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Estão nervosos! Tenham calma!

O Orador: Tenham calma, Srs. Deputados! Tenham calma! Sei que custa. Esse é o vosso trabalho também! Não é só fazer oposição fácil.

Digam, Srs. Deputados, como se faz baixar as tarifas fortemente, como diz o líder do maior partido da oposição? Como se faz com as *low cost*? Como resolvem os problemas dos encaminhamentos?

Deputado Luís Garcia (PSD): Esse papelinho estava preparado antes do início do debate!

O Orador: Nunca falaram nisto. Sabem porquê, Srs. Deputados?

Aqui, ao contrário do Governo da República, não temos portugueses de primeira e portugueses de segunda.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Aqui, os açorianos devem ser tratados todos por igual.

Aí é que os senhores deviam fazer o vosso trabalho de casa, junto do vosso Governo da República que tem uma proposta para as Obrigações de Serviço Público praticamente há dois anos por responder. Até hoje nada!

Mas aqui também entro com o Sr. Deputado Jorge Macedo. Nos seus artigos (intervenções facciosas, é certo!), como assume no seu último artigo,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é cá de uma neutralidade!....

O Orador: ... qual é o modelo que o PSD defende? Diga de uma vez por todas. Qual é o modelo que o PSD defende?

Deputado Berto Messias (PS): Eles não sabem!

O Orador: *Low cost* a preços mais baratos. Venham as *low cost!*

O Governo já manifestou esse interesse. Que venham as *low cost!* É um contributo para os Açores e para os açorianos, para o turismo dos Açores.

Mas é preciso dizer como é que faz para baixar as tarifas inter-ilhas? Como é que o faz?

Como é que faz com a entrada das *low cost?* É liberalizando na totalidade? É? Não é? Como é que o faz?

Deputado Berto Messias (PS): Eles não sabem!

O Orador: Aliás, a este propósito, basta ouvir as declarações do líder do maior partido da oposição, o PSD, que diz que é preciso uma forte descida nas tarifas aéreas nos Açores para o exterior, mas também é preciso ser acompanhada de uma forte descida das tarifas na Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor confesse que não sabe!

O Orador: Perguntamos, como Sr. Deputado?

Deputado Berto Messias (PS): Não dizem é como é que fazem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Baixando as tarifas inter-ilhas!

O Orador: A resposta é divinal.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: A resposta é um grande contributo para esta causa. É dizer não sei se será um esforço comercial ou se será um apoio institucional.

Grande contributo!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Pior ainda. Quando os senhores falam na sustentabilidade da empresa regional SATA Air Açores para a defesa dos açorianos, a única coisa que sabem dizer é que as novas Obrigações de Serviço Público vêm acentuar a importância da SATA como garante da estabilidade dos preços, como regulador: “queremos a SATA como regulador, como rede de segurança”.

Imaginem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Imaginem, não! É para fazer!

O Orador: Portanto, prejuízo para a SATA.

Como é que os senhores garantem a sustentabilidade desta empresa?

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: São essas as respostas que os senhores nunca conseguiram dar ao longo dos anos.

Portanto, isto não vai lá com políticas demagógicas, isto não vai lá com políticas facciosas. Mesmo que tente muita vez sustentar as suas críticas não consegue, é certo, e admita-o também. Mais uma que não consegue.

Não vai lá com políticas inconsequentes, muito menos com imitações da Arca de Noé.

Com uma gestão política do PSD, como se isso um dia fosse possível, é que a SATA iria à vida.

Isso, com o PS, não acontecerá.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De novo no debate para mais algumas considerações, designadamente em relação a algumas afirmações que aqui foram produzidas.

Por exemplo, o Sr. Deputado Francisco César, há pouco dizia-nos que nos últimos seis anos a conversa é sempre a mesma.

Eventualmente, até será sempre a mesma, mas o que é que aconteceu neste hiato de tempo?

O que aconteceu neste hiato de tempo, ou melhor, o que aconteceu há seis anos, foi a substituição do Conselho de Administração do Grupo SATA e a mudança de estratégia do Grupo SATA.

Deputado Francisco César (PS): Não, não!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não, não... sim, sim!

O Orador: Julgo, Sr. Deputado Francisco César, que tem aí a sua resposta.

Não posso deixar de comentar aqui o seguinte e tem a ver com a operação da Madeira.

O Deputado Jorge Macedo afirmou que a TAP e a easyJet têm lucro nessa operação e que a SATA Air Açores não tinha lucro, antes pelo contrário, a rota era deficitária.

As rotas, que tinham início no Funchal, da SATA Air Açores não eram deficitárias. Aliás, é bom que nos lembremos que a projeção internacional da SATA se deu a partir da base do Funchal e há muito mercado no Funchal.

O que é necessário é, de facto, uma outra atitude por parte do Grupo SATA no sentido de potenciar clientes a partir daquele destino, como todos sabemos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Competência!

O Orador: Relativamente ao facto da easyJet ter lucro naquela rota, é bom que nos lembremos do seguinte, Sr. Deputado Jorge Macedo:

A easyJet, como sabe, e as *low cost*, como funcionam, não transportam passageiros. Levam pessoas para os destinos.

Aliás, como a Deputada Zuraida Soares há pouco referiu, a operação é paga pelo destino, mas não é só. Em 2010, no tempo do Eng^o José Sócrates...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): De quem?

O Orador: No tempo do Eng^o José Sócrates!

... aquilo que aconteceu relativamente à easyJet foi, através da então ANA EP, facilidades para a instalação da base da easyJet em Lisboa, designadamente isentando-a de taxas.

Agora, Sr. Deputado Jorge Macedo, para que fique claro:

Se isto não é um apoio público a uma companhia aérea, quando se diz que não pode haver apoios públicos a companhias aéreas, então eu não sei o que é um apoio público.

Quando se faz essa isenção é evidente que não se faz isenções às companhias públicas. Não sei muito bem porquê, mas que há muitas maneiras de dar apoio às companhias aéreas há, designadamente às públicas. Pena é, é que só se dê às companhias privadas, designadamente à que nos estamos a referir.

Deputado Francisco César (PS): O senhor disse exatamente o contrário em relação à SATA!

O Orador: É evidente que assim qualquer companhia tem lucro, quando é apoiada desta forma.

Sr. Secretário, uma ou duas questões que têm a ver com o seguinte:

Eu não vou discutir a questão do plano de exploração, mas queria apenas dizer o seguinte:

Efetivamente aquilo que existe é, como V. Exa. disse, o AIMS para 2014, o que não é bem a mesma coisa, na conceção que eu tenho de um plano de exploração para uma empresa.

Mas, Sr. Secretário, fiquemos por aqui relativamente à questão do Plano de Exploração. Eu entendo que, de facto, o AIMS não é bem a mesma coisa que um plano de exploração.

Por outro lado, há aqui uma questão central, até respondendo um pouco ao Deputado Miguel Costa, Vice-Presidente da bancada do Partido Socialista:

É evidente que há aqui modelos diferentes. Os partidos defendem modelos diferentes para aquilo que deve ser o Grupo SATA e a operação do Grupo SATA.

Há partidos que defendem a redução da atividade apenas ao cumprimento das Obrigações de Serviço Público e há outros, como por exemplo o PCP, que acham que não deve ser assim, ou que não deve ser só assim.

Aquilo que deve ser é efetivamente aproveitar toda a capacidade que o Grupo SATA tem, quer com as aeronaves da SATA Air Açores, quer com as aeronaves da SATA Internacional, bem assim como os seus recursos humanos, de modo a procurar mercado, de modo a trazer fluxos financeiros (fluxos de pessoas, certamente, mas fluxos financeiros) para dentro da empresa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Deputado parece um capitalista!

O Orador: Aliás, como eu há pouco referi na intervenção inicial, essa será uma forma para que a companhia possa ser robusta financeiramente e até eventualmente apoiar outras rotas que são deficitárias, como algumas rotas do inter-ilhas, isto para além das indemnizações compensatórias ou dos apoios que se possam conseguir.

Portanto, por parte do PCP aquilo que se defende não é um modelo minimalista para o Grupo SATA, mas é um modelo de uma companhia aérea que tem Obrigações de Serviço Público para cumprir, mas que está no mercado do transporte aéreo, designadamente do transporte aéreo internacional. Temos capacidade para o fazer.

É preciso pôr os DASH-400 à procura de mercado fora de Ponta Delgada, porque só assim é que se rentabiliza aquela frota.

É preciso criar condições para que a SATA Internacional não recuse ofertas de transporte, mas que responda a elas, que garanta as Obrigações de Serviço

Público e que garanta as ligações de Lisboa/Ponta Delgada com o Canadá e com os Estados Unidos, porque é esse um dos desideratos do Grupo SATA.

É isso, Sr. Deputado Miguel Costa, que por parte da Representação Parlamentar do PCP se pensa relativamente à SATA Internacional.

Há aqui uma outra questão que para nós é uma questão central e preocupante. Gostaria que o Sr. Secretário pudesse, de alguma forma, deixar aqui uma resposta que nos permitisse, pelo menos, que o nível de preocupação baixasse.

O que está a acontecer aqui efetivamente é alguma falência em termos da operação da SATA Internacional. Isto é, tem acontecido a recusa da oferta de trabalho e tem havido a necessidade de contratação da ACMI. Ainda hoje referi o voo de Lisboa, mas posso informar (se é que o estou a informar!) a câmara que um dos voos para Boston, desta semana, vai ser também feito em regime da ACMI.

Deputado Francisco César (PS): A SATA não fazia!

O Orador: Estamos a falar daquilo que é o *core business* da SATA, isto é, as Obrigações de Serviço Público e também as ligações ao Canadá e aos Estados Unidos.

Deputado Francisco César (PS): *Core business!*

O Orador: É aquilo que V. Exa. muito bem entender. Esteja à vontade. Se quiser eu depois faço-lhe o desenho.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ih!

O Orador: Acha que não sou capaz, Sr. Vice-Presidente?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): De fazer o desenho não!

Deputado Francisco César (PS): Eu gostava de vê-lo a fazer um desenho desses!

O Orador: Sr. Secretário Regional, peço-lhe que nos deixe aqui ou pelo menos faça-nos baixar o nível de preocupação, porque aquilo que está a acontecer efetivamente é isto: a SATA neste momento, por razões diversas que V. Exa. com certeza saberá melhor do que eu, não está a conseguir responder àquilo que são as Obrigações de Serviço Público e às ligações com os Estados Unidos e com o Canadá, por motivos que V. Exa. muito bem conhece.

Aquilo que gostaria de ouvir da boca do Sr. Secretário é se realmente essas questões se vão resolver rapidamente, normalizando as operações da SATA Internacional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Habitualmente nestas discussões incorremos num conjunto de inverdades ou, pelo menos, tentamos ver alguns factos da forma que a meu ver não me parece a mais correta.

Vamos à primeira questão que se põe.

A primeira questão que foi posta aqui tem a ver com o facto de o Governo ter decidido alterar uma decisão da SATA no sentido de satisfazer uma reivindicação de uma ilha, e muito bem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado, isso não é verdade!

O Orador: Como de costume estamos sempre preocupados com quem tomou a decisão e de quem é a responsabilidade de quem tomou a decisão.

Sras. e Srs. Deputados, a primeira coisa que temos que estar aqui felizes e satisfeitos é com o facto daquilo que é uma reivindicação da ilha Terceira, e da sua população, ter sido atendida pela tutela e pela administração da companhia aérea.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então temos mais!

O Orador: Se foi antes, se foi depois, Sras. e Srs. Deputados, isso é irrelevante. Sabe por que é que é irrelevante? Porque o que interessa é decidir para resolver. Eu sei que, até neste caso em particular, esta decisão estava a ser tomada há algum tempo pelo Sr. Secretário, como também sei que há outros Deputados nesta bancada que falaram com o Sr. Secretário no sentido de melhorar outros horários da SATA, em relação a outras ilhas.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é isso que está em causa!

O Orador: É esse o trabalho destes deputados, é este o trabalho da sociedade civil, que é chamar a atenção ao seu Governo, aos seus Deputados,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aos Srs. Deputados, incluindo a gente!

O Orador: ... dos problemas e erros que podem estar a ser feitos pela sua administração.

Quando um Governo vai no sentido de resolver esta situação, o Governo deve ser louvado e não criticado.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, temos orgulho de ter um Governo que não tem problema nenhum em voltar atrás, em corrigir aquilo que tem que ser corrigido para bem dos nossos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem! Muito bem!

O Orador: A Sra. Deputada sabe que tenho estima por si.

A Sra. Deputada vem a este Parlamento dizer que fez as contas e que as tarifas, para quem passa cinco dias lá fora, são um determinado valor, que devia ser menos tempo.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não fui eu. Foi o Sr. Secretário Regional que o disse aqui!

O Orador: Deixe-me terminar. Se estiver a incorrer na incorreção a senhora há de me corrigir.

A Sra. Deputada vem dizer que quando um residente pretende passar pouco tempo no continente pode apanhar passagens até 300 euros.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sim senhor!

O Orador: Pode apanhar passagens, noutros casos, de 140 e poucas são as tarifas disponíveis promocionais. Foi isso que a Sra. Deputada disse aqui.

Pois bem, Sra. Deputada. Achamos que tem razão. São poucas as tarifas promocionais que temos disponibilizado, apesar de ter que reconhecer que são muitas mais do que existiam anteriormente.

Pois, Sra. Deputada! Acontece que tudo tem uma história, tudo tem uma evolução, porque se tivesse sempre tudo na mesma, sempre com a mesma realidade, obviamente que não fazia sentido nenhum.

Aqui vem outra questão, que entronca no meu raciocínio, levantada pelo Sr. Deputado Artur Lima: para que é que serve a SATA Internacional?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso! Isso mesmo! O “músculo”!

O Orador: O que é que ela trouxe aos Açores?

Isso também vem com outra questão que foi levantada pelo Deputado Jorge Macedo que é, qual é o contributo da gestão socialista na questão da SATA?

Pois bem. A SATA Internacional quando foi criada foi para resolver um problema que tínhamos de acessibilidade nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas não resolveu!

O Orador: Parece que todos se esqueceram disso.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Todos, não!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: A senhora sabe quanto é que custava uma passagem para um residente pela TAP?

Sessenta contos (trezentos e quarenta euros)!

A senhora sabe qual foi a média das tarifas o ano passado?

Foi na ordem dos duzentos e oitenta e sete.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o senhor acha bem!

O Orador: E este ano duzentos e quarenta e oito.

Acha que não fizemos um trabalho nesta matéria?

Nós conseguimos resolver um problema de acessibilidade.

Há algo que deve ser dito também. É que o tempo mudou.

Deputado Miguel Costa (PS): Claro!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ah!... Agora sim!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A desculpa agora!

O Orador: Ou seja, o trabalho que foi feito no sentido de reduzir as passagens aéreas não acompanhou aquilo que foi a evolução na aviação civil. Mas o governo teve sempre atrás no sentido de resolver este problema.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Exatamente! Disse bem: atrás!

O Orador: Viemos paulatinamente a reduzir o preço de acessibilidade aos Açores, sempre mudando, sempre evoluindo.

Estas Obrigações de Serviço Público que estão em vigor hoje não são as mesmas que estavam há quatro anos ou há oito anos. Temos vindo a melhorar para que o preço seja cada vez mais baixo.

Mas há algo aqui que os Srs. Deputados não dizem. E o preço do combustível que hoje é o dobro do que era há cinco anos?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Mas apesar de tudo temos vindo a decrescer o preço das tarifas. Apesar de tudo achamos que o que está hoje já não satisfaz aquilo que os açorianos necessitam em termos de acessibilidades.

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah! Muito bem!

O Orador: Por isso é que fomos ao Governo da República dizer “aqui está a proposta do Governo dos Açores para baixar as tarifas, para permitir a liberalização dos mercados, mas... alto lá! Vamos garantir que os residentes não saiam prejudicados”.

Sabe por que é que dizemos isso? Sabem por que é que dizemos isso, Srs. Deputados do PSD?

Porque na Madeira, a Assembleia Legislativa já fez recomendações ao Governo da República para que haja um teto máximo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por proposta... Diga lá!

Deputado Miguel Costa (PS): Foi uma proposta legislativa!

O Orador: Pasmese-se lá! O Governo da Madeira quer que o Governo da República crie um teto máximo à liberalização que os senhores ambicionam.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): De quem é a proposta?

O Orador: Porquê? Porque os residentes estão a ser prejudicados em época alta.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Claro. Isso é evidente! É La Palisse!

O Orador: Estamos aqui para defender o interesse dos açorianos e não das companhias *low cost*.

Queremos companhias *low cost*, mas para que elas tragam benefícios para os Açores e não para o seu grupo.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Este é o compromisso.

Sr. Deputado Jorge Macedo, francamente! Vir dizer a esta bancada, vir dizer aos Açores, que com a nossa gestão política, a SATA e os Açores têm vindo a ser prejudicados.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado, é tão evidente que os açorianos deram-vos várias vezes a derrota em eleições.

Em segundo lugar, é tão evidente que antes da nossa gestão política na SATA Internacional, só tínhamos a TAP que estrangulava as nossas ligações.

Era tão evidente com a vossa gestão política, que tínhamos 400 mil dormidas por ano.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Sabe quantas temos hoje?

Um milhão e cem mil dormidas.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Já tivemos um milhão e duzentas mil.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: No seu tempo e no tempo da outra gestão política eram 400 mil. Com o nosso benefício foi quase mais um milhão de dormidas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): No nosso tempo também não havia telemóvel, era email!

O Orador: Hoje, temos uma SATA que esteve na Madeira, que serviu outras regiões e que ganhou dinheiro aí também.

Tivemos a SATA Air Açores a voar para o estrangeiro e a trabalhar para que os nossos hotéis possam ter mais turistas.

A SATA Internacional deu um contributo fundamental ao desenvolvimento dos Açores e pode ter a certeza de uma coisa, a si lhe garanto e a todas as bancadas: connosco, aqui, pode ter a certeza que a SATA Internacional fará parte do nosso

projeto para desenvolver os Açores, para garantir acessibilidades como devem ser à nossa Região...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: ... e para garantir também a sustentabilidade de todos os setores de desenvolvimento fundamentais para o nosso projeto.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra. Alerto que tem apenas um minuto, por isso agradeço que seja breve.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Isso é uma eternidade!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Muito bem, Sr. Vice-Presidente! Uma eternidade!

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Muito obrigado, Sra. Presidente, pela sua simpatia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, queria apenas dizer que V. Exa. está pronto para ir para Presidente do Conselho de Administração da SATA, permita-me a graça.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Vontade não lhe falta!

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Deus nos livre e guarde!

O Orador: Depois, quero dizer-lhe uma coisa: o senhor enganou-se no verbo. Não é uma SATA que está, é uma SATA que esteve no Funchal, que esteve... que esteve... que esteve...

É preciso que venha a estar e ela não está.

Portanto, o verbo é exatamente o contrário.

Sr. Secretário Regional, para terminar porque tenho muito pouco tempo.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Já passou metade!

O Orador: Quero dizer-lhe o seguinte:

A taxa de combustível, o argumento que o senhor aí usou para o aumento das passagens, quem a paga é o passageiro. Não é a companhia, nem o Governo Regional. É imputado totalmente ao passageiro o custo do aumento do combustível. É só fazer a conta do preço do combustível na tarifa.

Sr. Secretário, essa não colhe.

Quanto à ligação de serviço público Funchal/Ponta Delgada, ou Ponta Delgada/Funchal, como queira, acho muito bem (sempre o disse aqui) que fosse feita, mas em vez de um 320 num DASH-400, com uma condição: é que a poupança revertesse a favor do passageiro e não a favor da companhia, que é o que acontece.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente. Obrigado.

O passageiro não é beneficiado com isso, Sr. Secretário. Quem beneficia é a companhia. É isso que está errado na vossa política.

A SATA existe para servir em equidade os açorianos, porque eu, da Terceira, sou tratado como de segunda, e os de São Jorge e os do Pico são tratados como de terceira...

Deputado Francisco César (PS): Então consegue tarifas como os residentes em São Miguel!

O Orador: ... porque não conseguem ir e vir exatamente no mesmo dia como qualquer outro açoriano residente em São Miguel, Sr. Secretário. Isso é profundamente errado.

Para terminar, a SATA Internacional só tem sentido se servir melhor as acessibilidades dos açorianos ao exterior e o exterior é continente em termos de serviço público, com tarifas muito mais baratas e pode fazê-lo.

Em vez de andar com taxas de ocupação na ordem dos 76% ou 80%, pode aumentar para os 95% e pôr tarifas promocionais todos os dias na ligação Ponta Delgada, Terceira, Horta, Lisboa, Sr. Secretário.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Depois, só serve a diáspora e não serve hoje em dia melhor a diáspora do que servia há dez anos quando tínhamos as companhias da SATA Express e outras, Sr. Secretário.

Não serve os açorianos nas ligações ao exterior e não serve a diáspora, cada vez mais cara e cada mais se queixa das ligações entre os Açores, os Estados Unidos, a América e o Canadá.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, ainda é para intervir no debate? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Tenho mais uma ou duas questões para colocar, designadamente ao Sr. Secretário Regional e lembrá-lo de que deixei uma questão, um desafio relativamente àquela questão, à questão operacional da SATA Internacional.

Mas queria colocar uma outra questão ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes e tem a ver com o seguinte:

A revisão de Obrigações de Serviço Público para o inter-ilhas pode conduzir eventualmente, e até relativamente ao novo modelo de transporte articulado que está a ser implementado na Região, a uma diminuição das ligações aéreas no inter-ilhas, oferecendo até o mesmo número de lugares, garantindo taxas de ocupação mais elevadas.

Mas sobra-me aqui uma interrogação, e perdoe-me se por acaso já abordou essa questão, que é o problema da carga. Se as ligações diminuírem, com o aumento da taxa de ocupação, há uma coisa que acontece, a diminuição da capacidade de carga.

Como é que se vai resolver este problema? Gostaria que o Sr. Secretário me pudesse esclarecer sobre esta questão.

Relativamente à revisão das Obrigações de Serviço Público que há quase dois anos estão numa gaveta qualquer de um Ministério em Lisboa,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa história está muito mal “contadinha”!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito mal contada!

O Orador: Eu não sei se é a história, ou quem é que está a contar mal a história, mas se me derem licença eu gostava de tecer algumas considerações e deixar algumas interrogações no ar.

Por que é que o Governo da República ainda não respondeu à proposta da Região?

Será porque o Governo da República quer efetivamente liberalizar o mercado aéreo e abrir, escancarar, as portas às *low cost* (não é para os Açores!) para São Miguel? Sr. Deputado Artur Lima, fixe bem isto: para São Miguel!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que está a dizer!

O Orador: Ou será que isto tem alguma coisa a ver com uma eventual privatização da TAP?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estamos num exercício de Zandinga!

O Orador: Eu sei, Sr. Deputado. Eu sei!

Mas era bom que o Governo da República clarificasse esta situação, o que não quer dizer que a Representação Parlamentar do PCP esteja totalmente de acordo com aquilo que é a proposta da Região, feita pelo Governo Regional, no que diz respeito à revisão das Obrigações de Serviço Público para as ligações com o continente e com a Região Autónoma da Madeira. Até porque essa revisão, ou melhor, onde se lê *revisão*, deve ler-se *diminuição das Obrigações de Serviço Público*.

Se há diminuição é evidente que o serviço para os residentes será de menor qualidade.

É certo que a fixação de uma taxa, de uma tarifa máxima, é fundamental. É preciso salvaguardar a tarifa de residente e tudo aquilo que envolve a tarifa de residente.

O perfil do “passageiro ilhéu” não se coaduna com o modelo de transporte das *low cost* e coisas semelhantes.

Portanto, é necessário preservar e garantir uma tarifa acessível para os residentes, mas nas condições em que a temos hoje.

Se efetivamente concordamos com essa parte, já não concordamos com o facto de um dos objetivos do Governo da Região seja a liberalização e a abertura às companhias *low cost*.

As companhias *low cost* não servem os interesses dos Açores, na perspetiva daquilo que são as ligações com o continente e com a Região Autónoma dos Açores.

As *low cost* têm mercado.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

E o mercado das *low cost* pode ser muito bem o de trazer os tais fluxos turísticos que a Região necessita.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A região ou?

O Orador: A região necessita...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga, diga!

O Orador: ... e neste caso aqui, o Sr. Deputado tem toda a razão, porque aquelas empresas que eu considero como os autênticos “piratas do ar”, quer no que concerne às relações laborais, quer no seu relacionamento com os passageiros, não são um modelo de negócio. Aquilo é pirataria.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Começou mal, mas acabou bem! Devia ter começado pelo fim!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Peço aos líderes e ao Sr. Vice-Presidente o favor de se aproximar da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, atingimos a nossa hora para almoço. Vamos encerrar os trabalhos e regressamos às 15h00 para concluir esta interpelação.

O Sr. Secretário vai anunciar os tempos restantes.

Secretário: Governo Regional – 9 minutos;

PS – 11 minutos e 30 segundos;

O PCP já não tem tempo;
PSD - 13 minutos e 15 segundos;
O CDS e o BE também já não têm tempo;
PPM - 3 minutos e 30 segundos.

Eram 13 horas e 03 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 08 minutos.

A Mesa, por enquanto, não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições para participar neste debate?

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Secretário não responde às perguntas do PCP?

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, diz o Regimento que uma interpelação significa que as diferentes forças políticas nesta câmara interpelam (fazem questões, colocam questões) os Membros do Governo, neste caso ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes e teoricamente terão respostas.

O Sr. Secretário, se não me falham as contas e o relógio (descontando a hora de almoço), está calado há sensivelmente 50 minutos.

O Bloco de Esquerda colocou questões, o PCP colocou questões, o CDS-PP colocou questões, o PPM colocou questões, o PSD colocou questões e o Sr. Secretário, numa tentativa de “passar pelos pingos da chuva sem se molhar”, manteve-se calado.

Sr. Secretário Regional, vai ter que responder às questões e falo em nome do PSD. Naturalmente que as outras forças e representações parlamentares dirão da sua justiça, mas relativamente ao PSD vai ter que responder às questões.

As questões têm a ver com o facto de, agora, ser muito mais difícil a tal sustentabilidade da nossa companhia aérea, a SATA, quando foram cometidos pela tutela, pela gestão política da tutela, erros que o PSD reputa e considera graves.

Sr. Secretário Regional, como é que se compagina a futura estratégia da SATA quando, neste momento, temos aviões no inter-ilhas (refiro-me à SATA Air Açores) com muito maior capacidade de oferta, e simplesmente pela taxa de ocupação, já de 2013, números de PIT, viajam/voam em média, com 35 lugares vazios?

Ou seja, a tal taxa de 56%, numa lotação de 80 passageiros, significa que todas as vezes que o avião descola leva 35 lugares vazios.

Deputado Francisco César (PS): É excelente!

O Orador: Segunda questão que gostaria que também explicasse a esta câmara, porque é preciso saber como é que se chegou até agora, para se perceber como é que se sai deste buraco.

Gostaria que nos explicasse como é que em cinco anos a SATA consegue perder 200 mil passageiros?

Não há milagres!

Agora o Partido Socialista e o Governo, quando se veem entalados, pela atual situação questionam: e quais são as propostas da oposição?

Deputado Francisco César (PS): É que não há!

O Orador: Nestas circunstâncias a oposição teria uma herança muito pesada.

Deputado Francisco César (PS): Qual herança?

O Orador: A herança muito pesada é, neste momento, as dificuldades que a SATA atravessa, não só pelas dívidas que o Governo e a Região têm para com a SATA, não só também pelo facto de terem reduzido em mais de 25% as indemnizações compensatórias nas Obrigações de Serviço Público nos Açores, mas também pelas péssimas opções políticas que foram acometidas, ou seja, a que a SATA se viu obrigada, por imposição da vossa gestão política a cumprir. Não havendo milagres face a todas as asneiras que foram cometidas ao longo dos últimos cinco anos, só há uma estratégia e a estratégia é pagamos todos nós.

Pagamos ao nível do preço das passagens, pagamos ao nível da falta de sustentabilidade das próprias empresas, pagamos para que a empresa de uma maneira artificial possa ter sustentabilidade.

Eu digo mesmo, Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, agora, não havendo milagres, tudo é muito mais difícil.

Mas se a interpelação do PCP foi a estratégia futura do Grupo SATA, não só no inter-ilhas, mas também em toda a sua rede que neste momento opera, tudo agora é muito mais difícil, dizia eu, porque falta “músculo”, falta competitividade.

Deputado Francisco César (PS): Outra vez a questão do “músculo”!

O Orador: Precisamos, da vossa parte, que nos diga qual vai ser a estratégia futura.

Não bastam generalidades, não basta dizer que vamos tentar do ponto de vista comercial ser mais agressivos, vamos tentar do ponto de vista da ocupação ter mais gente a viajar nos aviões. Não basta dizer que vamos renovar a frota da SATA Internacional.

Hoje, e aqui, é preciso saber como é que isso se faz, como é que os senhores, que trouxeram a empresa ao estado em que neste momento está com a vossa gestão política, vão fazer daqui para a frente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vão fechá-la!

O Orador: São estas respostas que o Sr. Secretário, ainda não deu neste debate.

Refugiou-se pura e simplesmente em generalidades. Apenas generalidades!

Podíamos também questionar: mas o Plano Integrado de Transportes dá resposta?!

O problema é que o Plano Integrado de Transportes não dá resposta.

Como disse a Sra. Deputada Zuraida Soares, aquele pseudo plano também não responde, porque se escuda exclusivamente na revisão das Obrigações de Serviço Público para o exterior dos Açores, nomeadamente nas ligações com o continente e na revisão das Obrigações de Serviço Público no inter-ilhas, da vossa inteira responsabilidade.

Portanto, Sr. Secretário, faltam todas as respostas.

Penso que ainda tem sete ou oito minutos para dar todas essas respostas e nós, naturalmente, ficaremos muito agradados se essas respostas vierem.

Obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

Deputado Luís Garcia (PSD): Aí vêm as respostas!

(*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jorge Macedo, com um grande sorriso digo-lhe hoje que acho que o senhor veio aqui voar um bocadinho baixinho. Isto é um debate.

Decerto que foram colocadas perguntas ao Governo, é verdade. Mas também foram colocadas questões ao Sr. Deputado Jorge Macedo que o senhor não respondeu.

Deputado Luís Garcia (PSD): A interpelação é ao Governo, Sra. Deputada!

A Oradora: Já que estamos numa de discutir ideias, de debater ideias, eu, na minha humilde condição, gostaria de saber quais são as vossas, porque até hoje não conheço uma válida, no mínimo, não é?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Está distraída!

Deputado Luís Garcia (PSD): Anda distraída, muito distraída!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é porque não andava cá!

A Oradora: Não, não ando distraída. Ando muito atenta, muito atenta.

Eu não sei é se os senhores andam atentos àquilo que está conexo àquilo que têm semi-defendido. Não se percebe muito bem. Têm defendido, não têm defendido. Não se sabe bem.

O Sr. Deputado Jorge Macedo veio aqui e não disse nada relativamente a isso.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Aliás, é normal!

A Oradora: Eu não sei se o Sr. Deputado conhece alguém na Região Autónoma da Madeira, que se chama Luís Filipe Malheiro. Conhece?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Luís Filipe, quê?!

A Oradora: Malheiro!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Assim, de repente, não conheço!

A Oradora: Foi dirigente do PSD Madeira, ou é. Não sei em que condição é que se encontra neste momento.

Sabe o que é que esse senhor disse em 2007?

Em 2007 dizia que há muito a acreditar, porventura demasiado, nas alegadas potencialidades das ligações *low cost*, que o senhor tanto defende (não é?!)..

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é verdade!

A Oradora: ... e sobre as quais vieram aqui pedir também alguma opinião e o senhor remeteu-se ao silêncio.

Deputado Luís Garcia (PSD): A senhora não esteve esta manhã no debate!

A Oradora: Eu estive aqui sentada como o senhor bem viu.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não estive!

A Oradora: O senhor viu. Eu estou sentada à sua frente, pelo amor de Deus!

Em 2008, também o CDS-PP da Madeira criticava que com a liberalização do espaço aéreo que os senhores tanto defendem, os estudantes madeirenses ficariam infinitamente prejudicados por lhes ser retirado efetivamente a tarifa reduzida que teriam direito ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E é verdade!

A Oradora: *Fast-forward.*

... para 2013.

O Deputado do PS Madeira disse, e com razão, numa sessão da Assembleia Legislativa da Madeira, que este processo de liberalização foi extremamente mal conduzido pelo PS da Madeira, porque não foi estabelecido efetivamente um teto máximo para a tarifa, o que acabou por descambar, digamos assim, num debate de uma proposta que o Sr. Deputado Artur Lima já fez salientar aqui em aparte que seria do CDS-PP, de revisão das Obrigações de Serviço Público na Madeira, exatamente por causa das situações de infinita injustiça que se criara por causa da inexistência de um teto máximo nas tarifas.

Foi unânime no debate na Assembleia da República e até o Sr. Deputado do PSD Madeira na Assembleia da República, Dr. Hugo Velosa, disse que, apesar da liberalização, chegaram a praticar-se preços que são impossíveis de sustentar

pelos residentes e que quando as reservas não são feitas com a devida antecedência...

Deputado Luís Garcia (PSD): E?...

A Oradora: ... podemos falar de preços que chegam aos 500 euros de deslocação entre a Região e o Continente.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é para chegar onde?

A Oradora: Ora, isso é para chegar ao ponto de dizer que nós estamos aqui a trabalhar todos para um objetivo, que é o de melhorar ...

Deputado Luís Garcia (PSD): A senhora está a falar da Madeira ou dos Açores? Quando é que a senhora fala dos Açores?

A Oradora: ... o serviço aéreo aos açorianos.

Esta bancada está a trabalhar para isso. O Governo Regional está a trabalhar para isso.

O que eu gostava de saber era efetivamente se o PSD-Açores está a trabalhar para isso.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): E os Açores, Sra. Deputada?!

A Oradora: Não vejo resultados e gostava de os ver. Gostava de saber efetivamente como é que planeiam...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isto é a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores!

A Oradora: ... ajudar efetivamente e dar o vosso contributo aos açorianos, ...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: ... como foram mandatados para isso em eleições democráticas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): O resultado das eleições democráticas está ali!

Deputado Bruno Belo (PSD): O Governo não somos nós, Sra. Deputada!

A Oradora: Não vêm aqui dar nenhum contributo para o melhoramento do sistema.

Deputado Luís Garcia (PSD): Os senhores não têm soluções e vêm pedir soluções à oposição!

A Oradora: Os senhores limitam-se a criticar e esperamos até hoje colaboração democrática...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que é algo que os senhores não dão. Não dão!

Deputado Luís Garcia (PSD): Querem que a gente governe!

A Orador: Estamos à espera.

Falei português, não falei “baliês”. Espero que o Sr. Deputado Jorge Macedo, com um grande sorriso, me tenha compreendido.

Muito obrigada.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado Jorge Macedo, não se inscreve?!

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor está a brincar!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou fazer a última intervenção no âmbito deste assunto.

Deputado Francisco Coelho (PS): Já?!

O Orador: Já, Sr. Deputado.

Deputado Francisco Coelho (PS): Lamento!

O Orador: Eu ia dizer que em relação às questões que aqui foram discutidas, aquilo que estávamos a discutir era uma interpelação.

Uma interpelação parlamentar significa que é colocada uma série de perguntas ao Governo Regional e que o Governo Regional responde aos diversos partidos. Normalmente também o partido que apoia o Governo e que sustenta politicamente o Governo, combina as perguntas com o Governo. Não lhe coloca questões muito difíceis. Coloca questões em que o Governo tem algum tipo de vantagens e tem um trabalho bom para apresentar.

Deputado Francisco César (PS): O senhor parece um “Veículo de Inteligência Rápida”! Está a ver se salva do Grupo Parlamentar do PSD, mas não consegue!

O Orador: O que aconteceu é que este trabalho de preparação do Partido Socialista com o Governo não funcionou, talvez porque o Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve dificuldade em combinar boas perguntas para o Governo Regional, uma vez que o Governo Regional só tinha más respostas.

Por isso tivemos oportunidade de assistir a um espetáculo curioso...

Deputado Francisco César (PS): O senhor é uma espécie de SIV do PSD!

O Orador: ... que foi o facto de dois deputados do Partido Socialista negligenciarem a presença do Governo Regional e colocaram perguntas numa interpelação, não ao Governo Regional, mas à oposição.

É algo absolutamente inédito por parte de um Grupo Parlamentar e é mais uma invenção regimental por parte do Partido Socialista.

Mas devo dizer em relação a esta questão que o Governo Regional, que aqui se apresentou e a quem o Partido Socialista não perdeu tempo a colocar perguntas, é um Governo Regional sem soluções, mas com muitos problemas.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem, Sr. Deputado! Isto é absolutamente verdade!

Deputado Bruno Belo (PSD): A verdade custa a ouvir!

O Orador: Um dos problemas é um sistema de transporte aéreo que não resolve de facto questões absolutamente fundamentais.

Há duas questões (tenho muitas outras, mas em três minutos vou apenas seleccionar duas) para vos fazer referência:

A primeira questão tem a ver com o facto do transporte aéreo, neste momento, significar um instrumento de estrangulamento do crescimento de um setor que é absolutamente fundamental para o futuro, que é o setor turístico.

Neste momento não representa uma mais-valia e não está minimamente de acordo com aquela que é necessidade de crescimento dos Açores nesta matéria.

Deputado Francisco César (PS): O senhor não sabe do que está a falar!

O Orador: A segunda questão que devia preocupar um partido que se diz de esquerda, que é o Partido Socialista, é o facto de neste momento a mobilidade em termos de transportes aéreos se restringir apenas a uma pequena elite.

A maior parte da população, tendo em conta os preços que estão a ser praticados na Região Autónoma dos Açores (e termino já, Sra. Presidente), neste momento não pode aceder a estes serviços.

Há uma espécie de exclusão social de nove décimos da população açoriana que pode utilizar estes serviços de forma assídua. Não podem contactar com as outras populações do arquipélago e isto é dramático.

Temos uma grande parte da população dos Açores que neste momento não pode aceder aos serviços da SATA porque pura e simplesmente com estes preços, com estes tarifários, é impossível dispor desta possibilidade de mobilidade.

Termino, Sra. Presidente, com a última referência.

O que é que defendemos?

Defendemos aqui fundamentalmente dois vetores.

O primeiro deles tem a ver com a necessidade de melhorar a gestão dos recursos existentes que ainda são significativos, mas que são muito pouco utilizados e são utilizados com pouca racionalidade.

Vou dar-vos apenas um exemplo.

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo de terminar. Já ultrapassou o seu tempo.

O Orador: Termino, Sra. Presidente, dando apenas este exemplo.

Vejam bem. Em princípio o Governo Regional deveria ter definido os princípios políticos, aquelas que são as suas prioridades políticas. Depois, o Grupo SATA faz aquela que é a sua função, que é a gestão destes princípios que foram definidos.

O que acontece é que no início da operação, da definição de novos horários e das novas operações, o Partido Socialista e o Governo Regional, pelos vistos, não deram as indicações corretas a quem tem que gerir a empresa e já está a ser tudo reprogramado.

Eu pergunto: quanto é que custa reprogramar, ao fim de umas semanas, uma operação?

Presidente: Tem mesmo que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

Isto significa que existe uma má comunicação entre a decisão política e quem tem que gerir e que existe desperdício de recursos, porque obviamente este reposicionamento prejudica gravemente os açorianos e significa também um acrescento de custos que os contribuintes açorianos têm que suportar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tinha pedido a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para intervir.

Presidente: Não tem mais tempo. A bancada do CDS esgotou o seu tempo na parte da manhã.

A Mesa neste momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para intervir.

Presidente: O PCP também esgotou o seu tempo da parte da manhã, por isso também já não poderá intervir neste debate.

A Mesa não tem mais inscrições. Vou dar a palavra ao Sr. Secretário Regional para encerrar o debate.

Peço desculpa, Sr. Secretário. O Sr. Deputado Jorge Macedo vai intervir. Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Luís Garcia (PSD): O Sr. Secretário quer só encerrar! O contraditório não!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sr. Deputado Luís Garcia, tenha calma.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, Caros Colegas da bancada do Partido Socialista:

Eu vou dizer que a vossa tentativa é uma boa tentativa, mas é uma tentativa estafadíssima,...

Deputado Francisco César (PS): E vamos continuar sem resposta!

O Orador: ... tanto mais que estamos a fazer aqui uma interpelação ao Governo.

Deputado Francisco César (PS): Ah! E o PSD não pode responder a nada!

O Orador: A vossa tentativa é de devolver à oposição as perguntas que a oposição fez ao Governo.

Deputado Berto Messias (PS): E mesmo assim continuamos sem respostas por parte do Grupo Parlamentar do PSD!

O Orador: Eu percebo que é uma tentativa esforçada. Eu percebo que é uma tentativa que poderia produzir alguns efeitos, mas dificilmente vai produzir, porque queremos as respostas do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transpores,...

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas o Nemo não fala!

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... queremos as respostas do Governo Regional.

A vossa tentativa faz lembrar a seguinte figura muito querida ao Sr. Líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Secretário Regional do Turismo e Transportes esteve, em toda esta interpelação (já vai para aí três ou quatro horas),...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Zero!

O Orador: ... escondido atrás das tábuas. Essa linguagem é-lhe familiar.

Não fosse estar escondido atrás das tábuas, agora o Partido Socialista quer levá-lo para fora da praça.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não se esqueça do 90!

O Orador: Não!

O Sr. Secretário continua dentro da praça, vai ter que sair de trás das tábuas e vai responder às questões que foram aqui formuladas, sendo certo que, com a tentativa de encerrar o debate, se não responder às questões que foram formuladas, pedirei à Sra. Presidente para reformular novamente, reabrir novamente o debate, para que V. Exa. responda, hoje e aqui, às questões que foram formuladas por todas as forças políticas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Porque a sua atuação, a sua ausência, hoje, neste debate,...

Deputado Francisco César (PS): Ele já falou!

O Orador: ... eu diria, desmerece o funcionamento desta casa pela sua ausência. Apenas e só pela sua ausência, não por nada do que disse, mas por aquilo que não respondeu e não disse.

Sr. Secretário, apelo que, nessa sua última intervenção, responda, porque se não responder vou pedir novamente a palavra à Sra. Presidente, caso tenha tempo.

Deputado André Bradford (PS): Não pode!

Deputado Luís Garcia (PSD): Pode, pode!

Deputado André Bradford (PS): É o Regimento!

Deputado Luís Garcia (PSD): O Regimento?! Mas os senhores importam-se com o Regimento?! Logo os senhores a vir falar do Regimento!

O Orador: Agradeço que responda a todas as questões que foram colocadas por todas as representações e também por aquelas que foram (falo em nome do PSD) apresentadas pelo Partido Social Democrata.

Obrigado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se não responder leva com um protesto!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado Jorge Macedo.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo mais inscrições, então agora, sim para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jorge Macedo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora!

O Orador: ... eu posso ter muitos defeitos. Um, que tenho a certeza que não tenho, é o de me esconder ou tentar “andar no meio dos pingos da chuva”.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não parece!

O Orador: Posso ter muitos. Esse o senhor sabe, porque o senhor conhece-me há muitos anos, que eu não tenho.

Não é por se dizer aquilo que se diz com ar convicto e muitas vezes que passa a ser uma verdade absoluta. Não é por aí.

Terei todo o gosto em esclarecer todas as questões...

Deputado Jorge Macedo (PSD): É um facto! Esteve calado 50 minutos!

O Orador: ... que foram aqui colocadas.

Começo pelo Sr. Deputado Artur Lima que foi o primeiro a colocar as questões.

Sr. Deputado Artur Lima, temos que ser rigorosos. Temos que ser rigorosos sobretudo quando referimos declarações que outros proferem.

O Sr. Deputado quando fez a sua intervenção não foi efetivamente rigoroso.

O que eu disse foi que depois de terem sido detetadas lacunas nos horários de verão, essas mesmas lacunas, por indicação minha, foram corrigidas. Eu não disse que é que as tinhas detetado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Esteve quase a fazer um levantamento popular!

O Orador: Eu fui alertado para a existência de lacunas e assumo que dei indicações para que essas lacunas fossem corrigidas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a mesma coisa!

O Orador: Não disse que tinha sido eu, como o senhor disse...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Esteve quase a fazer um levantamento popular!

O Orador: ... e me acusou de ter mentido, quem tinha detetado essas lacunas, para que fique claro.

Também para que fique claro, os voos foram repostos segunda-feira de manhã e ficaram disponíveis para comercialização segunda-feira de manhã,...

Deputada Zuraída Soares (BE) e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: ... com horários que permitem todos os dias, à exceção de quarta-feira, sair de manhã da Terceira ou de Ponta Delgada, e regressar ao final do dia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nessa tem de ser rigoroso! Isso é falso!

O Orador: Em relação ao rigor, Sr. Deputado, o Sr. Deputado trouxe duas tarifas de ligações aos Açores a Orly e a Madrid. Esqueceu-se de dizer foi qual era o preço final que os passageiros tinham que pagar com acesso a essas tarifas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Disse, disse: 180, 186 e 200!

O Orador: Não são 45 euros para Orly. São 199 euros para estes dois destinos e é uma tarifa promocional,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não lhe posso responder! Isso chama-se deslealdade!

O Orador: ... porque o preço público para estas rotas são 239 euros, mais taxas de aeroporto, mais taxas de emissão, no caso de Orly, e 278, mais taxas de aeroporto, mais taxas de emissão, no caso de Madrid.

Sr. Deputado, em relação à oferta que a SATA faz de tarifas promocionais, o Sr. Deputado referiu uma oferta que a SATA fez (já não me recordo do ano) em ligações à Madeira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foram 183 euros! O que o senhor está a dizer é mentira!

O Orador: No ano de 2013, como tive oportunidade já de dizer, a SATA teve uma oferta de 106.154 lugares, oferecidos em tarifas promocionais, dos quais, 16.231 foram a 88 euros e meio...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é desonesto!

O Orador: ... e 17.196 foram a 99 euros e meio.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Desonesto!

O Orador: Sr. Deputado, quanto a lugares e a promoções estamos conversados em relação àquilo que disse anteriormente.

Deputado André Bradford (PS): E de que maneira!

O Orador: Sr. Deputado Jorge Macedo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está aqui, vou fazer-lhe chegar! O senhor está a mentir descaradamente! Isso chama-se cobardia!

O Orador: ... o senhor colocou várias questões, nomeadamente a questão da SATA não estar preparada para a concorrência, a taxa de ocupação ter passado de 66 para 56% e a SATA ter perdido 200 mil passageiros.

Sr. Deputado, por que será?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a crise!

O Orador: O Sr. Deputado esquece-se da política restritiva que foi imposta às famílias portuguesas?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já cá faltava!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O Sr. Deputado esquece-se que os Açores têm um aumento de fluxos turísticos para a Região de todos os mercados, à exceção do mercado nacional?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Até Chipre!

O Orador: Sr. Deputado, por que será? Por que será que isto aconteceu?

Não foi certamente pela melhoria efetiva que houve nas condições de transporte de todos os açorianos, introduzidas com a nova frota da SATA; não foi certamente com as políticas que o Governo dos Açores impôs para conseguir uma maior captação de fluxos turísticos para a Região e para conseguir maior mobilidade a todos os açorianos.

Em relação ao posicionamento das aeronaves, Sr. Deputado, a minha função é política. Não é uma função operacional.

Agora também lhe posso dizer que daquilo que conheço, e o Sr. Deputado sabe o que é que eu estou a dizer, as operações, nomeadamente as operações de *charters* de inverno, são operações programadas com tempo, não são operações de última hora.

A questão do posicionamento das aeronaves poderia colocar-se, sim, na época alta, que é quando aparecem voos *charters* de última hora e muito bem pagos.

Mas nessa altura, Sr. Deputado, a nossa prioridade, a prioridade da SATA, aquela que é também a prioridade que o Governo dos Açores entende que deve persistir no desenvolvimento da atividade da SATA, é satisfazer a capacidade de mobilidade dos açorianos, é satisfazer a captação de fluxos turísticos para os açorianos e é satisfazer igualmente a proximidade com o mercado onde está a nossa comunidade emigrante.

Isto não é conversa, Sr. Deputado. Não é conversa redonda,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É cobardia!

O Orador: ... muito menos o dom de uma baleia como o Sr. Deputado há pouco teve oportunidade de referir.

Em relação àquilo que foi feito, em relação à introdução no mercado de uma nova política tarifária, por exemplo, para a América do Norte, Sr. Deputado, estamos com um crescimento, em termos de lugares vendidos à data, de 40% nas ligações a Boston e de 57% nas ligações a Toronto.

Julgo que respondi a todas as suas questões.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Tomou nota mal!

O Orador: Eu julgo que todas as questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado estão respondidas.

Em relação às questões levantadas pela Sra. Deputada Zuraida Soares, já tive várias vezes a oportunidade de lhe explicar o que é que a proposta, que o Governo apresentou ao Governo da República, para a revisão das Obrigações de Serviço Público tem de diferente, nomeadamente na questão do tarifário.

Aquilo que apresentámos como proposta é a existência de uma tarifa máxima para todos os açorianos, para todos os residentes e para todos os estudantes,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Que é de quanto?

O Orador: ... uma tarifa de 134 euros, à qual se deve adicionar 86 euros que serão posteriormente reembolsados aos passageiros, mais as respetivas taxas.

Não foi isso que a Sra. Deputada disse há pouco. O que a Sra. Deputada disse, provavelmente por lapso, foi 134 menos 86.

Isso nunca foi dito. Aquilo que eu lhe disse foi o que disse agora: 134 mais 86, que são devolvidos posteriormente aos açorianos.

Digo-lhe mais, Sra. Deputada. Aquilo que o Governo dos Açores faz é defender o interesse dos Açores e dos açorianos.

Nós não estamos aqui para defender interesses de A, B ou C, ou interesses de outras companhias ou do que quer que seja.

A nossa preocupação, a nossa prioridade é defender a acessibilidade dos açorianos, é defender uma maior mobilidade, é defender que haja melhores condições, maior concorrência, maior agressividade comercial, no fundo, que a acessibilidade seja feita de uma forma mais fácil, mais económica, a todos os açorianos.

Por isso, a questão que colocou (easyJet a que preço?), o Governo dos Açores não paga nem para a easyJet,...

Deputada Zuraida Soares (BE): A Madeira dizia a mesma coisa, Sr. Secretário!

O Orador: ... nem para qualquer outra companhia vir para a Região.

O que defendemos é que a acessibilidade à Região seja regulada por Obrigações de Serviço Público que, acima de tudo, defendam os Açores e os açorianos.

Sr. Deputado Aníbal Pires, em relação às questões operacionais que referiu, posso dizer-lhe que as mesmas estão a ser devidamente analisadas e trabalhadas para que se encontre uma solução que garanta sustentabilidade, não só da solução, mas sustentabilidade inclusivamente em termos operacionais para a companhia e para que esta possa desempenhar a sua função dentro daquilo que é o seu objeto social.

Em relação à questão que pôs das Obrigações de Serviço Público para o inter-ilhas, é claro...

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: Estou a terminar.

... que a construção das novas Obrigações de Serviço Público não olham só para os passageiros.

Consideramos que é importante termos um serviço de carga aérea adequado e que corresponda às efetivas necessidades. Por isso, as Obrigações de Serviço

Público para o inter-ilhas irão refletir estas duas vertentes, tanto a vertente de passageiros como a vertente da carga aérea.

Mas é assim, Sras. e Srs. Deputados, enquanto uns se agarram ao passado e aos problemas,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Ao seu passado!

O Orador: ... nós vemos nas dificuldades oportunidades e trabalhamos afincadamente, hoje e sempre, para as ultrapassar. A bem dos Açores e de todos os açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

O Sr. Deputado Artur Lima pediu a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, para dizer que farei chegar à Mesa uma simulação feita hoje, há duas horas, na agência, referindo exatamente os valores que aqui disse, ou seja, uma tarifa feita para o dia 25 de abril e regressar a 2 de maio, de 45 euros, de Ponta Delgada/Orly. Rigorosamente isto!

Portanto, o rigor que eu disse é este. Farei chegar à Mesa esta simulação feita na agência que desmente completamente o Sr. Secretário.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Qual é o preço final?

O Orador: Foi feita no site da SATA.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Qual é o preço final?

O Orador: Eu disse aqui, e está em diário e gravado, o que prova a má-fé do Sr. Secretário,...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: ... que o total da passagem era 186 euros e era de 223 um Lisboa/Ponta Delgada/Lisboa.

Portando, de má-fé usou o Sr. Secretário...

Presidente: Sr. Deputado, vamos ter atenção à linguagem.

O Orador: ... e eu farei chegar à Mesa esta simulação para esclarecer.

Muito obrigado.

Presidente: Fica registado, Sr. Deputado. Aguardarei pelo documento.

Sr. Deputado Jorge Macedo pediu a palavra para uma interpelação? Tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação para registar que o Sr. Secretário Regional não respondeu às seguintes questões:

Deputado Berto Messias (PS): Uma interpelação para registar? Ó Sra. Presidente!...

O Orador: Não disse como é que repõe a taxa de ocupação da SATA Air Açores;

Não disse como é que a SATA readquire a competitividade perdida...

Presidente: Sr. Deputado, eu agradeço que faça chegar à Mesa as questões. Não vamos reabrir o debate neste momento.

O Orador: Estou só a lê-las.

Presidente: Sim, mas deve indicar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é que diz o Regimento sobre interpelações?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Olha o especialista em Regimento!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados,...

O Orador: Não disse nada sobre como é que se readquire a competitividade perdida que fez a SATA abandonar a rota da Madeira e disse uma inverdade.

Presidente: Sr. Deputado, nós não estamos em momento de intervenção.

O Orador: Faço chegar à Mesa...

Presidente: Tem que fazer chegar à Mesa o documento.

O Orador: ... os seguintes números:

O PIT diz que o total de passageiros nos aeroportos dos Açores baixou entre 2007 e 2012, 3,3%.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que vergonha!

O Orador: A SATA perde, entre 2005, 2007 e 2012, 13%.

A desculpa da austeridade não cola.

Obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em relação àquilo que disse o Sr. Deputado Artur Lima,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O Sr. Secretário não encerrou o debate?!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Faça um protesto!

O Orador: ... o preço promocional que está para as duas ligações que referiu são 199 euros.

Presidente: Sr. Secretário, não pode responder diretamente ao Sr. Deputado.

O Orador: Eu não posso deixar de responder a estas questões.

(Protestos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Artur Lima)

O Orador: Em relação às questões levantadas pelo Sr. Deputado Jorge Macedo,...

Presidente: Sr. Secretário...

O Orador: ... apenas para dizer que o Sr. Deputado esteve desatente às minhas respostas.

Presidente: Sr. Secretário, não pode.

Deputado Francisco César (PS): Não pode?! Eles podem! A gente não!

Deputado José Ávila (PS): Eles não querem é a resposta, já percebi!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos tentar manter aqui alguma harmonia.

Sr. Secretário, no meio de algum burburinho, o Sr. Secretário, numa interpelação à Mesa, não pode naturalmente responder diretamente a nenhuma das intervenções que foram feitas, apesar de também o Sr. Deputado Jorge Macedo foi advertido de que não estaria a utilizar a figura regimental da forma mais correta, aliás, como é da praxe na figura da interpelação à Mesa a que nos vamos todos habituando.

Terminámos assim o primeiro ponto da nossa Agenda.

Vamos avançar e entrar no ponto 3: **Projeto de Resolução n.º 53/X – “Promoção Nacional e Internacional de Produtos Culturais Açorianos”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e são aqueles que temos vindo a utilizar no processo legislativo comum.

Neste caso, o PSD, enquanto proponente, o PS e o Governo dispõem de 25 minutos, o CDS-PP de 13 minutos e as Representações Parlamentares de 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade para apresentação do diploma.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os produtos culturais açorianos – como livros, discos e vídeos de registo e divulgação das nossas ilhas e das nossas gentes – merecem ser promovidos e precisam ser comercializados no continente português e na diáspora açoriana.

A sua afirmação no exterior é tão difícil para os seus promotores como importante para a nossa Região, razão pela qual deve o governo assegurar as necessárias condições impulsionadoras.

Assim se sintetiza o propósito estratégico do Projeto de Resolução proposto pelo PSD ao Parlamento dos Açores.

Esta iniciativa parte da constatação óbvia e generalizada de que existe nos Açores uma produção de bens culturais transacionáveis que é significativa, em quantidade, qualidade e diversidade, por iniciativa de empresas editoras, associações e institutos culturais ou entidades públicas locais e regionais.

São edições bibliográficas, discográficas e videográficas que precisam e merecem ganhar projeção e mercado para além da fronteira regional.

Ora, compete aos órgãos de governo próprio criar condições adequadas para o desenvolvimento da cultura nos Açores e para a promoção cultural da Região no exterior.

Sabe-se, aliás, que tanto o espaço continental português, como também, e sobretudo, as comunidades da diáspora açoriana, constituem mercados potenciais para a comercialização progressiva dos nossos produtos culturais.

Tanto assim é que o Governo dos Açores, embora apenas pontualmente, toma ele próprio a iniciativa de assegurar o agrupamento e a comercialização de produtos culturais açorianos quando da participação regional em feiras ou mostras nacionais ou transatlânticas.

Estas experiências pontuais podem e devem assumir um carácter permanente.

Há vantagem cultural e económica de comercializar sistematicamente as nossas edições no exterior da Região, designadamente em grandes espaços do continente português e em instituições estratégicas da diáspora açoriana – como, por exemplo, as Casas dos Açores, aproveitando, porventura, os balcões da RIAC.

Isso ajuda os nossos empresários, valoriza a nossa cultura e promove a nossa Região.

É neste contexto e com esta intenção que o Parlamento dos Açores pode e deve recomendar ao Governo Regional duas medidas concretas e conseqüentes a favor da afirmação permanente e consistente da cultura açoriana no exterior da Região.

Por um lado, que estabeleça protocolos de colaboração específicos com as Casas dos Açores que assim o desejarem.

Por outro lado, que negocie diretamente com espaços comerciais do continente português onde isso seja possível e conveniente.

Em ambos os casos, visando a exposição e venda pública e permanente de LIVROS, CD's e DVD's editados na Região.

E que o faça de forma condigna, aliciante e proveitosa, através da criação e funcionamento de *stands* próprios com a marca “CULTURA AÇORES”.

Pretende-se, afinal e tão-somente, constituir uma rede nacional e internacional de quiosques permanentes para exposição e venda de produtos culturais açorianos. Que seja facilitada pelo governo e participada pelos editores.

Presume-se que o governo argumentará em plenário – como, aliás, afirmou em comissão – que já foram feitas experiências com fracos resultados em Lisboa, que a comercialização nas Casas dos Açores encarece o produto final ou que já tinha pensado promover uma campanha mediática de sensibilização pública para a aquisição de produtos culturais açorianos.

Nada disso invalida, antes reforça, a aprovação deste projeto e a concretização desta intenção.

Se as primeiras experiências no comércio de Lisboa não foram bem-sucedidas, o que é preciso é persistir em vez de desistir.

Se os direitos alfandegários encarecem as vendas na diáspora, o que é preciso é assegurar condições especiais para as Casas dos Açores.

Se se pretende estimular a procura, é preciso disponibilizar a oferta.

Também não colhe o argumento de que o novo Regime Jurídico de Apoio a Atividades Culturais já prevê a possibilidade de iniciativas pontuais e individuais nesse sentido.

Pelo contrário, o que aqui se pretende é que as iniciativas sejam permanentes e coletivas.

Uma pequena editora, uma associação artística, um instituto cultural dificilmente conseguirão fazer valer os seus produtos individualmente no

mercado exterior. Mas fá-lo-ão integrados num esforço conjunto que a todos convém. Porque a união faz a força.

No fundo, os argumentos do governo justificam também a pertinência deste Projeto de Resolução.

Mas mesmo que assim não fosse, esta iniciativa legislativa já estaria plenamente justificada pela entusiástica adesão dos seus potenciais destinatários, que é o que verdadeiramente importa, a avaliar pela generalidade dos pareceres recebidos.

Por exemplo, o **Instituto Açoriano de Cultura** “concorda integralmente com o teor do proposto no documento em discussão, disponibilizando-se desde já para participar, através das suas edições, no esforço necessário da promoção da cultura açoriana”. E a **Blu Edições** reconhece a necessidade de percorrer um longo caminho nesse sentido porque “as obras fazem-se e acumulam-se sem distribuição”.

Por exemplo, a **Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores** comunica que “não foi detetado qualquer reparo” na sua apreciação a este Projeto de Resolução. E as **Casas dos Açores** do Norte, do Algarve, da Bahia, do Rio Grande do Sul enaltecem a iniciativa e oferecem-se para colaborar.

Portanto, já há vontade operacional. Só falta vontade política.

É certo que uma rede com estas intenções e com estas características não se concretiza de um dia para o outro. Implementa-se faseadamente, com experiências sucessivas e com passos seguros.

E também é verdade que uma rede assim, mesmo quando expressivamente implementada, não vai resolver o problema de fundo da afirmação cultural dos Açores. Mas ajuda.

O que não se pode é deixar de fazer porque é difícil ou nem chegar a começar porque não é fácil acabar.

As produções culturais açorianas merecem a nossa atenção e precisam da nossa persistência.

Andar faz caminho.

O primeiro passo pode não ser o maior, mas é seguramente o mais importante.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Andrade, quero começar por agradecer-lhe o facto de ter repetido aqui, no plenário, aquilo que eu disse na Comissão de Assuntos Sociais. Quer dizer que prestou atenção àquilo que eu disse e deu boa conta das minhas palavras e das preocupações que exprimi. Portanto, agradeço a publicidade.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Se não for os outros a fazer!...

O Orador: Por outro lado, gostaria de lembrar que o PSD, com esta iniciativa, pretende que o Governo se assumia como um agente comercial, eventualmente, em concorrência com os privados que fazem desta atividade o seu ganha-pão.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Por essas bandas ninguém faz!

O Orador: Mas como aquilo que disse na Comissão não foi ouvido, como é natural, pela generalidade das Sras. e dos Srs. Deputados, gostaria de recordar aqui algumas coisas, mesmo que repetindo aquilo que o Sr. Deputado acabou de dizer, repetindo aquilo que eu tinha dito.

De facto, neste plenário, no ponto 7 da Agenda consta exatamente a iniciativa do Governo (a Proposta de Decreto Legislativo de Apoio às Atividades Culturais, e o Sr. Deputado também referiu isso) que prevê várias atividades. Portanto, não se trata de um pensamento, trata-se de uma obra que está feita, que vai ser discutida e votada nesta Assembleia.

Este diploma, como estava a dizer, prevê o apoio às edições de obras e às entidades que as promovam, que são as empresas editoras regionais e nacionais e com atividade editorial regular pelo menos há dois anos; outras pessoas coletivas de direito privado que tenham a sua sede e exerçam atividade editorial

regular há pelo menos dois anos nos Açores; outras pessoas coletivas de direito privado que tenham a sua sede e exerçam atividade editorial regular há pelo menos dois anos nos Açores.

Entendemos que não deve ser o Governo a distribuir e a estabelecer a redes comerciais, mas a apoiar as editoras e distribuidoras que façam o seu trabalho para bem de todos nós.

Esta medida do regulamento tem por objetivo essencialmente a promoção dos produtos culturais açorianos, que é de facto o tema desta iniciativa, prevê majorações para a divulgação e a promoção de autores açorianos, bem como para a distribuição das suas obras a nível nacional e internacional. Mas esse trabalho deve ser feito pelos privados. Não quer dizer que seja a pequena editora que vai montar um *stand* lá fora. Há redes e as pequenas editoras podem se organizar, entrar em redes e conseguir distribuir os seus produtos.

Este apoio visa a cooperação com as editoras que se candidatarem aos apoios para o efeito e permite que a Direção Regional da Cultura se vá retirando, a pouco e pouco, da atividade editorial, reservando-se apenas para aquelas obras que, pela sua natureza, não têm expressão comercial, mas que é necessário que sejam editadas e distribuídas.

Essencialmente pretendemos criar condições para que as editoras possam desenvolver o seu trabalho, editar os autores (sejam escritores, sejam ensaístas, sejam músicos) de livros, de CDs e de DVDs, para que entrem no mercado.

O Governo não deve interferir na definição dos programas editoriais das editoras. Se o Governo entender que deve ser feita uma determinada edição, por exemplo de uma coleção dos clássicos açorianos, poderá lançar essa ideia, abrir um concurso e as editoras apresentarem-se a concurso e produzirem essas coleções.

Não deve ser obviamente o Governo a fazê-lo, mas, dentro dos projetos do Governo e também do Decreto que vamos discutir mais tarde, tudo isso está previsto, ou seja, não se trata de um pensamento, de uma intenção. Trata-se de uma decisão que está apenas à espera de ser discutida e aprovada nesta casa.

Também gostaria de referir, até porque é um objeto muito específico deste Projeto de Resolução, o papel das Casas dos Açores neste processo.

As Casas dos Açores têm um papel histórico e fundamental na promoção das atividades dos Açores, mas não fazem parte, pela sua definição e até muitas vezes pelos locais onde estão instaladas, das redes comerciais das localidades. Ou seja, ninguém se deslocaria à Rua dos Navegantes, em Lisboa, onde não há praticamente comércio, para comprar produtos dos Açores.

De resto, o Sr. Deputado referiu os dois casos que eu tinha referido na Comissão, quer da loja da Rua Elias Garcia, quer da loja da Rua de São Julião, em Lisboa, que tendo assinado contratos de distribuição dos produtos em Lisboa com a Direção Regional da Cultura, acabaram por devolver os produtos que lá tinham, porque não tinham vendido praticamente nenhum, e inclusivamente, no caso da loja da Rua de São Julião, pediu a rescisão do contrato.

Portanto, o Governo tinha tomado iniciativas, tinha estabelecido contatos com empresas para fazer a redistribuição, mas as empresas, de acordo com a sua lógica empresarial, não conseguiram, ou entenderam que deviam rescindir esses contratos.

Cabe ao Governo fazer outras coisas e tem feito, de facto, não é uma intenção. Por exemplo, o ano passado, em 2013, na edição nº 83 da Feira do Livro de Lisboa (na feira há sempre um pavilhão dos Açores, há muitos anos), estiveram presentes, no pavilhão montado pela Direção Regional da Cultura, 18 editoras açorianas que eu vou citar:

- Associação Ecológica Amigos dos Açores;
- Associação Regional de Turismo;
- Associação “Os Montanheiros”;
- Blue Edições;
- Câmara Municipal da Horta;
- Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa;
- Companhia das Ilhas;

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! As Câmaras Municipais também são editoras?! Sr. Secretário, tenha pena das pessoas!

O Orador: - Instituto Açoriano de Cultura;

- Instituto Cultural de Ponta Delgada;

- Instituto Histórico da Ilha Terceira;

- Núcleo Cultural da Horta;

- Observatório do Mar dos Açores;

- Editora Ponto de Vista;

- Publiçor;

- Sociedade Afonso Chaves;

- Universidade dos Açores;

- Ver Açor e;

- Yolanda Corsépius.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Qual é a dimensão desse pavilhão, Sr. Secretário, para levar essa gente toda?

O Orador: Todas as editoras, sejam públicas ou privadas, que quiseram, colocaram nos pavilhões os produtos que tinham editado.

Para a edição da Feira do Livro de 2014, que decorrerá muito em breve, está prevista uma reorganização da presença açoriana nessa feira que vai associar à DRAC a divulgação e promoção de eventos culturais dos Açores, através dos meios audiovisuais.

O Sr. Deputado também referiu as Casas dos Açores da diáspora. É evidente que são importantes.

Também vai dizer que os problemas são para resolver, mas são problemas reais. Por um lado, há os direitos alfandegários, aos quais não podemos fugir e que encarecem sobremaneira os produtos e isso não se resolve por uma decisão do Governo.

Voltando ainda às Casas dos Açores, para que elas funcionassem, para que elas tivessem esses *stands* comerciais, como o Sr. Deputado pretende, obrigaria as Casas dos Açores a cumprir as exigências da autoridade tributária e aduaneira, e a ter um sistema de faturação certificado para poderem exercer a sua atividade.

Não podemos obrigar as Casas dos Açores a transformarem-se em estabelecimentos comerciais, a aderirem ao sistema de faturação certificada, para venderem lá os produtos dos Açores.

Temos consciência das necessidades. O Sr. Deputado já disse e nós também temos. Os vários governos, desde sempre, preocuparam-se com isso. Temos que ter em atenção, por um lado, os produtos que temos nos Açores para quem é que se dirigem e, sobretudo, como é que podemos intervir sem interferir na atividade dos agentes privados.

É fundamental sobretudo, e estamos a trabalhar nisso, que os produtos culturais açorianos sejam de qualidade. É por isso que estamos a avançar com prémios nas mais variadas áreas culturais, com apoios à edição, com formação.

Neste momento estão a ser lançados no terreno vários programas de apoio aos agentes culturais, apoios na formação sobretudo (grupos de teatro, etc), a promoção dos músicos, dos artistas açorianos para que possam aparecer, para que possam ter público e a partir daí produzirem os seus discos para depois serem divulgados, não porque são produtos açorianos com a chancela do Governo, mas porque são produtos de qualidade resultantes do trabalho dos agentes culturais dos Açores.

Portanto, o Governo tem que se preocupar com as infraestruturas. Infraestruturas, neste contexto, implica também a formação dos Açores.

Depois, os produtos se forem bons circularão naturalmente no circuito comercial.

Não faz sentido, até pela experiência que temos (e se a experiência não funcionou, não vamos insistir), mandar caixotes de livros para os Estados Unidos, para o Canadá, ou para outros locais do mundo onde haja açorianos. Ou seja, investir no mercado da saudade é muito importante, mas não é exclusivo, nem pode ser único.

O que achamos que deve ser feito é termos produtos de qualidade, livros bons no seu conteúdo (que o são, aqueles que são produzidos), mas que sejam bons em termos de acabamento gráfico, que sejam apetecíveis, tal como os discos. Que os agentes culturais, sejam os artistas, sejam os gráficos, sejam todos

aqueles que participam no processo, tenham a formação necessária para que o produto do seu trabalho seja de qualidade e aí sim é que haverá uma dinâmica comercial. É nisso que estamos a trabalhar.

A partir do momento em que haja produtos de qualidade que vençam por si só e não porque têm o apoio, o suporte, o patrocínio do Governo, da Região ou da marca Açores, não nos interessa.

O que interessa é que os produtos culturais circulem por direito próprio, porque são bons. Então aí estamos a investir na formação aos mais variados níveis.

Portanto, as intenções do Sr. Deputado são legítimas.

É evidente que todas as entidades que foram consultadas pelo PSD disseram que sim, com certeza, que é preciso divulgar os produtos açorianos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é o PSD! É missão do Parlamento!

O Orador: Aí, nada contra.

Agora, há aqui (perdoar-me-á o Sr. Deputado) alguma demagogia, porque o que queremos é ter um trabalho de fundo. É esse trabalho que estamos a fazer.

O Sr. Deputado, que é um homem inteligente, um homem interessado e que anda sempre a circular pelas ilhas, já poderá verificar que esse trabalho está a ser feito sistematicamente.

Não nos interessa para já o produto final. Interessa-nos é a realidade humana, a realidade cultural que depois funcionará por ela própria, sem necessidade de ter padrinhos para poder vencer.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Continuam abertas as inscrições. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP teve oportunidade, em sede de comissão, embora reservando a sua posição final para o plenário, de louvar a iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD e atribuir-lhe importância.

Ainda que este Projeto de Resolução não resolva todos os problemas, tem de facto o mérito de dar o contributo para que se encontrem mecanismos para que os produtos culturais açorianos possam ter a devida divulgação e comercialização, quer no restante território nacional, quer sejam objeto também de alguma internacionalização, designadamente junto das nossas comunidades espalhadas um pouco pelo continente norte-americano e sul-americano.

Daí informar que a Representação Parlamentar do PCP irá dar o seu voto favorável a este Projeto de Resolução aqui apresentado pelo PSD.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Açores são uma região dispersa por 9 ilhas que têm como principal riqueza a multiplicidade de produtos específicos e característicos de cada ilha. Sendo uma realidade, os Açores dividem-se por nove distintas realidades sociais e culturais. Se há denominador comum aos Açorianos este é a imaginação, a habilidade, a criatividade. Pode, por ventura, faltar-nos um pouco de ambição; e falta-nos garantidamente muita promoção.

Temos produtos culturais, naturais e patrimoniais únicos, cuja qualidade é reconhecida e apreciada no mundo inteiro, sobretudo junto da nossa diáspora. E ainda não conseguimos tirar partido, nem rentabilizar o que é nosso!

É certo que não compete ao Governo Regional ir vender os produtos das empresas privadas, mas cabe ao Governo Regional criar as condições necessárias para que seja mais fácil às empresas açorianas venderem os nossos produtos de excelência.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: O Governo Regional pode criar protocolos para que a venda dos nossos produtos seja mais fácil e direta na diáspora, no território nacional, europeu, não só em edições vídeo e bibliográficas, mas também em outros

produtos do nosso artesanato, da nossa doçaria, das nossas conservas, dos nossos laticínios, a produção de café e chá...

Um número infindável de artigos que têm valor acrescentado e que trariam riqueza à nossa Região.

As empresas açorianas não precisam que o Governo Regional as leve pela mão, precisamos sim que se abram caminhos que nos permitam crescer economicamente.

Que os custos associados aos transportes sejam mais acessíveis, que haja uma sensibilização/uma campanha que promova os produtos açorianos e a sua qualidade.

Que se promovam os nossos produtos até e também para o consumo interno.

Que se estudem os nichos de mercado, já que não temos capacidade de produzir em massa podemos aproveitar esta nossa riqueza que se traduz em produtos de elevado valor para satisfazer nichos.

O tempo de agir é agora; a economia regional, a nossa produção interna tem de ser estimulada, para que as nossas empresas cresçam, sejam sustentáveis, criem mais emprego.

Quem visita os Açores sabe quais são as imagens de marca de cada ilha. De Santa Maria ao Corvo existe uma panóplia de produtos culturais e outros, que merecem a atenção deste Governo para que se impulsione e se promova a sua venda de forma a gerar sustentabilidade das nossas empresas e, conseqüentemente, diminuir o desemprego que assola a nossa Região...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Embora compreendamos e até concordemos genericamente com a preocupação de promover os nossos produtos culturais (todos, aliás, temos essa preocupação), não podemos subscrever este Projeto de Resolução que consideramos demagógico, com propostas não conseqüentes, ao contrário do

que disse o Sr. Deputado José Andrade, por três principais razões que o Sr. Deputado, e bem, fez o favor de ir generosamente introduzindo no debate.

Em primeiro lugar, por uma questão financeira.

A sua componente resolutiva é incomportável, é inexecutável, implica a deslocação, para colocação no continente português ou na diáspora, de centenas de objetos físicos com custos alfandegários avolumadíssimos, como já aqui foi dito, para um retorno incerto (senão mesmo pela experiência que já se fez, e não podemos apagar, passar uma borracha sobre a experiência que já existe), com um retorno senão mesmo insuficiente ou ineficaz.

Em segundo lugar, por uma razão, eu diria, conceptual.

O que são produtos culturais açorianos?

Livros, CD's e DVD's.

E a dança? E a escultura? E a pintura? E o teatro?

Ou seja, o Governo Regional gastaria milhares (temos de olhar objetivamente os dados que a componente resolutiva propõe) no transporte de livros, CD's e DVD's.

Aqui, colocar-se-ia outra questão: o que escolher? Que autores escolher? A que editoras dar prioridade?

São tudo questões cuja concretização torna muito difícil a operacionalidade deste Projeto de Resolução...

Deputados Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e abriria caminho eventualmente a injustiças que teriam de ser muito bem vistas, muito bem estudadas, porque todos os agentes culturais, nesse caso, teriam obviamente o mesmo direito de acesso a este tipo de atuação. Seria incomportável que fossem todos. Ora, colocar-se-ia a questão da escolha, da seleção. E quem faria essa escolha?

Em termos conceptuais não podemos estar de acordo, porque para o PS os produtos culturais abrangem muito mais do que livros, CD'S e DVD's.

Em terceiro lugar, porque consideramos (e isto será uma consideração eminentemente ideológica) que seria uma intromissão governamental, como já

aqui foi dito pelo Sr. Secretário e com o qual o PS está em concordância, em esferas privadas, incorrendo aliás numa concorrência potencialmente desleal.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Eu não posso deixar de chamar aqui, ainda que naturalmente me reserve ao silêncio no que concerne ao nome de editoras, exemplos muito felizes de editoras regionais, de várias ilhas, que com sagacidade e perspicácia souberam entrar no mercado regional, nacional e internacional, com redes de distribuição bem montadas, com contratos bem estabelecidos, fazendo aliás dos seus produtos e dos seus autores produtos e autores que, sendo açorianos, passam a ser produtos e autores do país e do mundo, sem os reduzir a esta espécie de espaços próprios que estão preconizados no Projeto de Resolução.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: São editoras sedeadas na Região que têm mostrado que a Região tem capacidade. Quem investe a sua vida neste tipo de trabalho tem capacidade de chegar mais longe e assim chega.

Também não posso deixar de referir, ainda que o Sr. Secretário já aqui o tenha feito, mas acho que é um dado que merece corroboração, o facto de as editoras poderem candidatar-se de forma explícita, digamos assim, ao novo Regime de Apoio às Atividades Culturais, que também será debatido neste plenário e que poderá, em todos os aspetos previstos neste Projeto de Resolução, ser uma ajuda, digamos assim.

Não gosto de chamar ajuda. Acho que o Governo não tem de ajudar, mas os seus apoios, os apoios governamentais, poderão contribuir para o sucesso dessas editoras na prossecução desse seu objetivo de levar mais longe os seus produtos.

Portanto, esse aspeto está contemplado.

Em jeito de conclusão, não gostaria também de deixar de referir que, numa era tecnológica, parece-nos que o presente e o futuro passam sobretudo pela divulgação dos produtos culturais, todos eles a nível digital, para atração de públicos, para divulgação de produtos, contrariando assim a criação de mofo nas estantes e nas prateleiras por esse mundo fora, que muitas vezes recebem os

produtos, têm-nos lá, mas têm de forma quase intemporal sem um retorno concreto.

Neste sentido, não concordamos que faça sentido deslocar (que é o que isto prevê) centenas de livros, caixotes inteiros de livros, CD's e de DVD's para estarem parados.

Achamos que a cultura açoriana, como cultura do mundo que é, deverá inserir-se nesta lógica moderna e progressista, numa busca incessante de qualidade e de público.

Temos que atrair o público para os nossos produtos, para então os escoarmos da forma mais perspicaz e mais consequente.

Pegando nas palavras do Sr. Deputado José Andrade, neste campo iremos persistir em vez de desistir, não nos moldes que este Projeto de Resolução prevê.

Nesse sentido o PS votará contra o diploma.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM teve a oportunidade de anunciar, na Comissão Parlamentar, que votaria a favor desta iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Votamos a favor porque consideramos que o objetivo, a promoção dos produtos culturais açorianos, é fundamental. Consideramos que é fundamental tendo em conta vários aspetos, nomeadamente a sua qualidade, a importância que tem para a autonomia dos Açores a promoção destes produtos e tendo nós a noção que a cultura açoriana é uma das mais-valias que esta Região pode oferecer a Portugal, à Europa e ao mundo.

Temos, de facto, uma cultura que é pujante, uma cultura que é diversificada e uma cultura que assim que é conhecida pelos diversos públicos tem uma grande aceitação.

Nesse sentido temos aqui um princípio político que é apoiar esta promoção.

Também realizámos a análise de que até agora este objetivo, este princípio e esta finalidade, ainda não foram atingidos por parte dos Açores e que o trabalho que o Governo Regional tem vindo a desenvolver nesta matéria ainda não é totalmente meritório.

Nesse sentido consideramos que estas propostas do PSD são propostas que poderiam contribuir de forma efetiva para que se possa atingir esta finalidade.

Diga-se a este respeito que a maior parte dos pareceres que eu tive oportunidade de consultar, por parte das várias entidades da diáspora, são pareceres que dão o seu acordo.

Portanto, a diáspora, as nossas Casas dos Açores estão sempre disponíveis para ajudar, como sempre estão quando se trata da defesa dos Açores, da promoção dos Açores.

Este é um esforço que poderia ser realizado. A maior parte dos intervenientes no âmbito deste processo está de acordo. Neste sentido podíamos fazer este esforço.

Diz o Partido Socialista que tendo em conta o Projeto de Resolução isto significa despesas muito significativas.

Eu não vejo onde é que o Partido Socialista retirou essa conclusão. Isto é um Projeto de Resolução.

Um Projeto de Resolução significa que há aqui uma estratégia, há aqui um conjunto de finalidades que são definidas, mas de forma alguma se pode daqui retirar uma conclusão em relação aos montantes que estão envolvidos, em relação ao tipo de ação que vai ser concretizada e aos meios envolvidos.

Seria obviamente essa função, aceitando o Partido Socialista e o Governo Regional como bons estes objetivos e estas finalidades. A forma de o concretizar obviamente pertence em exclusivo ao Governo Regional, que teria essa função.

Deputado André Bradford (PS): Explique lá como é que se faz isso!

O Orador: O Partido Socialista faz aqui uma leitura muito abrangente e muito superior aos dois parágrafos que aqui estão escritos.

Portanto, penso que é uma má desculpa.

O que é fundamental e o que fica para a história no âmbito deste debate é o seguinte: há partidos que estão interessados na promoção da cultura dos Açores e que estão disponíveis para procurar outros caminhos.

O Governo Regional e o Partido Socialista, nesta matéria, não me parece que estejam absolutamente disponíveis para realizar o esforço que é necessário realizar nesta matéria e isto é lamentável.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida para esclarecer que o Partido Socialista não precisa de fazer grandes contas para perceber que os custos decorrem da concretização da proposta, tão simples quanto isso.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: Como é que o Sr. Deputado Paulo Estêvão coloca os livros na diáspora e no continente?

Deputado Francisco César (PS): É como o Sr. Deputado Jorge Macedo, a pé!

A Oradora: Só poderá colocá-los passando por taxas alfandegárias, passando por uma série de custos que são elevadíssimos e que de facto estão implícitos à concretização da proposta. Portanto, é uma leitura responsável.

O Partido Socialista tem que fazer uma leitura responsável...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ... da componente resolutiva de qualquer diploma.

Quanto aos pareceres, também não posso deixar de colocar aqui a tónica no facto de que os pareceres foram sobretudo positivos por parte das Casas dos Açores, o que eu acho absolutamente natural e compreensível, porque as Casas

dos Açores gostarão de receber nas suas instalações os produtos. Os produtos chegam-lhes e eles têm os lá disponíveis.

Não sei sequer se todas teriam capacidade para venda, para comercialização, o que implicaria um sistema de faturação que não sei se está subjacente ao funcionamento das Casas dos Açores. No entanto, temos editoras que nos respondem com pareceres negativos.

Portanto, não creio que o argumento dos pareceres, neste caso, colha.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Da intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão retive – permitam-me que faça exclusão de tudo o resto – uma palavra: estratégia.

Sr. Deputado, estamos, de facto, a usar uma estratégia. Essa estratégia é, como eu disse há pouco e vou repetir, concretamente:

Primeiro, a formação dos agentes culturais, como estamos a fazer.

Foi anunciado recentemente um protocolo com a Diocese para ajudar os párocos e as comissões fabriqueiras a reconhecerem as obras de arte, o património que têm, para os proteger e não fazer intervenções incorretas;

Dar formação ao nível do teatro e a nível musical;

Dar oportunidade aos músicos para atuarem, como está acontecer por toda a Região. Os concertos são por músicos açorianos ou residentes nos Açores.

Estamos a fazer formação ao nível das escolas de música;

Brevemente serão anunciados outros programas de formação nas áreas de apoio às artes plásticas.

Enfim... O que queremos estrategicamente é que os nossos artistas, os nossos agentes culturais, tenham condições para produzir trabalhos de qualidade e evoluírem nas suas técnicas e na sua arte.

Formação! É uma competência do Governo e estamos a fazer.

Segundo ponto: divulgação.

É necessário divulgar os produtos.

Estamos neste momento em negociações inclusivamente com a RTP para termos um programa, que funcionará como uma agenda cultural, que irá divulgar não só os acontecimentos culturais que se passam na Região, mas também o aparecimento de produtos culturais.

É importante para as nossas comunidades da diáspora, que seguem a programação da RTP-Açores, saber que há um novo disco, um novo filme, um novo livro, uma nova peça de artesanato que seja interessante, que tenha qualidade. Portanto, têm conhecimento que existe.

Isso é uma competência do Governo e o Governo está a trabalhar nisso.

Terceiro ponto: o aspeto comercial.

Nesse ponto o Governo não pode, nem deve, interferir. O Governo cria as condições para que os agentes culturais produzam o seu trabalho nas melhores condições e em breve o “Arquipélago”, na Ribeira Grande, vai começar a desenvolver atividades nessa matéria, como outros centros espalhados pela Região.

Portanto, a aposta na formação estamos a fazer.

Divulgação, é preciso divulgar. Estamos a trabalhar nisso. É preciso que comecem a aparecer os produtos para eles serem divulgados. Cria-se a necessidade junto do público e, aí sim, os comerciantes é que farão o seu trabalho, divulgarão e transportarão os produtos para onde entenderem que haja público e esse público será formado e informado pelo trabalho que o Governo está a fazer.

Portanto, é estratégia, Sr. Deputado. Não é – agora voltando à iniciativa do PSD – com iniciativas deste tipo, que são muito específicas.

Andar a negociar com as Casas dos Açores? Elas não têm vocação comercial, nem têm condições para fazer comércio.

Segundo ponto: espaços comerciais do continente.

Não estou a ver a FNAC ou essas grandes redes de distribuição de produtos culturais a terem lá uma secção de livros ou de discos açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porquê?

O Orador: Já se tentou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor pague!

O Orador: Não é isso. É uma estratégia comercial da parte deles. Não basta nós pagarmos a preço de ouro. Mesmo que pagássemos eles não aceitam. Isso já foi ditado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tal qual o continente!

O Orador: ... que é a estratégia da comercialização.

Como eu disse, os contratos que foram assinados com empresas desse tipo e posso referir concretamente – há pouco não referi o nome, mas vou referir – a Loja dos Açores, situada na Rua de São Julião, em Lisboa, que é gerida pela Fábrica de Licores Ferreira, em que a DRAC estabeleceu um contrato para venda de produtos editados pela DRAC.

O ano passado, esta loja, na sua atividade legítima comercial, porque não lhe dava qualquer lucro, devolveu todo o material e solicitou o cancelamento do contrato.

Por que é que havemos nós estar a estabelecer contratos, sabendo que vamos ter este resultado?

Porquê? Porque não há público.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É como a SATA!

O Orador: Então precisamos formar público. É por isso que estamos a trabalhar nesse programa que vai informar o público de que existe aquele produto.

As pessoas não se deslocam a uma determinada loja à procura ou para ver o que é que os Açores trouxeram de novo (vamos cá ver!). Não é assim que o sistema funciona.

Estamos a trabalhar, estamos a usar uma estratégia e essa estratégia vai produzir resultados.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Renata Botelho pode dizer-me quanto é que é gastar muito? Consegue quantificar quanto é que o Governo Regional poderia pagar para implementar este Projeto de Resolução?

É evidente que não sabe, Sra. Deputada. Eu também não sei, porque a questão é muito específica.

Veja a leitura.

O que aqui está é: “recomenda ao Governo Regional...” O quê? “Que estabeleça protocolos de colaboração específicos com as Casas dos Açores”.

Secretário Regional da Educação, Cultura e Ciência (Luiz Fagundes Duarte): Mas elas sabem! Elas sabem que existe!

O Orador: Obviamente o Governo Regional, em diálogo com as Casas dos Açores, algumas dir-lhe-iam “não vale a pena, não temos capacidade de resposta”; outras dir-lhe-iam “bom, nós queremos estes produtos”. É isso que se assina num protocolo. Num protocolo há escolhas.

Portanto, aquilo que diz é que há protocolos específicos com as Casas dos Açores.

Umás dir-lhe-iam “não estamos interessados”; outras dir-lhe-iam “estamos interessados”; outras dir-lhe-iam “bom, mas só nestes aspetos; só estamos interessados em promover este, este e aquele produto”.

Significa que há aqui um espaço de flexibilidade muito grande e que nas negociações que o Governo Regional, se aprovasse este Projeto de Resolução,...

Deputado André Bradford (PS): O Governo Regional não aprova nada!

O Orador: ... teria como obrigação realizar, poderia obviamente encontrar soluções específicas, como diz o Projeto de Resolução, com cada uma das Casas dos Açores.

Fazer um discurso destes no nevoeiro da dúvida, ou no nevoeiro da má-língua, e dizer que este Projeto é muito caro... Bom, dependeria sempre da negociação que o Governo Regional viesse a realizar com as Casas dos Açores.

Dizia a Sra. Deputada: “as taxas alfandegárias para o continente...”

Deputado André Bradford (PS): Não é para o Continente, é para os Estados Unidos!

O Orador: Eu concedo que a Sra. Deputada deveria dizer para o território da diáspora, penso que da América do Norte, porque a nossa diáspora no continente... Concedo que não se queria referir a estas taxas alfandegárias, porque elas não existem.

Em relação a estas despesas também isto seria uma opção que o Governo Regional e as Casas dos Açores tomariam no âmbito desta conversação e destes protocolos. É tão simples como isto.

Penso que há aqui uma má vontade evidente.

Diz o Sr. Secretário Regional da Educação: “não estou a ver as grandes casas, a FNAC, a aceitarem a criação destes espaços, que são os espaços da cultura Açores. Não estou a ver”.

Pois, não está a ver. Mas eu estou a ver!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Secretário Regional da Educação, Cultura e Ciência (Luiz Fagundes Duarte): Claro! O senhor é um vidente!

O Orador: O Sr. Secretário não está a ver porque não acredita nas potencialidades enormes da cultura dos Açores.

Pois eu estou a ver! Estou a ver muita gente interessada e estou a ver estes agentes comerciais interessados na promoção da cultura dos Açores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E vê muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, o que eu considero é que do seu discurso há aqui um pessimismo genético, que aliás não é só específico da cultura, é também da educação. Há um pessimismo genético do Sr. Secretário em relação às potencialidades da Região Autónoma dos Açores e da cultura dos Açores.

Eu estou a ver!

Sr. Secretário, se não está a ver, pelo menos tem uma obrigação, enquanto Membro do Governo Regional dos Açores, de tentar. O Sr. Secretário nem sequer está disponível para isso.

Secretário Regional da Educação, Cultura e Ciência (*Luiz Fagundes Duarte*): Oh, homem! Eu acabei de dizer aquele contrato que foi devolvido! Está surdo?!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem agora a palavra.

Deputada Renata Correia Botelho (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, acho que, primeiro que tudo, temos que fazer uma leitura (e volto a dizer) responsável da componente resolutiva.

Temos que ter um grande respeito pelo papel que desempenham as Casas dos Açores e ter a consciência de que, com certeza, nesse protocolo os custos de transporte não caberiam a elas porque não teriam capacidade de responder aos custos elevadíssimos que isso implica.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Mas quais custos elevadíssimos?!

A Oradora: Não lhe sei dizer se estamos a falar de 500 mil ou de um milhão, porque não me parece que seja pertinente termos aqui um número aferido.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Existe protocolos é para isso!

A Oradora: Parece-me absolutamente contundente que a olhar para a componente resolutiva deste Projeto de Resolução que tem, na nossa opinião, um bom princípio, mas que o resolve mal, não me parece de todo que restem dúvidas que os custos alfandegários para as Casas dos Açores espalhadas na diáspora são elevadíssimos.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não são nada elevadíssimos!

A Oradora: Quanto à sua ideia de que eu me movimente aqui no nevoeiro da maledicência (creio não estar a trair as suas palavras), nada de mais falso, mas dou o benefício da dúvida do Sr. Deputado não me conhecer o suficiente para imaginar que eu me pudesse mover num nevoeiro de maledicência. Teremos

oportunidade, ao longo da legislatura, de lhe mostrar que esse não é o meu campo.

Deputados André Bradford e José Ávila (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esse campo já está ocupado na bancada do Partido Socialista!

A Oradora: Aos Açores e à cultura açoriana interessa uma promoção, no nosso entender, estrutural e integrada.

Nada de mais elucidativo a esse respeito do que, por exemplo, a promoção que se fez, quer na BTL, quer na recente semana dos Açores em Boston, que entre outros produtos, digamos assim, levou à capital portuguesa e a Boston artistas açorianos.

Se artistas açorianos não são produtos culturais açorianos, e se isto não é promover a cultura dos Açores, eu sinceramente não sei o que é.

Muito obrigada.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando não há vontade criam-se problemas. É isso que apetece dizer depois das intervenções do PS e do Governo, no decorrer deste debate.

Dou um exemplo: a questão de que os produtos culturais açorianos não se esgotam em livros, CD's e DVD's.

Obviamente que não!

Mas este Projeto de Resolução tem um objeto específico. Não vamos vender uma dança ou um concerto numa loja de Lisboa ou de Toronto.

Secretário Regional da Educação, Cultura e Ciência (Luiz Fagundes Duarte): Podem vender o DVD!

O Orador: Portanto, vale a pena recentrar o debate e a reflexão no essencial do objeto específico deste Projeto de Resolução que propomos ao Parlamento.

Depois, vem o Governo dizer que não lhe compete, de alguma forma, levar a cultura açoriana para fora das fronteiras da Região...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Eu não disse isso!

O Orador: ... ou pelo menos levar a cultura açoriana privada para fora das fronteiras da Região, como se só a cultura açoriana pública é que lhe interessasse vender no exterior. Isso não é verdade!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Não é verdade, porque eu não disse!

O Orador: Aliás, o próprio Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores determina que são objetivos fundamentais da Autonomia, entre outros, por um lado, a defesa e a promoção da identidade de valores e interesses dos açorianos e do seu património histórico; por outro lado, o fomento e o fortalecimento dos laços económicos, sociais e culturais com as comunidades açorianas residentes fora da Região.

Os órgãos de governo próprio, desde logo o Parlamento, mas também e sobretudo neste caso o Governo, têm essa obrigação de levar a cultura para fora da fronteira regional.

Depois o Sr. Secretário diz, e o PS sublinha, que seria uma intromissão governamental em esfera privada.

Vale a pena lembrar aqui o exemplo da Feira do Livro.

A Região Autónoma dos Açores organiza pontualmente, uma vez por ano, uma participação concertada na Feira do Livro de Lisboa, como também faz depois em relação à do Porto.

O que é isso senão o Governo Regional a reunir, a transportar e a vender...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Então está a fazer!

O Orador: ... os livros que são editados pelas editoras privadas, pelas câmaras municipais e pela própria Direção Regional da Cultura?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Está a fazer!

O Orador: Mas está a fazê-lo uma vez por ano. Está a fazê-lo uma semana por ano.

O que pretende justamente esta nossa iniciativa é pegar nesse bom exemplo, que só peca por ser pontual, para torná-lo definitivo e permanente. Se isso é bom uma semana por ano, imagine o que seria 52 semanas por ano disponível para quem quisesse adquirir produtos da Região fora dos Açores.

Não é, como o senhor aqui exemplificou, na loja Açores. O que se pretende não é vender discos e CD's entre queijos e chouriços.

O que queremos é que haja um espaço próprio, específico, para a venda dos tais produtos culturais açorianos que são transacionáveis, que têm escala, que têm tiragem e que podem estar ao mesmo tempo disponíveis para aquisição no continente português, nos Estados Unidos da América ou no Canadá.

Deputados Luís Maurício e João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Nós não estamos a falar de coisas diferentes, porque pelos vistos não queremos a mesma coisa.

O que aqui queremos, aquilo que no fundo aqui nos move, é justamente o interesse da Região, como aliás sintomaticamente sublinharam alguns dos partidos aqui representados.

Dou-lhe outro exemplo para contrariar o argumento de que o Governo não deve intrometer-se na esfera privada.

O Sr. Secretário sabe com certeza que o Governo Regional vende produtos culturais açorianos, embora numa esfera muito restrita e pontual, nas lojas RIAC, por exemplo.

Sabe, com certeza, que o Governo Regional vende nas lojas RIAC os livros e os DVD's editados pela Direção Regional da Cultura...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Quem é que seleciona?

O Orador: ... mas também vende, por exemplo, bilhetes para festivais. Vende bilhetes para a Maré de Agosto, vende bilhetes para as Sanjoaninas, e muito bem.

O que eu estou a dizer é que o senhor, através do Governo, abre um precedente que agora aqui e circunstancialmente pretende contrariar em conveniência própria.

O próprio Governo abriu o precedente de experimentar, com a Feira do Livro, vender as publicações dos privados. Abre o precedente de vender nas lojas RIAC festivais para concertos privados.

Eu não percebo exatamente qual é agora “o bicho-de-sete-cabeças” para não poder sequer considerar uma iniciativa consistente, permanente e consequente.

Provavelmente, só pelo pecado original desta iniciativa ter sido proposta pelo Partido Social Democrata.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Para terminar, o Sr. Secretário vem aqui dizer que as Casas dos Açores não seriam uma boa opção por causa da sua localização desadequada e dá, para fundamentar esse argumento, o exemplo da Casa dos Açores de Lisboa. Então, e a Casa dos Açores de Toronto?

E a Casa dos Açores da Nova Inglaterra, no coração da cidade de Fall River, onde residem tantos açorianos, certamente ávidos de poder aceder com frequência e permanência aos produtos culturais que também fazem lembrar a sua terra natal?

Estamos aqui perante uma série de contradições que só nos levam a uma conclusão muito simples, é que não há vontade política de dar um passo à frente nesse sentido.

Há manifestamente necessidade cultural, há comprovadamente necessidade cultural, mas não há infelizmente vontade política.

O resultado da vossa decisão fica certamente assumido por vós.

Os agentes culturais que estavam certamente esperançados em ter aqui uma janela aberta para o exterior saberão, com certeza, tirar daqui as devidas ilações.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Não havendo vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária. Vamos avançar com a nossa Agenda.

O Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para?

Deputado António Marinho (PSD): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado António Marinho (PSD): Era para solicitar um intervalo de meia hora.

Presidente: É regimental. Regressamos às 17h15.

Eram 16 horas e 46 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos. Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 17 horas e 33 minutos.

Entramos no ponto 4 da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 16/2010/A, de 12 de abril e aos Estatutos da Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza - AZORINA, S.A., alterados pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2011/A, de 11 de novembro”.**

Os tempos já são conhecidos por todos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para apresentação do diploma.

Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*): Sra. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A constituição da sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, - AZORINA, SA, foi aprovada nesta Assembleia, através do DLR n.º 16/2010/A, de 12 de abril, tendo por objeto primeiro a promoção de ações de gestão ambiental e de conservação da natureza e dos recursos naturais, incluindo atividades no domínio da promoção da participação pública em matéria ambiental e da informação, divulgação e educação ambiental.

A AZORINA, desenvolve outras atividades relacionadas com o seu objeto principal, designadamente promove estudos, implementa e desenvolve ações e projetos que se destinam à proteção e valorização ambiental da sua área de intervenção, e que são manifestamente importantes para a proteção das zonas abrangidas.

As áreas físicas de intervenção da AZORINA englobam vastos territórios florestais e outros de elevado valor patrimonial, no contexto da Região Autónoma dos Açores ou sob sua jurisdição ou gestão.

O património natural e ambiental, no atual contexto económico global, atentas as especificidades dos Açores, é potenciador da promoção do desenvolvimento regional, permitindo conceber iniciativas que viabilizem o nosso desenvolvimento económico, sem descurar a preocupação fundamental da proteção do ambiente.

A AZORINA, enquanto empresa com uma forte vertente no âmbito da gestão ambiental e sustentada dos diferentes ecossistemas sob a sua gestão, pode emprestar um inegável contributo, sendo detentora de conhecimentos específicos na área ambiental nesta área e com potencial único de conciliação das preocupações de preservação do ambiente e de rentabilização dos recursos respetivos.

A AZORINA, está assim vocacionada para o desenvolvimento de projetos com inegável interesse na matéria de preservação ambiental, conciliando-os com ações apontadas a investimentos relacionados com a Fileira Florestal, inclusivamente os que potenciem a atração de potenciais investidores externos,

bem como a estabelecer os canais e procedimentos necessários para a exportação de madeiras.

Por outro lado, é prioridade do XI Governo Regional dos Açores a promoção de medidas de gestão que promovam o incremento da criação de emprego na área do setor florestal, conforme previsto na Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, o que levará à promoção da gestão sustentável do património ambiental e produtivo da Região.

Dito isto, importa relevar que o nosso património natural e ambiental, no atual contexto económico global, atentas as especificidades da Região, é potenciador da promoção do desenvolvimento regional, permitindo conceber iniciativas que viabilizem o progresso económico, sem descurar a preocupação fundamental de proteção do ambiente.

Neste particular, releva a denominada fileira florestal da Região. Parte deste património florestal regional está certificado conforme os padrões do FOREST STEWARDSHIP CONCIL (FSC), designadamente, na zona piloto da Achadinha, na ilha de São Miguel.

Para efeitos comerciais, a certificação FSC da gestão florestal é de primordial importância, quer para nichos específicos de mercado, quer para a valorização do produto a comercializar.

A AZORINA, pode emprestar um inegável contributo por ser detentora de conhecimentos específicos na área ambiental e com potencial único de conciliação das preocupações de preservação do ambiente e da rentabilização dos recursos respetivos.

Neste contexto e como forma de potenciar a intervenção da AZORINA, pretende o Governo, com a apresentação desta proposta de alteração do DLR 16/2010/A de 12 de abril, alterado pelo DLR 27/2011/A, de 11 de novembro, alterar o seu objeto social e os seus estatutos, atribuindo-lhe competências para que possa desenvolver e implementar uma estratégia de promoção, divulgação e comercialização do património florestal da Região.

Em complemento, prevê-se que a Região possa transferir para a AZORINA, o material produtivo, e apenas este, do seu património florestal, designadamente com o objetivo da sua comercialização.

Assim, com duas propostas específicas e transparentes de alteração, uma ao objeto social e outra aos estatutos desta sociedade pública, alarga-se à fileira da madeira o contributo dado pela AZORINA à implementação das estratégias e decisões que são definidas pelo Governo dos Açores.

É isto que pretendemos com a apresentação deste diploma.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem a inscrição do Sr. Deputado Luís Rendeiro. Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional dos Açores anunciou que a sua aposta na exploração da fileira florestal da Região seria uma das suas mais importantes medidas no domínio da criação de emprego, incluída na Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial.

Com o anúncio de uma forte aposta na exploração da fileira florestal regional, o Governo, através do seu Presidente e dos seus secretários, repetiu por diversas vezes a promessa da criação de mil postos de trabalho. Vou repetir o número:...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não precisa. Ouvimos bem!

O Orador: ... mil postos de trabalho!

O fervor propagandístico foi tanto que, antecipando-se ao trabalho da Assembleia Regional, e da Comissão Parlamentar que debatia esta proposta de alteração dos estatutos da AZORINA, o Governo apressou-se a colocar a concurso internacional 103,6 ha de matas públicas.

Ao tomar esta atitude, o governo demonstrou inequivocamente que não há necessidade nenhuma de proceder com esta alteração dos estatutos da AZORINA que é aqui proposta.

O corte, venda e reflorestação das matas públicas da Região pode e deve ser feito através dos serviços e meios já existentes na organização administrativa da

Região e sem a criação de um “monstro” que será uma AZORINA com estes novos estatutos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: No entanto, tem de haver um correto planeamento e cuidado na elaboração das regras dos concursos, de modo a que não aconteça o que aconteceu com este primeiro lote de madeira, em que mais de metade das matas postas a concurso, não tiveram interessados. A decisão de adjudicação das matas a corte foi anunciada hoje mesmo pelo GACS.

Assim, nem comprando “machadinhas” o governo consegue cumprir a promessa da criação dos tais mil postos de trabalho...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas vamos aos estatutos da AZORINA.

A criação da AZORINA foi debatida e votada por esta Assembleia em Março de 2010 com os votos a favor do PS, com a abstenção do CDS e com os votos contra dos restantes partidos da oposição. Aproveito aqui para corrigir o Deputado José Contente que disse em comissão, e está no relatório, que a AZORINA tinha sido aprovada por todos os partidos com a exceção do PCP. A verdade é que os únicos votos a favor foram os do PS.

O objeto primeiro da referida empresa do SPER é “a promoção de ações de gestão ambiental e de conservação da natureza e dos recursos naturais, incluindo atividades no domínio da promoção da participação pública em matéria ambiental e da informação, divulgação e educação ambiental”, podendo ainda desenvolver estudos, implementar e desenvolver ações e projetos que se destinem à proteção e valorização ambiental.

Todo o objeto da AZORINA, tal como está, já duplica ou esvazia os poderes e competências dos serviços do Governo ficando sem se saber qual é o papel dos Serviços Florestais e de Ambiente da Região. Com as alterações propostas, todas estas questões sofrem um acentuado agravamento. Era importante que o Governo explicasse para que é que vão ficar a servir as Direções Regionais de Ambiente e dos Recursos Florestais, caso estas alterações estatutárias sejam aprovadas.

A criação de empresas como a AZORINA é uma prática gestonária característica dos Governos do PS e muito particularmente do seu vice-presidente. Estas empresas duplicam funções das estruturas e serviços tradicionais das entidades governamentais,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... mas com um pormenor importantíssimo que é o de invariavelmente acumularem prejuízos que ficam fora da esfera orçamental regional e do controlo desta Assembleia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: A AZORINA é uma espécie de SAUDAÇOR do ambiente e das florestas...

E depois vem o vice-presidente anunciar contas equilibradas, défices quase inexistentes e até mesmo superávits orçamentais. As dívidas, essas, ficam todas no SPER e fora da esfera orçamental. É a marca de Sérgio Ávila.

Esta proposta de alteração de estatutos vem agravar estas questões. Aumentam-se os poderes e competências da AZORINA criando o tal “monstro”, como lhe chamou a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, monstro esse que se assume como “player” direto no mercado dos produtos florestais, concorrendo com os privados e assumindo funções que são e devem continuar a ser desempenhadas por estes.

A AZORINA não é uma empresa bem gerida e na qual se possa confiar este acréscimo de poderes e competências.

A AZORINA acabou o ano de 2013 com dívidas ao fisco e à segurança social, já resolvidas, é certo, mas acabou com essas dívidas. No seu curto período de vida já tem um passivo acumulado superior a 13 milhões de euros, dos quais 4 milhões são dívidas a fornecedores. Isto apesar das constantes injeções de capital de que tem beneficiado (a última conhecida foi de 1,3 milhões de euros). É esta a forma como em 4 anos se geriu a AZORINA.

É a esta AZORINA, que pode ser privatizada até 49% do seu capital social, misturando interesses públicos com os de privados numa área tão sensível como a da esfera ambiental, com poderes de compra, venda e expropriação (agora

corrigida para propositura para a expropriação, em vez de exploração direta) por utilidade pública (ou talvez não...) de imóveis, que se quer dar plenos poderes na esfera de todo o património florestal da Região.

É a esta AZORINA que, à luz dos atuais estatutos, pode adquirir participações sociais em sociedades de responsabilidade limitada com objeto diferente do seu ou associar-se com outras entidades com diferentes objetos e interesses, que se quer dar um poder absoluto sobre o património florestal de todos os Açorianos, podendo dar lugar a jogos de interesses conflitantes e lesivos da Região.

É a esta AZORINA que acumula prejuízos, que se quer atribuir todo o património e todas as competências de exploração da fileira florestal da Região e sua comercialização!

São competências e poderes excessivos para uma empresa altamente deficitária na sua gestão e que concretiza muito mais no betão do que na gestão e ordenamento ambiental. A AZORINA serve para construir e gerir centros interpretativos, mas adia os planos de ordenamento das bacias hidrográficas das lagoas.

A AZORINA é mal gerida! E é o Governo que nomeia os conselhos de administração, logo é o Governo o responsável por este estado de coisas.

O que o Governo quer fazer agora é uma ação intervencionista, que coloca uma entidade pública a distorcer o mercado e a concorrer diretamente com os privados, podendo, através da privatização de até 49% do seu capital, prevista nos atuais estatutos da empresa, ser condicionada por interesses de outros privados. Abre-se a porta a uma perversão total deste setor.

Com estas alterações que o governo propõe para os estatutos da AZORINA, esta empresa irá concorrer com os privados no setor da silvicultura, florestas e turismo, bem como concorrer a fundos, comunitários ou outros, que deviam ser canalizados para as empresas, essas sim, geradoras de verdadeiro emprego.

Cresce em demasia a vertente económico/comercial da AZORINA, a qual não é a mais adequada a uma boa gestão ambiental na Região, que era o objeto inicial e principal desta empresa.

Não está, nem fica, definido o destino final das receitas e proveitos eventualmente obtidos pela comercialização dos produtos florestais. As competências na área florestal passam cada vez mais da Secretaria Regional dos Recursos Naturais para a vice-presidência do Governo.

Cada vez mais, é a vice-presidência, e só a vice-presidência, que detém o poder neste Governo. Sérgio Ávila, neste Governo, vai adquirindo o dom da onnipresença e da ubiquidade.

Deputado Francisco César (PS): O senhor tem uma obsessão!

O Orador: Fica um rasto de contas por pagar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Das entidades auscultadas pela CAPAT, quer presencialmente, quer através de parecer escrito, apenas a Junta Regional dos Açores do Corpo Nacional de Escutas,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso já é paixão!

O Orador: ... não se opôs a esta proposta de alteração dos estatutos da AZORINA. Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, Federação Agrícola, AFLORESTAÇORES e Núcleo de Ambiente da Universidade dos Açores, todos levantaram as maiores dúvidas e objeções a esta proposta.

É dever de quem vai votar nesta Assembleia ter em conta as referidas opiniões.

O PS, com a sua proposta de alteração, tentou suavizar o texto do Governo, mas manteve os objetivos e os princípios com os quais não concordamos e que colocam a AZORINA como interveniente direto no mercado dos produtos florestais.

O PSD-Açores votará contra esta proposta e contra esta forma de governar.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais afirma que a AZORINA tem potencial científico e eficácia para gerir a fileira da madeira nos Açores.

Estando a AZORINA, no fundo, associada a outras empresas públicas, olhamos para este quadro e verificamos que metade do seu pessoal não tem efetivamente esse potencial científico que o Sr. Secretário refere.

Por outro lado, realmente o que se passa é que a AZORINA não tem dado provas de que é eficaz na gestão de dinheiros públicos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... uma vez que apresenta défices na sua gestão pública.

Por outro lado, acho que estamos todos de acordo relativamente aos princípios económicos, pelo menos foi aquilo que eu depreendi da discussão anterior.

O Governo Regional, no fundo, só devia intervir na atividade económica da Região para regular o setor privado, ou seja, quando se verificasse que não havia capacidade do setor privado para responder ao problema da fileira da madeira nos Açores.

É preciso provar que, de facto, o mercado precisa e tem falhas que justifiquem a intervenção de uma empresa pública na fileira da madeira.

Vou citar o Dr. Fagundes Duarte, Secretário da Educação, que dizia há pouco o seguinte:

“A competição relativamente aos privados, no que se refere aos produtos açorianos culturais, não deve ser o Governo a definir as redes comerciais”.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: “Este trabalho tem que ser feito pelos privados”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mantém!

Secretário Regional da Educação, Cultura e Ciência (Luiz Fagundes Duarte): Claro! As coisas têm o seu contexto!

O Orador: Aqui devíamos aplicar exatamente os mesmos princípios.

Citava também a Deputada Renata Botelho que dizia que a intervenção do Governo em matérias culturais e de venda de produtos culturais era uma concorrência potencialmente desleal, uma intromissão na esfera privada.

Para efeitos comerciais, a certificação FSC é fundamental e isso implica que há aqui nitidamente uma intenção de comercialização de madeira e uma intervenção da AZORINA no mercado. Isto vem desvirtuar o mercado.

O que acontece, tal como já foi dito pelo PSD, é que não há um único parecer positivo, com exceção do dado pelo Corpo Nacional de Escutas, que não é de facto madeireiro, nem é empresário agrícola. A única coisa que faz é o aproveitamento de um espaço florestal para acampar.

Logo, com este devido enquadramento, percebemos perfeitamente que este parecer é o que é, sem qualquer desmérito para os pareceres que as pessoas possam dar.

Por outro lado, tendo a AZORINA também competências na área da fiscalização, e que condiciona em determinadas áreas os privados limitando o corte, qual é a credibilidade que terá em condicionar o corte de madeira a privados em zonas sensíveis e, por outro lado, entrar no campo da comercialização da madeira e na definição dos circuitos comerciais?

Creio que isto desvirtua claramente o mercado.

Trata-se efetivamente de uma intromissão na esfera pública que não beneficia o setor madeireiro regional.

O setor madeireiro regional já é um setor com algumas dificuldades. Portanto, o que vai acontecer é que as competências na fileira da madeira dadas à AZORINA vai obrigar todos os privados a estar sujeitos às condições impostas pelo Governo Regional, ou seja, a uma sujeição de todos os empresários desta área, o que não me parece que contribua para um desenvolvimento harmónico e para a criação de emprego.

Por outro lado, dizia a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores que cada vez que o setor público concorre contra o setor privado, por cada emprego que cria, há dois empregos do setor privado que desaparecem.

Mil empregos farão desaparecer por completo o setor privado da fileira da madeira na Região dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um debate parlamentar deve reger-se por princípios mínimos de rigor e de credibilidade.

É fundamental que na abordagem das temáticas se tenha, no mínimo, respeito pela verdade. Não foi isso que aconteceu com a intervenção do Sr. Deputado do PSD. Faltou-lhe rigor...

Deputado António Marinho (PSD): Olha quem fala!

O Orador: ... e faltou essencialmente respeito pela verdade.

Por desconhecimento (o que é grave!), ou por tentar mesmo passar uma mentira, o Sr. Deputado do PSD referiu que o reforço de competências para a AZORINA era uma tentativa de retirar da esfera orçamental uma atividade económica.

Isso é absolutamente falso, porque a AZORINA é uma empresa que consolida dentro do perímetro da administração pública,...

Deputado Francisco César (PS): É óbvio! Como é que o Sr. Deputado não sabe isso?

O Orador: ... do défice público e da dívida pública.

Sr. Deputado, ou por desconhecimento, ou por intenção, faltou claramente à verdade neste Parlamento.

Deputado Francisco César (PS): Como é que o Sr. Deputado não sabe isso?

Deputado Berto Messias (PS): Não é desconhecimento! É a tentação!

Deputado José Ávila (PS): Já é hábito!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional o Bloco de Esquerda vai-se abster, não porque tenha alguma coisa contra o facto de existir uma empresa pública, neste caso a AZORINA, que tenha uma gestão ou uma iniciativa e uma capacidade de comercialização, neste caso, na área florestal, com os poderes e os direitos que tal iniciativa implica, nem sequer estamos contra o alargamento do âmbito de competências da empresa AZORINA, mas porque atrás “mar traz”, como dizem os picarotos, nós votámos contra os Estatutos e contra a criação desta entidade pelas razões que então tivemos oportunidade de dizer.

Portanto, em coerência, não podemos agora votar favoravelmente propostas de alteração, embora haja algumas com as quais estamos de acordo.

Contudo, há outras questões que entendemos que importa esclarecer, ou pelo menos elencar, quanto mais não seja para memória futura.

Desde já (já aqui foi referido e é impossível não voltar a referir), ao fim de um ano de apresentação da Agenda para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial, agenda na qual o Governo promete a criação de mil postos de trabalho na área das florestas, continuamos à espera de saber se foi criado um posto de trabalho.

Quando chegar a mil até agradecíamos...

Onde é que está criado um posto de trabalho com esta fileira, onde o Governo aparentemente depositava tantas esperanças quando apresentou esta agenda?

Outra questão é que esperamos sinceramente que o Governo não vá utilizar esta alteração legislativa para fazer dos Açores aquilo que no continente é a segunda retoma da eucaliptização, ou seja, eucaliptização forçada, que só serve alguns grupos económicos e que é, do ponto de vista económico, global para o país, um erro e antes de mais um crime ambiental de uma envergadura extrema.

Aquilo que aconteceu com os eucaliptos no continente, pouco a pouco, pode vir a acontecer com a criptoméria nos Açores. Oxalá que não seja isso que o Governo tem em mente, até porque nunca é demais enfatizar que o objetivo ou objeto central da AZORINA é a defesa do ambiente, dos recursos naturais e

paisagísticos, da biodiversidade e da geodiversidade. Portanto, seria de uma incongruência total.

Esperamos também que com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional o Governo não vá utilizar esta alteração legislativa para dar combustível ao monstruoso crime ambiental que são as incineradoras, nas quais o lucro é para quem fornece a tecnologia e a sua construção (empresas da Alemanha, da França, da Itália) e para algum ou alguns grupos económicos açorianos.

Deputado Francisco César (PS): É sempre bom ouvir a Sra. Deputada falar sobre a economia dos Açores!

A Oradora: Tudo o resto, a saúde, o ambiente, a economia dos Açores “vai por água abaixo” com estas incineradoras.

Plantar criptomérias por todo o lado para alimentar as fornalhas das incineradoras seria patético para não dizer trágico.

Aliás, tantas vezes se fala de turismo nesta casa, e bem, e da promoção dos Açores como um paraíso verde e como uma natureza intacta.

Não seria ou não será expetável que na próxima BTL os Açores sejam promovidos com um bilhete-postal dividido ao meio, em que de um lado está a montanha do Pico e do outro lado está a chaminé da incineradora de São Miguel ou da Ilha Terceira.

Finalmente, ao mesmo tempo, esperamos que os lucros obtidos nesta área empresarial pela AZORINA sejam reinvestidos diretamente na preservação da nossa natureza e na promoção da consciência ambiental na nossa Região.

A nossa abstenção hoje, aqui, tem estas condicionantes, às quais, como é expetável, o Bloco de Esquerda vai estar atento no futuro.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou começar pela intervenção do Sr. Deputado Luís Rendeiro, de quem vendeu a EDA aos chineses e os correios à Lehman Brothers, é no mínimo surpreendente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A EDA ainda não! A senhora queria!

A Oradora: Sr. Deputado, não é a EDA, é a EDP. Tem razão.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Mas de quem vendeu a EDP aos chineses da Three Gorges, com os problemas todos que essa empresa tem na China, e de quem vendeu os correios à Lehman Brothers, essa preocupação fica-vos tão bem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E?...

A Oradora: Mas, Sr. Deputado, indo às outras questões...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é que fez o acordo de resgate para essas empresas?

A Oradora: Foi o Dr. Eduardo Catroga que assinou o acordo, não se esqueça.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não o cite!

A Oradora: Pelo menos foi o único que fez publicitar uma fotografia.

Deputado Francisco Coelho (PS): Uma *selfie*!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não o cite!

A Oradora: Não descerei a esse nível.

O senhor fala no esvaziamento dos departamentos do Governo com a introdução destas competências no quadro da AZORINA. Penso que o Sr. Deputado não terá tido tempo de ler a Orgânica da Secretaria Regional dos Recursos Naturais. Na Direção Regional dos Recursos Florestais tem:

- promover, elaborar, gerir e monitorizar planos, programas, projetos e medidas;
- contribuir para a formulação das orientações regionais;
- desenvolver e executar o Plano Regional de Melhoramento Florestal;
- desenvolver a rede viária rural.

Bom... Eu vou poupar as pessoas a uma lista extensa, que vai até à alínea k), de competências da Direção Regional dos Recursos Florestais que não são nem sequer beliscadas com esta alteração ao objeto da AZORINA.

O mesmo se diga em relação à Direção Regional do Ambiente que o senhor também invocou a propósito das outras competências que esta empresa detém na área ambiental.

Não posso deixar de referir o excelente trabalho que a AZORINA tem desenvolvido na promoção ambiental e na sensibilização ambiental, o extraordinário trabalho que desenvolveu no Plano de Ordenamento de Bacias Hidrográficas, por exemplo, nas Furnas, que tem o reconhecimento internacional do trabalho que ali foi desenvolvido,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E as matas do Faial?

A Oradora: Estão em elaboração e a seu tempo serão implementados. Não se pode é fazer tudo de uma vez.

Se o senhor tiver gosto, participe no debate que depois eu também terei gosto em responder.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ele está a participar com apertes!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que má disposição!

A Oradora: O senhor fala, e o Sr. Deputado Félix Rodrigues também falou, que a AZORINA vai concorrer com os privados.

Há aqui duas questões que é preciso ter presente.

A primeira, Srs. Deputados, eu gostaria de saber, porque nenhum dos senhores disse, o que é que acham que se deve fazer à madeira que é propriedade da Região? Talvez vender aos chineses! Não sei se é essa a vossa ideia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora tem alguma coisa contra os chineses?

A Oradora: Mas a verdade é que há um vastíssimo e valioso património florestal que não pode ficar indefinidamente como está. As árvores têm um tempo de vida, têm que ser colhidas e têm que ser encaminhadas para algum lado.

Concorrer com os privados?

Não! São os privados que, através de concurso público (acho que os Srs. Deputados não perceberam muito bem como é que isto funciona), são

chamados a adquirir a madeira que é produzida em matas da Região para posteriormente a comercializarem, naturalmente que de acordo com os princípios que estão definidos pela Região no caderno de encargos.

De outra forma não poderia ser, uma vez que o que está em causa é património da Região.

Falou também em injeções de capital. Não há injeções de capital, há aquilo que a lei prevê. Há contratos programa para que a AZORINA desenvolva aquelas que são as competências que lhe estão atribuídas pela lei e pelos seus estatutos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Através de injeções de capital!

A Oradora: Através de contratos programa, Sr. Deputado.

Ainda a propósito da distorção do mercado eu vou ler uma passagem do relatório da CAPAT, quando foi ouvido o Sr. Presidente da Federação Agrícola dos Açores.

Questionado por um Deputado do PS se o preço atualmente praticado (o preço da madeira, entenda-se) era justo, respondeu assim:

“(...) antes do Governo intervir o preço não era justo e o setor não estava a funcionar todo bem.”

Quererem vender aqui a ideia de que o Governo dos Açores ...

Deputado António Ventura (PSD): Qual é a ideia?

A Oradora: ... está a interferir num setor que funcionava muito bem e que o Governo vai agora causar distúrbios, não corresponde à verdade. Não é o que acontece e tão pouco ficam os privados de fora, porque eles são chamados a participar através do concurso público.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Os empregos que são criados são no setor privado, obviamente. Se são os privados que concorrem, que vão cortar a madeira, que vão replantar e vão fazer a manutenção das matas, não é difícil de perceber que isto são empregos criados no setor privado e não no setor público. Por isso também não percebo aqui as preocupações manifestadas pelo Sr. Deputado Félix Rodrigues.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): São legítimas, Sra. Deputada!

A Oradora: Foi ainda questionado pelo Sr. Deputado Félix Rodrigues que legitimidade tem a Região, a AZORINA, para condicionar os privados nos cortes de madeira em áreas sensíveis, quando ela própria vai cortar?

A Região tem toda a legitimidade para o fazer.

Deixe-me lembrar-lhe, Sr. Deputado, que foi feito um estudo de incidências ambientais. Aliás de acordo com a lei, só em 12 das áreas é que era obrigatório fazer esse estudo.

O Governo decidiu, e bem, fazer o estudo das incidências ambientais em todas as zonas que eram colocadas a concurso e esse estudo foi dirigido pelo Prof. Doutor Eduardo Dias, cuja competência científica acho que ninguém aqui ousará pôr em causa.

É com base nesse estudo de incidências ambientais que foram elaborados os cadernos de encargo e que se desenvolverão todas as operações de corte, replantação e manutenção, porque o estudo é suficientemente minucioso e dá as diretrizes que é necessário dar nessa matéria.

Portanto, não podemos partilhar das vossas preocupações, nem das classificações que atribuíram de que se estava a criar um monstro ou o que quer que seja.

Trata-se apenas de aproveitar capacidade disponível que a AZORINA tem, numa vertente limitada que é a da promoção e da comercialização, comercialização essa que é sempre feita, como tem que ser, de acordo com o Código da Contratação Pública, podendo a AZORINA, como já acontece para as áreas ambientais, ampliar a capacidade operativa da Região. É apenas disso que se trata.

Ao concluir esta minha intervenção não podia deixar de fazer uma referência à intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares que insiste em tentar confundir as pessoas.

O que está em causa nos Açores não são processos de incineração, Sra. Deputada e a senhora sabe muito bem. São processos de valorização energética.

Também é verdade, mas a senhora nunca diz isso, que o Bloco de Esquerda prefere a exportação dos resíduos ou a sua deposição em aterro à sua valorização energética.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é bem isso, Sra. Deputada!

A Oradora: O que a senhora tem que dizer aos açorianos é que a senhora prefere exportar o lixo que aqui se produz, de preferência para um qualquer país do terceiro mundo,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... ou então depositá-lo em aterro.

Deputada Zuraida Soares (BE): Está a delirar! Delírio!

A Oradora: Consideramo-nos responsáveis pelos resíduos que produzimos e é por isso que sempre fomos e continuaremos a ser a favor da valorização energética.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Francisco Coelho)

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passei a ter uma introdução, antes de começar a falar, por parte do Sr. Deputado Francisco Coelho, que faz questão de introduzir mais ou menos aquilo que acha que eu vou dizer.

O que vou dizer...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É que não há criptomérias no Corvo!

O Orador: ... Sr. Deputado, foi o que eu disse quando V. Exa. se sentava ali naquele local, é que a AZORINA é uma entidade que não é compreensível,

tendo em conta as competências que o Governo Regional e os vários departamentos do Governo Regional já têm nesta matéria.

Eu chamei-lhe na altura um “elefante branco”.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Cor-de-rosa!

O Orador: Devo dizer que neste momento a única alteração que eu votaria a favor era a extinção da AZORINA.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Os factos vieram a dar-nos razão.

Os pareceres das diversas entidades que trabalham com a AZORINA, que são parceiras da AZORINA, dizem que ela é absolutamente incompetente, que não faz aquilo que está nos estatutos e o pouco que faz, faz mal.

Os pareceres são absolutamente esmagadores em relação à utilidade da AZORINA.

A nossa perceção continua a ser a mesma, reforçada até com aquela que é a experiência prática da existência desta empresa que, no fundo, é aquilo que o Partido Socialista e o Governo do Partido Socialista têm vindo a criar ao longo destes anos, é um estado dentro de um estado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Isso é o Vaticano!!

O Orador: É um estado socialista ao lado da administração regional.

Meus senhores, nós não podemos acompanhar qualquer proposta de alteração que, ainda por cima, o que vai fazer é transformar a AZORINA numa empresa madeireira, mais nada.

Se a AZORINA tivesse existido no tempo do rei Dom Dinis, Portugal nunca teria sido uma grande potência marítima.

Deputado Francisco Coelho (PS): Está enganado!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E nunca teríamos chegado, Sra. Deputada, à China.

Meus senhores, não faz absolutamente nenhum sentido esta alteração que, ainda por cima, significa uma interferência verdadeiramente soviética na economia dos Açores.

Nesse sentido, esta proposta, tal como a existência da empresa em si, tem por parte do PPM uma oposição frontal.

O que se deve fazer, e termino, Sra. Presidente, é extinguir a AZORINA para que ela não continue a significar uma despesa que os contribuintes dos Açores têm que suportar todos os anos.

Temos outras prioridades do que gastar todo este dinheiro para algo que a administração deveria fazer diretamente. Temos que nos centrar nas áreas sociais, educativa e da saúde.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas não é criando empresas!

O Orador: Não temos que continuar a manter este défice, não temos que continuar a manter estruturas deste tipo que significam um desperdício de dinheiro para o contribuinte dos Açores. Significa que, fundamentalmente, se está a faltar naquilo que é essencial que o Governo dos Açores faça, que é acudir à população dos Açores que está a passar por enormíssimas dificuldades. É uma vergonha, meus senhores, que nestas circunstâncias sociais,...

Deputado Francisco Coelho (PS): Volte para as criptomérias!

O Orador: ... nestas circunstâncias de crise, os senhores venham com uma proposta deste tipo, venham com a manutenção e com o reforço de uma empresa que tem significado um desperdício de dinheiro que tanta falta às famílias dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Membros do Governo, Exa. Senhora Deputada Isabel Rodrigues:

Não vou começar com falácias da conclusão sofismática, que é passar de um assunto para o outro como começou na sua argumentação.

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso é tudo falácias!

O Orador: O senhor pica-se com as falácias, já sei. Não há problema nenhum.

Deputado Francisco Coelho (PS): O Sr. Deputado é o dono da verdade!

O Orador: A minha pergunta e a minha argumentação foram muito claras. É preciso provar que o mercado da fileira da madeira tem falhas para que se justifique uma intervenção pública.

Eu não disse que não devíamos cortar madeira, pelo contrário, o Governo Regional está a adjudicar madeira que tem que ser cortada, fazendo como deve ser.

Eu não percebo é por que é que estas competências têm que transitar para uma AZORINA.

Não percebo como é que transitando para uma AZORINA essa empresa terá credibilidade para condicionar o corte a privados e atuar de forma completamente diferente, quando se trata da gestão pública.

Portanto, não há estudo que me diga que há necessidade de intervir nos circuitos de comercialização e não deixar os circuitos de comercialização a cargo dos próprios privados. Não falei de outro estudo.

O estudo da reflorestação é fundamental. Agora temos que dar valor à madeira. Devemos pô-la no mercado de forma faseada, de tal forma que não façamos a sua desvalorização. Foi isso que eu disse...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Mas é isso que está previsto!

O Orador: ... e foi isto que a senhora não percebeu.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Percebi perfeitamente!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Borges.

Deputado Luís Garcia (PSD): Para falar das térmitas na madeira!

(*) **Deputado Paulo Borges (PS):** Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Eu penso que ao longo deste debate houve um esquecimento relativamente a vários aspetos relevantes para a discussão.

Primeiro que tudo, temos que realçar a quantidade de matas de criptomérias existentes na Região, que necessitam de um corte coordenado e organizado. É imenso.

Implica também, em grande medida, uma reordenação da paisagem e do território.

Só para ter uma ideia, o corte de uma mata de criptoméria implica, em muitas situações, impactos enormes na proteção do solo, na erosão do solo, na gestão dos recursos hídricos e também na própria reordenação da paisagem.

A introdução da AZORINA neste processo tem uma vantagem nítida.

Durante todo o período em que se plantou criptoméria nas décadas de 40, 50 e 60, não houve qualquer atenção à proteção da natureza nessa altura, havendo mesmo abate e corte de áreas de florestação natural para plantação de criptoméria em zonas (por exemplo, ribeiras) sensíveis.

Este plano, ao introduzir a AZORINA nesta esfera, pretende introduzir uma regulação ambiental mais adequada em que toda a replantação implica não só plantação de criptoméria, mas igualmente a plantação de plantas endémicas nas zonas das margens das ribeiras e uma mudança do paradigma da monocultura da criptoméria para uma policultura...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para dizer que o Governo é competente para isso!

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Deputado, os serviços florestais têm belos exemplos de plantações endémicas por essa Região fora!

O Orador: ... na qual a experiência da AZORINA será importante.

Também gostava de realçar que no âmbito do novo Quadro Comunitário, que V. Exas. irão ouvir falar muito nos próximos anos, há uma mensagem clara que é introduzir a ligação entre a esfera pública e os empresários em projetos dinâmicos.

O que se pretende aqui também é introduzir na AZORINA o conceito biodiversidade e negócio. Aqui, a AZORINA tem um papel fundamental, porque é a entidade que está responsável pela gestão da biodiversidade nos Açores.

Consequentemente, se conseguirmos ver uma imagem alargada da questão, poderemos conceber a importância de introduzir um novo interveniente neste cenário, que é a AZORINA, e as vantagens que isto pode ter: a colaboração da AZORINA com os recursos florestais e com os privados.

Também temos que conceber um aspeto, é que a quantidade de madeira criptoméria que era cortada anualmente pelos privados praticamente era a necessária para o mercado interno. A quantidade de madeira que temos agora que cortar é imensa, comparada com o que era feito anualmente.

A AZORINA vai ter aqui um papel de procura de novos mercados, encontrar forma de valorização da criptoméria e eventualmente impedir que o corte praticamente feito apenas por privados tenha impactos que não seriam desejáveis em termos ambientais.

Obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta alteração que nos é proposta pelo Partido Socialista aos estatutos da AZORINA, a Representação Parlamentar do PCP vai, em coerência, votar contra, da mesma forma e pelas mesmas razões com que votámos contra a criação desta empresa, porque consideramos que é uma duplicação de estruturas e retira à Direção Regional dos Serviços Florestais, à Direção Regional do Ambiente, um conjunto de competências.

Aliás, eu tive oportunidade de confrontar o anterior Secretário Regional da tutela se ele estava a desenhar aquela empresa para mais tarde vir a ser Presidente do Conselho de Administração da empresa, até porque os Estatutos preveem que ela possa vir a ser privatizada.

Portanto, em coerência votaremos contra, quer à proposta inicial, quer às propostas de alteração que o Partido Socialista apresentou.

Gostaria, no entanto, ainda de tecer aqui dois comentários relativamente a intervenções que me precederam. Um dizendo ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, desde logo, que concordo com V. Exa. relativamente à extinção da AZORINA (tenho isso no programa eleitoral do PCP) e dizer-lhe, Sr. Deputado, que se não tivessem sido cortadas as árvores, não tínhamos naus, nem tínhamos tido a epopeia marítima dos Descobrimentos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem chegado à China!

O Orador: Julgo que era fundamental.

Gostaria também de dizer à Deputada Zuraída Soares que eventualmente se as incineradoras vierem a entrar em funcionamento ou as centrais de valorização de resíduos, como muito bem gosta de dizer a Deputada Isabel Almeida Rodrigues, do corte e do tratamento da criptoméria resultam algumas aparas que muito bem podem...

Deputada Zuraída Soares (BE): Que bem precisam de ser rentabilizadas!

O Orador: ... ser consideradas como, digamos, mais um contributo para a rentabilização económica das incineradoras, caso elas venham a ser construídas, o que eu não desejo de maneira nenhuma.

Como sabe, sou completa e frontalmente contra a construção dessas centrais de valorização de resíduos que eu prefiro chamar de incineradoras.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Valorização energética!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Registei aqui uma questão muito importante no decorrer deste debate. É que não houve uma única palavra acerca dos 13 milhões de euros de dívida da AZORINA.

Não houve uma única palavra acerca dos 4 milhões de euros que se deve a fornecedores e que têm que despedir pessoas em vez de criarem empregos.

Isto, pelos vistos, não preocupa o poder na Assembleia Regional.

Deputado Berto Messias (PS): É uma boa tentativa!

O Orador: Sra. Deputada Isabel Rodrigues, a senhora não gosta, mas de facto a duplicação e sobreposição de competências entre a AZORINA e os serviços oficiais de ambiente e florestas da Região é evidente.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Não é!

O Orador: A senhora também não gosta (mas estão lá!) do conteúdo dos pareceres que a Comissão Parlamentar, da qual fazemos parte, pediu.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Oh, senhor, eu não tenho que gostar ou deixar de gostar!

O Orador: Não gosta do seu conteúdo!

Mas o que é facto é que quer a AFLORESTAÇORES, quer a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, quer o Núcleo de Ambiente da Universidade dos Açores, elencaram exaustivamente todas as razões pelas quais esta proposta não deve avançar e não deve merecer o apoio desta câmara.

A senhora não gosta. É a posição política do Partido Socialista.

Agora, quando pedimos os pareceres às entidades oficiais é porque elas têm valor e não devemos fazer deles tábua rasa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Perguntou o que é que se deve fazer então à madeira, na opinião do PSD.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E às aparas!

O Orador: Então o assunto não pode ser tratado pelas entidades oficiais já existentes?

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): A questão não é essa! A questão não é quem. É o quê? Como?

O Orador: Ou tem que ser tudo forçosamente passado através de uma empresa que, como tantas outras que foram criadas na Região, foi um mecanismo para que a Região pudesse recorrer ao endividamento?

Foi endividamento contínuo.

Quanto aos cadernos de encargos que aqui foram referidos, também têm que ser bem-feitos, bem elaborados, para evitar o que aconteceu agora, que é mais de 50% das matas lançadas a concurso não tiveram interessados.

Isso é o fracasso da governação e da política que Vs. Exas. defendem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quanto ao preço da madeira ser justo ou não ser justo, pois a AFLORESTAÇORES declarou no seu parecer que o Governo colocou a madeira a preço demasiado baixo desvalorizando o produto. É só ir lá e ler os pareceres.

Muito obrigado.

Deputados António Marinho e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria, antes de fazer alguns comentários relativamente às intervenções das várias bancadas, de clarificar um pouco mais aquilo que o Governo pretende com esta proposta de alteração dos estatutos da AZORINA.

Não pretende naturalmente criar uma nova empresa, criar uma dinâmica completamente diferente daquela que é a dinâmica atual da AZORINA.

Pretende apenas complementar a sua atividade com uma intervenção, conforme tive oportunidade de referir na minha intervenção inicial, e com o contributo, considerando o seu *know-how* nas questões relacionadas com a defesa e preservação do ambiente e com a sua capacidade empresarial,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Como é que tem capacidade empresarial se tem um buraco de 13 milhões de euros?

O Orador: ... de poder dinamizar a venda destas madeiras.

Pretende naturalmente conferir-lhe mais este poder ao propor as alterações mínimas dos seus estatutos e do seu objeto social.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Qual a capacidade empresarial dessa empresa com 4 anos? Que capacidade é essa?

O Orador: Recordo que aquando da fusão da SPRA-Açores com a AZORINA, este diploma mereceu a aprovação deste Parlamento, com os votos favoráveis do PS, do PSD e do Bloco de Esquerda e as abstenções do PCP e do PPM.

Foi um momento em que naturalmente todos estiveram de acordo relativamente àquilo que é o objeto da AZORINA e que é o reforço que ela, por via da fusão da SPRA-Açores, nesse momento assumiu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E a dívida?

O Orador: Aquilo que se pretende não é colocar a AZORINA a vender matas ou a vender madeira.

Conforme a Deputada Isabel Rodrigues teve oportunidade de esclarecer (penso que não ficou claro nas diferentes opiniões que foram emanadas em sede de comissão pelos diferentes agentes envolvidos) não se pretende que a AZORINA intervenha no mercado da venda direta da madeira.

Pretende-se, sim, que a AZORINA dinamize o processo de venda, por indicação do Governo. Aliás, é bom que fique aqui claro que toda a atividade da AZORINA é regulada através de contratos programas que são estabelecidos com o Governo, através da Secretaria Regional dos Recursos Naturais, onde consta aquilo que a AZORINA deve fazer em cada período a que os orçamentos dizem respeito e para a qual é transferida a verba que está no Plano e que foi também aqui discutida, em sede de discussão do Plano e Orçamento, no passado mês de novembro.

Aquilo que se pretende é apenas conferir à AZORINA mais esta capacidade e não alterar de forma muito substancial os seus estatutos e o seu objeto social.

Queria também chamar a atenção do Sr. Deputado Luís Rendeiro para alguma falta de rigor e de atenção quando avalia as contas da AZORINA.

Os números que colocou no plenário, há poucos minutos, estão totalmente desatualizados.

Felizmente, com a boa gestão que a AZORINA tem implementado nos últimos tempos...

Deputado Luís Garcia (PSD): Boa gestão?! Onde, senhor?

O Orador: ... conseguiu reduzir o seu passivo de cerca de 13 milhões de euros, em 2012, para 10 milhões de euros, em 2013. Ou seja, há uma redução de cerca de 23% nesse valor, o que naturalmente é bom.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Diga lá quantas são as receitas, Sr. Secretário!

O Orador: Também devo referir que estes números refletem a aquisição de inúmeros prédios à volta das Lagoas das Sete Cidades e das Furnas, e que fazem parte do Plano de Preservação desses bens da nossa Região e do nosso ambiente.

Já agora, mais alguns indicadores de natureza financeira, que aconteceram entre os anos de 2012 e 2013, conseguiram, na administração da AZORINA, aumentar o seu ativo não corrente em 5,38%, o seu capital próprio aumentou em 16,87% e a redução do passivo, conforme tive oportunidade de referir, também teve uma redução de 23%, passando de 13 para 10 milhões de euros.

Importa também referir que todos os procedimentos que a AZORINA irá desenvolver, na prática, de venda das madeiras, nas nossas matas públicas...

Refiro matas públicas, porque são matas públicas que o Governo pretende, por razões que se prendem com a própria dinâmica da floresta açoriana, pôr à venda. Pretende também, como foi patente neste concurso que agora terminou, exigir que sejam replantadas de acordo com tecnologias modernas, que sejam preservados os princípios de conservação ambiental, particularmente nas zonas mais sensíveis como são os recursos hídricos, as nossas ribeiras.

A AZORINA será um mero executante destes projetos através do lançamento de concursos que visam vender matas públicas.

Não estamos aqui a falar em matas privadas, nem em negócios de natureza privada.

Estamos a falar em matas públicas que serão dinamizadas através do setor privado a quem serão disponibilizadas por concurso público, devidamente regulado, nos próximos anos.

Já agora um esclarecimento à Sra. Deputada Zuraida Soares, para que fique tranquila.

Não se pretende de forma nenhuma replantar as zonas que serão colocadas a corte e venda sem estar devidamente fundamentada em estudos ambientais e em estudos da própria reflorestação destas zonas, mantendo aquilo que é a nossa paisagem de uma forma ordenada e mantendo também as zonas florestais devidamente ordenadas, tanto na parte produtiva, como na parte de proteção das zonas mais sensíveis, designadamente dos nossos recursos públicos.

Para já ficava-me por aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação. Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

É regimental. Regressamos a um quarto para as sete.

Eram 18 horas e 32 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 52 minutos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos o nosso debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apresentadas que estão, creio que no essencial, as principais posições dos diversos grupos e representações parlamentares relativamente a este diploma, diria, em jeito de constatação, que efetivamente tudo está em seu lugar. Ou seja, alguma esquerda pelo facto da administração pública recorrer a um moderno instrumento de gestão de direito privado, através da figura de estruturação jurídica de empresas, que é a sociedade anónima, é contra ou fica desconfiada;

alguma direita pelo facto de ser uma sociedade anónima, para já totalmente pública e sempre maioritariamente pública, também fica desconfiada.

É bom que estes factos fiquem claros.

Também é bom deixar claro que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista trabalhou nesta matéria, viu algumas das críticas, tem uma opinião formada, respeitando naturalmente e levando em linha de conta todos os pareceres que recebeu, incluindo naturalmente o parecer da Associação Nacional de Escutas, que também é bom ter presente.

Por isso mesmo também, em diálogo com o Governo, foi sensível a algumas dessas preocupações e apresentou também propostas de alteração designadamente no sentido de manter, na esfera da Administração Pública tradicional, o tradicional poder público das expropriações e constituição de servidões administrativas.

Constatamos também e registamos que o CDS-PP também apresentou algumas propostas de alteração.

Essas propostas convenientemente lidas significam, o que é naturalmente um direito, mas temos que fazer esta constatação, a negação do objeto do diploma. Ou seja, trata-se exatamente de retirar ao diploma aquilo que é o seu objeto principal e a sua razão de ser, que é a introdução, como competência estatutária desta sociedade, da intervenção ao nível da comercialização na fileira da madeira.

Naturalmente por essa razão o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não acompanhará e votará contra estas alterações.

Pensamos que fica perfeitamente justificada a proposta do Governo, o apoio e as razões da sua razoabilidade, da sua necessidade inclusive por que ela vem a esta casa.

Sra. Deputada Zuraida Soares, não posso deixar de dizer-lhe que os restos, ou a caruma da madeira, poderiam servir para aumentar a central de valorização dos resíduos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Como é que se chama Sr. Deputado?

O Orador: Valorização de resíduos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Bonito nome, Sr. Deputado!

O Orador: É uma palavra bonita.

Não nos tinha passado pela cabeça.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas olhe que passou pela cabeça do Dr. Carlos Botelho. Há aí um desencontro muito grande!

O Orador: Esperemos que não. Não é esse com certeza o principal objeto deste diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria registar e saudar a intervenção do Sr. Deputado Francisco Coelho pela forma clara como salientou o facto de terem ficado claras as várias posições e as várias opiniões expressas nesta câmara. É verdade! Há aqui um conjunto diverso de opções e de opiniões.

O que me parece também claro é que o Partido Socialista também fez a sua opção e optou, com todo o respeito, pelo parecer da Associação Nacional de Escutas ou da sua delegação regional, e por não ter em conta as preocupações de três parceiros incontornáveis nesta questão das madeiras.

Vou citar, se me permitirem, as preocupações da Câmara de Comércio e Indústria, do núcleo de Ambiente da Universidade dos Açores e da Associação Florestal dos Açores – AFLORESTAÇORES.

A Câmara de Comércio e Indústria dos Açores diz:

«(...) esta proposta legislativa vem possibilitar que a AZORINA venha a intervir diretamente no mercado da exploração da fileira florestal e da respetiva comercialização. Se é esta a intenção do legislador, a CCIA é frontalmente contra, denunciando, desde já, esta intenção intervencionista de colocar uma entidade de capitais públicos a concorrer diretamente no mercado com agentes privados.

Esta alteração revela-se ainda mais preocupante tendo em consideração o facto da AZORINA, na prossecução do seu objeto, poder “requerer [este “requerer” já vai ao encontro da nova proposta e alteração do Partido Socialista; já não é expropriar, é requerer] a expropriação por utilidade pública de imóveis situados nas suas áreas de intervenção, nos termos que lhes são conferidos por lei” (...). A conjugação de todas estas competências pode vir a abrir um potencial de abusos que é necessário evitar».

A bancada do PSD concorda com estas preocupações.

Deputado André Bradford (PS): Não admira!

O Orador: Núcleo de Ambiente da Universidade dos Açores:

« (...) consideramos excessiva a atribuição d’ “a compra, venda e expropriação por utilidade pública de imóveis (...), assim como desenvolver e implementar uma estratégia de promoção, divulgação e comercialização do património florestal da Região Autónoma dos Açores (...)”, como objetivo principal, podendo desvirtuar a sociedade dos objetivos que basearam a sua criação.»

«Os vários pontos acrescentados ao estatuto focam apenas a gestão e comercialização da área florestal tendo como principal objetivo a sua valorização e exploração comercial. Esta postura poderá comprometer a gestão do espaço florestal uma vez que a gestão economicista nem sempre é a mais adequada com uma boa gestão ambiental.»

Nós concordamos com isto.

AFLORESTAÇORES (é um pouco mais radical):

«Eis que se pretende criar uma superempresa com poderes absolutos “Cheque em branco” com o pretexto de grandes causas ambientais e de conservação da natureza, dando-lhes poderes dúbios sobre a propriedade privada bem como a gestão das propriedades públicas. É de lembrar que esta empresa pode alienar 49% das ações a privados, logo não se compreende como pode a Região inclusive passar para a AZORINA bens mobiliários e imobiliários integrados no património da Região “de todos nós”.»

(...) não se compreende porque há de ser esta empresa a gerir os bens públicos e privados das zonas com planos, quando existem organismos oficiais que

sempre fizeram este trabalho, obrigando os privados, através de legislação a cumpri-los. Então não se compreende por que razão hão de existir todos os serviços públicos ligados aos recursos naturais (Serviços Florestais, Ambiente, Agrícola, Hídricos, etc.) que ficam sujeitos ao parecer vinculativo da AZORINA (o que acontece presentemente).»

Nós também concordamos com esta posição.

Sr. Secretário Regional, se a AZORINA não vai expropriar a privados, vai expropriar a quem? A públicos?!

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Boa pergunta!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Lamento que neste plenário tenhamos estado a passar, pelo lado do Partido Socialista e do Governo, um atestado de completa incompetência aos empresários públicos regionais, na medida em que dizemos que eles são incapazes de, por si só, estabelecerem circuitos credíveis de comercialização de criptomérias.

Acontece que eu acredito nos empresários açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: De facto, o que acontece é que relativamente à defesa que cada um faz nos vários grupos e nas várias perspetivas que cada um de nós apresenta, cada um está devidamente no seu lugar.

O Deputado Francisco Coelho tem toda a razão. E mais vale ser vagamente certo, ou estar vagamente certo, do que completamente errado.

O que acontece é que está completamente errado em termos de conceito de mercado.

É curioso que o Partido Socialista oscila entre o conceito de mercado de criptoméria e o conceito de mercado de produtos culturais. São dois conceitos diferentes.

Como referi ainda há pouco, o Sr. Secretário da Educação tem um conceito de mercado que não é o mesmo conceito de mercado do Sr. Secretário dos Recursos Naturais.

A Deputada Renata Botelho tem um conceito de mercado que não é o mesmo que o resto da bancada, pelo menos foi isso que eu li e percebi da forma como desvirtuamos o mercado. Temos essas preocupações.

A minha preocupação é exatamente esta: a forma de criar emprego é dar iniciativa às pessoas, porque se não dermos iniciativa às pessoas elas ficam presas no setor público, como tal, cada vez mais dependentes e a gerar cada vez menos impostos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados Luís Rendeiro e Félix Rodrigues:

Começando por ordem cronológica, relativamente à última intervenção do Sr. Deputado Luís Rendeiro, começo naturalmente por agradecer-lhe o facto de ter feito largas citações dos pareceres recebidos, mas também creio que tive oportunidade de dizer na minha intervenção que nós, nesta bancada, tivemos oportunidade de os ler, conforme é hábito, e de levá-los em devida conta, o que não quer dizer (até porque muitas vezes, e neste caso, não são todos no mesmo sentido) que nos sintamos obrigados a respeitar integralmente todos. Não sentimos!

Por isso mesmo achamos, ao contrário de um desses pareceres que citou e que se põe uma das hipóteses piores, ou uma das hipóteses que se temeria, que a disponibilização e a rentabilização deste recurso natural, através dos privados, mas sendo feito, sendo orientado, sendo responsável inclusive pelos respetivos cadernos de encargos, a mesma pessoa jurídica que tem como obrigação primeira zelar pela sustentabilidade e preservação do ambiente, na nossa perspetiva é, ao contrário, uma garantia de que assim será feito.

Sr. Deputado Félix Rodrigues, eu não percebi bem a sua questão dos privados, de que estamos a passar atestados de incompetência aos privados.

Acho que o Sr. Deputado não percebeu uma coisa essencial que tem a ver com a realidade.

Vamos pegar na realidade, independentemente da opinião que tenhamos sobre ela.

(Aparte inaudível do Deputado João Bruto da Costa)

O Orador: Comigo estraga de certeza, Sr. Deputado.

A realidade é que nos Açores há um largo setor florestal que é público e as entidades públicas, na altura certa (obviamente que não é todas as semanas, as árvores terão o seu tempo de crescimento, etc., etc., etc.), seja que neste aspeto sendo um instrumento importante não é o essencial, seja de forma direta através da administração regional clássica, seja de forma indireta através de recurso a novas figuras de administração indireta e de figuras de direito privado, têm o estrito dever de rentabilizar, de aproveitar esse recurso público.

A não ser que o Sr. Deputado ache que esse recurso devia ser oferecido aos privados que estão no setor.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Também me parece que não.

Agora, vai rentabilizá-lo como?

Exatamente com um determinado tipo de encargos que têm que passar necessariamente pela reflorestação, pela valorização ambiental, passá-lo aos privados. Mas esse recurso é público. A Região tem a estrita obrigação de aproveitá-lo e de valorizá-lo a bem de uma receita pública, embora esse não seja o único critério.

O facto de ser esta sociedade a prosseguir esse tipo de exploração dessa fileira é, no nosso entender, exatamente uma garantia de que haverá aqui outro tipo de preocupações para além da pura comercialização de um recurso que, volto a repetir, é público e que a Região só pode, naturalmente, alienar.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É como o Centro de Radioterapia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Borges.

Deputado Paulo Borges (PS): Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Então tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não iria intervir novamente sobre esta matéria, porque já disse tudo aquilo que pretendia dizer, inclusive o nosso sentido de voto. Mas depois da última intervenção do Sr. Deputado Luís Rendeiro, não resisto a fazê-lo, porque também há uma incongruência, de fundo, na sua argumentação.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: O Sr. Deputado acha que os privados se indignam porque o Governo Regional, nesta área (estamos a falar na madeira, das florestas, estamos a falar em áreas públicas), pode vir a competir, ou virá, através desta legislação, a competir com os privados, pondo em causa aquilo que se pode chamar a liberdade de mercado, a liberdade de iniciativa, a sua liberdade de intervenção. É exatamente o contrário de regulamentação, fiscalização, orientação de um bem que é público.

Mas curiosamente estes mesmos privados, que se queixam tanto, neste caso nos pareceres que o Sr. Deputado referiu, da intromissão do Governo Regional, são os mesmos privados que aceitam todo o tipo de apoios e subsídios que o Governo lhes dá,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É óbvio!

A Oradora: ... com dinheiros públicos, sem nenhum problema pela competitividade, pela liberdade de mercado e por deixar funcionar o mercado à sua maneira.

“Não bate a bota com a perdigota”, Sras. e Srs. Deputados.

Quem quer liberalismo puro, quem quer iniciativa privada *tout court*, quem quer fazer e desfazer conforme entende, por sua conta e risco, como grande

empreendedor, não se encosta permanentemente ao Governo Regional à espera dos subsídios e dos apoios que nesta Região, em particular, transbordam quando tratamos de empresários.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, isso é verdade!

A Oradora: É preciso escolher um dos lados ou, no mínimo, por uma questão de bom senso e de razoabilidade, ficar no meio. Às vezes o meio dá jeito, o meio às vezes não é contraindicado. Neste caso concreto, os privados fariam bem se tivessem ficado no meio, porque “quem tem telhados de vidro” às vezes é melhor que “não atire pedras”.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora diga essas palavras ao Sr. Vice-Presidente!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já aqui foram referenciados os pareceres das diversas entidades que foram consultadas.

A verdade é que apenas o Corpo Nacional de Escutas deu um parecer favorável com esta argumentação: nada tem a opor (ponto final). A seguir despede-se com um “sempre alerta”.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Eu considero que nesta questão diversas entidades têm uma reflexão bastante alerta. Esta reflexão com que eu concordo pode sintetizar-se (não vou ler muito) numa pergunta que é colocada pelo Núcleo Ambiental da Universidade dos Açores, que coloca muito bem esta questão: “tendo a AZORINA como objeto a valorização e proteção dos recursos naturais e paisagísticos, e a biodiversidade e geodiversidade do arquipélago dos Açores, de que forma irá esta associação

compatibilizar estes objetivos com a exploração e desenvolvimento dos recursos da fileira florestal?”

É exatamente esta a questão: é polícia e é potencialmente infrator.

É esta a grande complexidade que é introduzida por estas alterações e também é esta a questão central, na minha perspetiva, das alterações que o Governo Regional pretende introduzir.

Esta dupla natureza não é compaginável.

Nesse sentido, a AZORINA é por si só uma aberração, é uma despesa pública, é uma entidade que não deveria existir, é uma entidade cujas competências se sobrepõem claramente às competências que os departamentos do Governo dessa área já possuem.

Esta é, desde já, a apreciação que nós fazemos, mas esta alteração também tem estes problemas que são apontados de forma muito específica por parte destes pareceres.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais** (*Luís Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de fazer uma breve intervenção para mais uma vez esclarecer, com o devido respeito, os vários pareceres dos vários parceiros que foram ouvidos em Comissão, e que me parece que ainda não estão perfeitamente claros no espírito de alguns dos Srs. Deputados e dos próprios pareceres que emitiram esses parceiros.

De facto, não vamos fazer com que a AZORINA vá intervir no mercado da madeira. Nós vamos dotar a AZORINA de competências para desenvolver procedimentos concursais, ao abrigo do contrato de contratação pública, respeitando todas estas regras que estão na lei, para promover a venda de determinadas áreas públicas de floresta que serão determinadas ano a ano pelos serviços competentes do Governo, no caso particular da Secretaria Regional dos Recursos Naturais.

Não vamos pôr a AZORINA, por sua iniciativa, a vender aquilo que muito bem entende, mas vamos ter a possibilidade de, em contratos programa, estabelecer com essa sociedade um programa...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sociedade que é do Governo!

O Orador: ... que tem a ver com a sustentabilidade da mata pública, que tem a ver com a preservação do ambiente e que tem a ver com as próprias características desta cultura, que é a floresta, que é a criptoméria, no caso em concreto, para que de uma forma transparente, de uma forma linear, todo este processo possa decorrer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Transparente?!

O Orador: A AZORINA não vai intervir no mercado, não vai condicionar os preços. Vai, sim, lançar, de acordo com as regras da contratação pública, estes procedimentos que naturalmente qualquer empresa privada poderá concorrer através dos mecanismos próprios que esses concursos em si encerram.

Também não vamos permitir que a AZORINA ande para aí a alienar património público. Aquilo que vai ser cedido à AZORINA, e que consta da proposta do Governo, é a transferência para o património da AZORINA do material produtivo destas áreas, isto é, das árvores de madeira, que será depois colocada a concurso e não dos prédios, dos terrenos, das áreas onde essa madeira cresce e prolifera.

Um reparo final à observação do Sr. Deputado Luís Rendeiro relativamente às questões das expropriações.

Os estatutos atuais da AZORINA, que advêm dos Estatutos da SPRA-Açores, já previam essa competência. Teve a ver com os Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas das Furnas e das Sete Cidades.

Foi nesse contexto que essas competências foram consagradas nos diplomas que antecederam este que agora estamos a alterar.

Naturalmente que o que aqui estamos agora a discutir é a alienação do material produtivo, e repito, das árvores que vão ser postas à venda e que produzirão a madeira que daí advém.

Eu queria descansar o seu espírito porque não vamos alienar prédios, não vamos alienar áreas públicas, mas sim o património produtivo que aí cresce.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para esclarecer a Sra. Deputada Zuraida Soares.

De facto, temos diferenças ideológicas que são claras e assumidas. Mas quanto às referências que fez é muito natural que os empresários recorram às ferramentas...

Deputada Zuraida Soares (BE): Com certeza!

O Orador: ... que a lei lhes disponibiliza.

Não vejo daí qual a maldade que a Sra. Deputada encontrou para fazer as referências que fez.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não falei em maldade! Inteligência sim!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Maldade é da parte do Governo!

O Orador: Até acho que fui bastante objetivo nas preocupações que apresentei.

Eu não me preocupei apenas com a intervenção pública no setor florestal, na sua vertente comercial, só por si. Eu fui mais longe.

Coloquei o dedo na questão dos privados poderem entrar no capital da AZORINA até 49% e destorcerem, esses privados que entrarem no capital da AZORINA, o mercado, ficando com condições de concorrência mais favoráveis do que os seus parceiros da mesma área de atividade que estiverem fora da AZORINA e vão beneficiar de condições mais favoráveis de movimentação nesse mesmo mercado. Acha que eu defendi o liberalismo selvagem?

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas eu disse liberalismo selvagem?

O Orador: Não de todo, Sra. Deputada!

Queria deixar muito claro este cuidado que procurei ter em nome da bancada do PSD.

Quanto ao Sr. Secretário só uma preocupação que resta aflorar e abordar neste plenário, nesta discussão, que é a questão de mais de 50% dos 103.6 ha que foram postos a concurso, nesta primeira fase, terem ficado sem candidatos e ter havido queixas por parte dos concorrentes, ou daqueles que não concorreram, da exigência, no mesmo caderno de encargos, do tempo de corte ser demasiado curto, do tempo de reflorestação ser também demasiado curto, da exigência de meios técnicos que tais prazos obrigam e que irão onerar, ou irão exigir investimentos por parte das empresas que elas não estão neste momento em condições de fazer.

Gostaria de saber se o Sr. Secretário já prevê medidas que possam permitir que toda a área florestal que é necessária cortar possa ser atribuída, possa ter concorrentes, possa gerar mais-valias, gerar tantos empregos quantos possíveis (não vou aos mil), porque é isso que a Região precisa e necessita.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Borges.

(*) **Deputado Paulo Borges (PS):** Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Após alguma discussão, nalguns casos muito pouco retórica,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Retórica de onde, Sr. Deputado? Daí, dessa bancada?

O Orador: ... gostaria que ficasse claro para os açorianos um aspeto fundamental:

A floresta de criptoméria nos Açores é, nalguns aspetos, diminuidora da biodiversidade dos ecossistemas onde ocorre. Tem vantagens de sustentação do solo, tem vantagens económicas e sociais que estão a ser pensadas neste programa, mas temos que considerar que o papel da AZORINA (como se referiu há pouco o Deputado do PPM, eventualmente existe um conflito de interesses na AZORINA), neste caso, é fundamental para a regulação ambiental, todo o impacto que vai ter o corte e replantação de áreas, consequência de ter passado 30 ou 40 anos da plantação das criptomérias.

Portanto, é fundamental que o papel da AZORINA como instituição de regulamentação ambiental seja eficaz para que tenhamos zonas em que seja possível agora, 50 ou 60 anos, depois, plantar plantas endémicas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tais como?

Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP): Os serviços florestais já o fazem!

O Orador: ... e não só criptomérias como foi feito na década de 30, 40 e 50.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quer com o concurso que já foi aqui mencionado, quer com a discussão e aprovação deste diploma, damos um impulso muito importante numa área que é vital para a Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mil postos de trabalho!

A Oradora: Esse é um aspeto que penso que tem sido aqui descorado.

Já aqui foi referido que se trata de um património vasto, valioso, que tem que ser gerido de forma responsável.

Obviamente que nesta gestão, como em todas as outras matérias, há que procurar constantemente o equilíbrio entre aqueles que são os interesses conservacionistas e o desenvolvimento, que não são opostos, não são necessariamente conflituantes. Podem e devem completar-se e acho que os Açores são nisso um exemplo pela forma como têm sabido levar a cabo uma audaciosa política ambiental a par com a sua política de desenvolvimento.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Este é um aspeto que penso que importa sublinhar e que está presente nesta opção que se faz pela AZORINA, porque as competências que a AZORINA tem em matéria ambiental são certamente uma mais-valia para esta gestão responsável do património florestal.

Há aqui uma questão que não se pode deixar que fique na dúvida. É que as atividades da AZORINA são sempre desenvolvidas sob orientação e segundo as diretrizes que são emitidas pelo Governo Regional.

Presidente: Sra. Deputada, agradecia que abreviasse, porque o tempo está a terminar.

A Oradora: Queria também esclarecer o Sr. Deputado Luís Rendeiro que lavra num erro crasso quando fala da entrada dos privados no capital da AZORINA. De acordo com o Código da Contratação Pública, os privados que aí estiverem não podem concorrer aos lotes, Sr. Deputado. É tão simples quanto isso.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Rendeiro, aproveitaria esta minha intervenção começando por um ditado popular que é tão usual na nossa terra, quando se faz uma observação desta natureza, que é “preso por ter cão ou preso por não ter cão”.

Isto para dizer o quê?

Idealizámos um concurso que foi lançado através da Direção Regional dos Recursos Florestais com um nível de exigência elevado, é verdade.

Deputado Luís Garcia (PSD): Aí está a prova de que a Direção dos Serviços Florestais pode fazer o serviço!

O Orador: Mas esse nível de exigência elevado foi o nosso princípio para acautelar todos os pontos, todos os itens, que são necessários num programa desta natureza, do ponto de vista da preservação da floresta, da sustentabilidade ambiental, das consequências que um corte de matas tem e das práticas que são necessárias fazer com alguma urgência, conforme certamente compreenderá.

Foi nesse pressuposto que o nível de exigência foi, de facto, elevado.

Colocámos um preço base no concurso, que também tem a ver com o próprio funcionamento do mercado. Aliás, fomos acusados pelas associações de

madeireiros e de produtores florestais de que o preço base era demasiado baixo e que ia degradar os preços. Pelos vistos isso não aconteceu, porque as propostas foram contidas e foram dentro daquilo que é a razoabilidade das intervenções nestas matérias e neste tempo que corre.

Naturalmente que o Governo mantém a sua intenção de promover a venda destas áreas públicas, recorrendo a concursos públicos, à semelhança daquele que foi lançado neste momento, mas esta experiência servirá para retificar alguns aspetos no sentido de promover maior dinâmica e maior interesse dos potenciais agentes económicos envolvidos nesta matéria no futuro, para que possamos de facto levar a bom porto este objetivo que definimos para esta legislatura.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa não tem mais inscrições. Não havendo vamos então passar à votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de DLR foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Vamos passar para a votação na especialidade.

A Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues pede a palavra para?

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Pensei que já tinha iniciado a votação, era para apresentar a proposta!

Presidente: Informo que a bancada do PS já não dispõe de tempo.

Vamos avançar com a votação.

Vamos votar a proposta do Partido Socialista que altera o n.º 1, do artigo 2.º, do Decreto Legislativo Regional 16/2010.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 17 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Tendo sido aprovada esta proposta de alteração, fica naturalmente prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo CDS a este mesmo número.

Votamos agora a proposta de eliminação apresentada pelo CDS-PP à alínea f), do nº 2, do artigo 2º, do Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento da alínea f), do nº 2, do artigo 2º, apresentada na proposta de alteração do Governo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 17 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Só para esclarecer a câmara. Eu estou a fazer a votação número a número, como há propostas de alteração que incidem sobre os artigos apresentados na proposta do Governo e outros que não, para que seja mais claro para todos.

Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Governo ao nº 3, do artigo 2º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 17 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista à alínea a), do nº 4, do artigo 2º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 17 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista à alínea b), do nº 4, do artigo 2º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 17 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Estão agora à votação as propostas de alteração apresentadas pelo CDS-PP.

A primeira é referente à alínea d), do nº 4, do artigo 2º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo CDS, à alínea e), do nº 4, do artigo 2º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta do Governo relativamente às alíneas d), e) e f), do nº 4, do artigo 2º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 17 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao nº 5, do artigo 2º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 17 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de eliminação apresentada pelo CDS-PP ao nº 5, do artigo 3º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação, da proposta do Governo, a alteração aos n.ºs 5, 6 e 7, do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 17 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS à alínea a), do artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 17 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 1.º da proposta do Governo, com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 17 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Entramos agora nas propostas de alteração aos estatutos da empresa.

A primeira proposta de alteração é apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 1 do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 17 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta apresentada pelo CDS-PP a este mesmo número.

Coloco agora à votação uma proposta de eliminação apresentada pelo CDS, à alínea f), do nº 2, do artigo 3º, dos Estatutos da AZORINA.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista à alínea a), do nº 4, do artigo 3º, dos estatutos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 17 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista à alínea b), do nº 4, do artigo 3º, dos estatutos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de eliminação apresentada pelo CDS-PP, à alínea d), do nº 4, do artigo 3º, dos estatutos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de eliminação apresentada pelo CDS-PP, à alínea e), do nº 4, do artigo 3º, dos estatutos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista, ao nº 5, do artigo 3º, dos estatutos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração também apresentada pelo Partido Socialista, ao nº 1, do artigo 21º, dos estatutos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Coloco agora a votação o artigo 2º da proposta com as alterações que acabámos de lhe introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Aos artigos 3º e 4º da proposta não houve alterações, pelo que vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global a proposta de DLR foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Umhas breves palavras, em primeiro lugar, naturalmente de congratulação pela aprovação deste diploma.

Trata-se, afinal, de dotar o Governo dos Açores com mais um instrumento para que possa, do melhor modo, compatibilizar a preservação e a sustentabilidade dos nossos recursos naturais como também a valorização e o correto aproveitamento da fileira da madeira.

Não posso também (permitam-me) deixar de registrar aqui algo que me causou alguma estranheza:

Alguns partidos aqui presentes, com todo o direito, resolveram opor-se a uma proposta de alteração do Partido Socialista. Eu constato, assim, que alguns defensores das garantias da propriedade privada acham que é melhor ser a AZORINA a expropriar do que a administração regional clássica.

Fica a estranheza e fica o registo.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que ficaram claras as posições neste debate.

O PSD entende que esta não era a forma mais adequada de promover a valorização do setor florestal da Região, mas ditam as regras da força da maioria.

Ficaremos à espera, a bem dos Açores, dos açorianos e da Democracia (sem dúvida!), da criação prometida dos mil postos de trabalho.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais declarações de voto, vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje.

Boa noite a todos. Regressamos amanhã às 10h00.

Eram 19 horas e 47 minutos.

Deputada que faltou à sessão:

Partido Socialista (PS)

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

(*) Texto não revisto pelo orador.

Documento entrado

Listagem da correspondência:

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Autoriza o Governo a simplificar o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e a estabelecer o regime contraordenacional respetivo – n.º 82/X – n.º 213/XII/3

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 03 – 31

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 04 – 21.

2 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Procede à Quinta alteração do Decreto-Lei n.º 311/99, de 10 de Agosto, que institui o fundo de compensação salarial dos profissionais da pesca – (MAM – REG. DL. 100/2014) – n.º 93/X

Autor: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 03 – 17

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 03 – 26;

Assunto: Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do regulamento (CE) n.º 206/2009 da comissão, de 5 de março, que estabelece as medidas relativas à introdução de remessas pessoais de produtos de origem animal, com caráter não comercial, provenientes de países terceiros - MAM - (reg. dl 115/2014).- n.º 95/X

Autor: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 03 – 20

Comissão: Economia

Data de Entrada: 2014 – 04 – 14;

Assunto: Projeto de decreto-lei que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, que estabelece o regime jurídico da mobilidade elétrica, aplicável à organização, acesso e exercício das atividades relativas à mobilidade elétrica, bem como as regras destinadas à criação de uma rede piloto de mobilidade elétrica - MAOTE - (REG. DL 126/2014) - n.º 96/X

Autor: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 03 – 28

Comissão: Economia

Data de Entrada: 2014 – 04 – 09.

3 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que diligencie no sentido de alargar a abrangência do Cartão Interjovem aos jovens açorianos até aos 35 anos de idade, inclusive - com pedido de urgência de exame em Comissão. n.º 64/X](#)

Autor: CDS-PP

Data de Entrada: 2014 – 03 – 17

Pedido de urgência e Dispensa de exame em Comissão

Assunto: [Melhoria das condições de funcionamento do Serviço de Desporto da Ilha do Corvo](#) – n.º 65/X

Autor: PPM

Data de Entrada: 2014 – 03 – 26

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2014 – 04 – 28.

4 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Tempos Máximos de Resposta Garantidos para Cirurgia no Serviço Regional de Saúde - n.º 29/X](#)

Autor: CDS-PP

Data de Entrada: 2014 – 04 – 01

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2014 – 05 – 05.

5 – Requerimentos:

Assunto: [Cabo Verde.](#)

Autor: António Ventura (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 03 – 17

Referência: 54.03.00 – N.º 218/X;

Assunto: [Cursos de Formação Profissional](#)

Autor: José Joaquim Ferreira Machado (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 03 – 18

Referência: 54.03.00 – N.º 219/X;

Assunto: [Notícias sobre encerramento da base operacional do Funchal da SATA -Internacional](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2014 – 03 –19

Referência: 54.06.00 – N.º 220/X;

Assunto: [Ilha Graciosa mais uma vez prejudicada](#)

Autores: João Bruto da Costa e Valdemiro Vasconcelos (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 03 – 19

Referência: 54.03.04 – N.º 221/X;

Assunto: [Encerramento dos laboratórios de análises clínicas nas Unidades de Saúde de Ilha das ilhas sem hospital](#)

Autores: Ana Espínola, Artur Lima e Félix Rodrigues (CDS-PP)

Data de Entrada: 2014 – 03 - 20

Referência: 54.01.00 – N.º 222/X;

Assunto: [Segurança e proteção dos edifícios escolares](#)

Autor: José Joaquim Ferreira Machado (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 03 – 24

Referência: 54.03.00 – N.º 223/X;

Assunto: [Memória da Fábrica da Baleia em São Miguel](#)

Autores: José Andrade e Cláudio Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 03 – 25

Referência: 54.03.02– N.º 224/X;

Assunto: [Novo Laboratório Regional de Veterinária sem entrar em funcionamento](#)

Autores: António Ventura, Luís Rendeiro e Judite Parreira (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 03 – 31

Referência: 54.03.02– N.º 225/X;

Assunto: [Requalificação e beneficiação da Estrada Regional entre a Ribeira do Almeida e os Biscoitos](#)

Autores: Ana Espínola, Artur Lima e Félix Rodrigues (CDS-PP)

Data de Entrada: 2014 – 04 - 03

Referência: 54.01.05 – N.º 226/X.

6 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Bienal de Turismo](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 10 – 24

Referência: 54.01.05 – N.º 209X.

7 – Comunicações/Informações:

Assunto: Levantamento de imunidade para que o Senhor Deputado Luís Miguel Forjaz Rendeiro possa ser constituído arguido

Proveniência: Gabinete dos Serviços do Ministério Público de Angra do Heroísmo

Data de Entrada: 2014 – 03 – 10;

Assunto: Parecer da Assembleia República relativo ao escrutínio da Proposta de Decisão do Conselho que altera a Decisão 2009/831/CE no que se refere ao seu período de aplicação [COM (2013) 930]

Proveniência: 4.ª Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da Republica

Data de Entrada: 2014 – 03 – 10;

Comissão: Economia;

Assunto: Relatório do Parlamento Europeu - Medidas para otimizar o potencial das Regiões Ultraperiféricas criando sinergias entre os fundos estruturais da UE e outros programas da UE.

Proveniência: Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da Republica

Data de Entrada: 2014 – 03 – 10;

Assunto: Ofício a acusar a receção e agradecer o Voto de Protesto – Novo Mapa Judiciário e de informar que o teor foi dado conhecimento a todos os Deputados e membros desta Comissão

Proveniência: Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdade e Garantias da Assembleia da Republica

Data de Entrada: 2014 – 03 – 11;

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Protesto – Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, e informar que o seu teor foi dado conhecimento a Sua Excelência o Ministro da Justiça e a todos os Deputados membros da desta Comissão

Proveniência: Comissão de Assuntos Constitucionais, Direito, Liberdades e Garantias da AR.

Data de Entrada: 2014 – 03 – 13;

Assunto: Ofício a acusar a receção e agradecer o envio do Voto de Protesto sobre o Novo Mapa Judiciário aprovado, por unanimidade, pela ALRAA, no passado dia 13 de fevereiro, o qual mereceu a melhor atenção.

Proveniência: O Chefe de Gabinete da Casa Civil do Presidente da República

Data de Entrada: 2014 – 03 – 17;

Assunto: Ofício a solicitar a retirada do Projeto de Resolução n.º 597X – “Manutenção Ligações Marítimas no Triângulo”

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

Data de Entrada: 2014 – 03 – 17;

Assunto: Ofício a solicitar pedido de urgência de exame em Comissão do Projeto de Resolução “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que diligencie no sentido de alargar a abrangência do Cartão Interjovem aos jovens açorianos até aos 35 anos de idade, inclusive” - n.º 64/X

Autor: CDS-PP

Data de Entrada: 2014 – 03 – 17;

Assunto: Ofício a comunicar que recebeu o Voto de Protesto - Novo Mapa Judiciário

e o mesmo foi transmitido ao Gabinete da Ministra da Justiça

Autor: Gabinete do Primeiro-Ministro

Data de Entrada: 2014 – 03 – 19;

Assunto: Ofício a comunicar que recebeu o documento sobre a extinção dos Tribunais da Povoação e Nordeste e o mesmo foi transmitido ao Gabinete da Ministra da Justiça e ao Gabinete do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

Autor: Gabinete do Primeiro-Ministro

Data de Entrada: 2014 – 03 – 20;

Assunto: Ofício a comunicar que o Sr. Deputado Paulo Henrique Parece Baptista substitui na Comissão de Política Geral, a Deputada Aida Maria Melo Amaral, que solicitou a suspensão do mandato

Autor: Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2014 – 03 – 25;

Assunto: Ofício a enviar Voto de Congratulação – Céu Único Europeu

Autor: O Presidente do Conselho de Ilha de Santa Maria, Rui Alexandre dos Reis Arruda

Data de Entrada: 2014 – 03 – 25;

Assunto: Ofício a remeter por correio eletrónico, os relatórios de auditorias aprovados e abaixo indicados:

- Relatório n.º 02/2014-FS/SRATC (Proc.º n.º 09/117.02) – “Auditoria à Espaço Povoação, E.E.M. – Relações financeiras com o Município da Povoação e empresas participadas”;
- Relatório n.º 03/2014-FS/SRATC (Proc.º n.º 12/104.04) – “Auditoria ao Município de Nordeste – Dívida pública e encargos plurianuais”;
- Relatório n.º 04/2014-FS/SRATC (Proc.º n.º 13/104.01) – “Auditoria ao estatuto remuneratório dos membros dos órgãos da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel”.

Autor: Presidente do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Ferreira

Data de Entrada: 2014 – 03 – 28;

Assunto: Solicitação de nova apreciação do Decreto n.º 3/2014 - Cria o Regime de Integração Excecional dos Docentes Contratados por concurso externo extraordinário, em 2014 – Veto

Autor: Gabinete do Representante da Republica para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2014 – 04 – 01;

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Protesto - Ampliação da Pista do aeroporto da Horta e de informar que o mesmo foi remetido aos Deputados do Grupo Parlamentar destacados para representar os interesses e agir, no âmbito das suas funções, bem como aos Deputados que integram a Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas

Autor: Grupo Parlamentar do CDS-PP da Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 04 – 02;

Assunto: Requerimento de interpelação ao Governo Regional sobre que estratégia para o grupo SATA no novo paradigma de transportes na Região

Autor: Representação Parlamentar do PCP

Data de Entrada: 2014 – 03 – 31;

Assunto: Interpelação ao Governo Regional, sobre Política de transportes na Região Autónoma dos Açores.

Autor: Representação Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2014 – 04 – 01;

Assunto: Ofício a retirar da Interpelação ao Governo Regional, sobre Política de transportes na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2014 – 04 – 03;

Assunto: Plano Regional Anual de 2013 - Relatório de Execução Financeira

Autor: Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

Data de Entrada: 2014 – 04 – 02;

Assunto: Pedido de agendamento de um debate de urgência sobre a “Situação de emergência social nos Açores

Autor: Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2014 – 04 – 03;

Assunto: Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que diz respeito à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos, que altera o Regulamento (UE) n.º XXX/XXX do Parlamento Europeu e do Conselho [Regulamento relativo aos controlos oficiais] e que revoga o Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho [COM (2014) 180]. – n.º 83/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 03 – 31

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 05 – 02;

Assunto: Proposta de Decisão do Conselho que autoriza Portugal a aplicar uma taxa reduzida do imposto especial sobre o consumo de rum e dos licores produzidos e consumidos na Região Autónoma da Madeira e dos licores e aguardentes produzidos e consumidos na Região Autónoma dos Açores [COM (2014)].

Proveniência: 4.ª Comissão – CAE XII da Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 03 – 31

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 05 – 02.

8 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014 – 04 – 04;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei n.º 88/2014 – “Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento \(CE\) n.º 1005/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono” -n.º 092-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014 – 03 – 19;

Assunto: [Pedido de autorização para o exercício de funções apresentado pelo Deputado António Félix Flores Rodrigues](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014 – 04 – 04;

Assunto: [Pedido de autorização para o Deputado Luís Miguel Forjaz Rendeiro prestar depoimento, na qualidade de arguido, no Processo de Inquérito n.º 508/13.8TAAGH, que corre termos junto da Secção de Processos do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo](#)

Proveniência: **Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho**

Data de Entrada: 2014 – 04 – 04;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 16/2010/A, de 12 de abril, e aos Estatutos da Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza – AZORINA, S.A., alterados pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2011/A, de 11 de novembro”](#)

Proveniência: **Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho**

Data de Entrada: 2014 – 04 – 04;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado António Félix Flores Rodrigues.](#)

Proveniência: **Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho**

Data de Entrada: 2014 – 04 – 04;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Francisco Coelho Lopes Cabral](#)

Proveniência: **Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho**

Data de Entrada: 2014 – 04 – 04;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Miguel António Moniz Costa](#)

Proveniência: **Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho**

Data de Entrada: 2014 – 04 – 04;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 23/X \(PSD\) – “Cria o regime jurídico da taxa ambiental pela utilização de sacos de plástico distribuídos ao consumidor final – Ecotaxa”](#)

Proveniência: **Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho**

Data de Entrada: 2014 – 04 – 04;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 58/X \(PSD\) – “Em defesa do Hino Oficial da Região Autónoma dos Açores”](#)

Proveniência: **Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho**

Data de Entrada: 2014 – 04 – 04;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014 – 04 – 04;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 209/XII/3 que Estabelece o regime de acesso e exercício da atividade de artista tauromáquico e de auxiliar de espetáculo tauromáquico - n.º 81 AR](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 03 – 27;

Assunto: [Petição n.º 20/X, intitulada “Reorganização da Rede Escolar no Concelho da Praia da Vitória”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 04 – 01;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 24/X – “Cria o Conselho Regional de Cultura dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 04 – 01;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 53/X – “Promoção Nacional e Internacional de Produtos Culturais Açorianos”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 04 – 01;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 57/X – “Recomenda ao Governo Regional a implementação de medidas que garantam o cumprimento, pelas Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional, do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2012/A, de 19 de junho, empréstimo de manuais escolares”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 04 – 04;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 28/X – “Cria o Programa Regional de Apoio aos Grupos Folclóricos da Região Autónoma dos Açores.](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 04 – 04;

Assunto Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 26/X – Primeira alteração ao DLR n.º 29/2006/A, de 8 de agosto, que estabelece o regime jurídico de apoios a atividades culturais.

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 04 – 04;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2014.04.03;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que procede à adaptação do Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P., ao regime estabelecido na lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto - ME - (Reg. DL 528/2013).- n.º 87-OGP

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 03 – 13;

Assunto: Projeto de Lei n.º 508/XIII/3ª – “Revoga a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso” – n.º 80/X

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 03 – 18;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que aprova os estatutos da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, na sequência da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprova a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2014, de 22 de janeiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Economia – ME – (Reg. DL 71/2014) – n.º 90/X

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 03 – 19;

Assunto: Projeto de proposta de lei que estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais que atuam na área dos gases combustíveis, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno – PCM (MAOTE) – (Reg. PL 97/2014) – .n.º 89-OGP

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 03 – 19;

Assunto: Projeto de decreto-lei que procede à adaptação dos Estatutos do ICP – “Autoridade Nacional de Comunicações, publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 309/2001, de 7 de dezembro, ao regime estabelecido na lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto - ME - (Reg. DL 68/2014)” - n.º 088-OGP

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 03 – 24;

Assunto: Projeto de proposta de lei que estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais responsáveis pelas instalações elétricas, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/35/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno – MAOTE – (Reg. PL 101/2014). – 094/X

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 03 – 26;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 311/99, de 10 de agosto, que institui o Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca – MAM – \(Reg. DL 100/2014\). - 093-OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 03 – 26;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que estabelece as regras que disciplinam a execução material e financeira do Programa Medidas Veterinárias – MAM – \(Reg. DL 91/2014\) – n.º 91-OGP](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 03 – 31.

9 – Diários:

Estão presentes os Diários n.ºs 54, 55 e 56 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Consideram-se aprovados os Diários n.ºs 50 e 51, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

—

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco